Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti
Organizadora

OFICINA UNIVERSITÁRIA
CAPES
CULTURA ACADÊMICA Editora

Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti
(Organizadora)

Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretor:
Dr. José Carlos Miguel
Vice-Diretor:
Dr. Marcelo Tavella Navega

Conselho Editorial
Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)
Adrián Oscar Dongo Montoya
Ana Maria Portich
Célia Maria Giacheti
Cláudia Regina Mosca Giroto
Giovanni Antonio Pinto Alves
Marcelo Fernandes de Oliveira
Maria Rosangela de Oliveira
Neusa Maria Dal Ri
Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

T327 Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil / organizadora. - Mirian Cláudia Lourenção Simonetti – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2015.
228 p.

Inclui bibliografia
Apoio CAPES

ISBN 978-85-7983-714-2

1. Movimentos sociais – Brasil. 2. Reforma agrária – Brasil. 3. Brasil – Política econômica. I. Simonetti, Mirian Cláudia Lourenção.
CDD 330.3181

Editora afiliada:

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

Sumário

Apresentação 7

PARTE 1

Movimentos sociais e conflitos sociais no Brasil

Movimentos Sociais: o Que Há de Novo?
José Geraldo A. B. Poker; Alexsandro E. Arbarotti 15

Apropriação dos Bens Comuns e os Conflitos Sociais no Brasil
Sérgio Augusto Domingues 45

Ser e Estar Sem-Terra: uma Aproximação Etnográfica
Nashieli Rangel Loera 53

PARTE 2

A reestruturação do capitalismo global e a questão agrária no Brasil

A Reestruturação do Capitalismo Global e seus Impactos na Economia Brasileira
Francisco Luiz Corsi 69

A Hegemonia do Agronegócio e o Sentido da Reforma Agrária na Atualidade
Kelli Cristine de Oliveira Mafort 83

Geografia dos Conflitos e Violência no Campo: os Dados dos Governos do Partido dos Trabalhadores
Mirian Claudia Lourenção Simonetti; Adriane Camargo *97*

O Governo Lula e a Tentativa de Conciliação de Classes Antagônicas: o Avanço do Agronegócio *Versus* A Resistência dos Movimentos Sociais em Defesa da Soberania Alimentar no Brasil
Thaylizze Goes Nunes Pereira; Maria Angélica Paraizo *123*

PARTE 3

A QUESTÃO AGRÁRIA, EDUCAÇÃO NO CAMPO E O RURAL NO CINEMA BRASILEIRO

A Questão Agrária e os Desafios da Construção da Reforma Agrária Popular
Selma de Fatima Santos; Marcio José dos Santos; *Angelo Diogo Mazin* *145*

As Políticas de Educação Básica e Educação do Campo no Brasil
Silvia Aparecida de Souza Fernandes; Bruno Lacerra de Souza 163

Educação do Campo e os Desafios das Lutas de Classes no Campo
Delwek Matheus *181*

Ruralidades e Ruralismos no Cinema Brasileiro dos Anos 2000
Célia Tolentino *195*

Sobre os Autores 223

Apresentação

Os onze textos reunidos nesta coletânea foram apresentados na Jornada de Estudos Agrários: Territórios e Movimentos Sociais no Brasil. O evento, realizado em 2014 na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília, reuniu intelectuais, estudantes de graduação e pós-graduação e integrantes dos movimentos sociais para discutir os problemas relativos à questão agrária no Brasil, com destaque para os desafios dos movimentos sociais diante, de um lado, da reestruturação do capitalismo internacional e seus impactos na economia brasileira e, de outro, dos impasses e dilemas diante da não realização da reforma agrária pelos governos 'populares' dos últimos 12 anos.

O eixo central dos textos baseia-se na reflexão sobre a questão agrária brasileira e nos dilemas e perspectivas da luta pela Terra e da reforma agrária. Nesse livro os textos foram agrupados em três partes: 1- Movimentos sociais e conflitos sociais no Brasil; 2- A reestruturação do capitalismo global e a questão agrária no Brasil; 3- A questão agrária, educação no campo e o rural no cinema brasileiro.

Abre a primeira parte da coletânea, o texto 'Movimentos Sociais. O que há de novo?' de José Geraldo A. B. Poker e Alexsandro E. Arbarotti. Nele, os autores realizam uma, profunda reflexão sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade. Para os autores, os movimentos sociais "[...] ao mesmo tempo que pretendem imprimir mudanças na sociedade em que atuam, contribuem para a produção de conhecimentos, a medida que oferecem às Ciências Sociais as experiências empíricas necessárias para comprovação ou refutação de hipóteses e teorias."

O segundo texto da primeira parte 'Apropriação dos bens comuns e os conflitos sociais no Brasil ' de Sérgio Augusto Domingues nos provoca a reflexão trazendo desde o pensamento indígena até os escritos do Jesuíta Antonio Vieira para alertar "... que não adianta mais insistir num discurso denunciativo sobre os desmandos do avanço da Economia Ocidental sobre os bens indígenas. Sabemos por certo que isto começou nos primeiros tempos. O jesuíta Antonio Vieira já denunciava estes desmandos e desde então pode-se dizer que nada mudou. Pelo contrário: só expandiu, cresceu e hoje como sabemos ameaça todo o planeta. "

O terceiro texto, 'Ser e estar Sem-Terra: uma aproximação etnográfica' de Nashieli Rangel Loera, problematiza a 'identidade' dos Sem Terra que para ela é um termo que "[...] revela-se heterogêneo e adquire diversos significados dependendo da condição de quem o menciona (acampados, assentados, militantes), do espaço de onde se fala (acampamento e assentamento), dos compromissos que se estabelecem com os movimentos e de quem é próprio interlocutor." A etnografia permite a autora "[...] colocar ações, palavras, frases e discursos em contexto de situação e ao mesmo tempo problematizar a fragilidade de certos conceitos como "identidade" que quando são usados de maneira automática e acrítica, obscurecem mais do que esclarecem o fato de que estamos diante de autocategorizações e classificações."

Na segunda parte do livro, 'A reestruturação do capitalismo global e a questão agrária no Brasil', Luis Francisco Corsi aborda a temática 'A reestruturação do capitalismo global e seus impactos na economia brasileira'. Esse tema é crucial visto que a questão agrária brasileira deve ser compreendida em seu processo histórico, ou seja, o debate sobre a questão agrária deve ser fundamentado e compreendido no que ele realmente é, ou seja, uma questão estrutural que nos remete a problemas históricos estruturantes da constituição e territorialização do modo capitalista de produção no Brasil. Em seu texto, o autor tece suas considerações sobre as transformações do capitalismo global nas últimas décadas e os seus impactos na economia brasileira. Demonstra que a atual configuração do capitalismo global resulta dos desdobramentos da crise estrutural do capitalismo da década de 1970. Para o autor a referida crise resultou da sobreposição de vários processos, dentre eles: perda de competitividade da economia

norte-americana, esgotamento do fordismo, ascensão das lutas de classe no mundo, crise do sistema monetário internacional, crise energética e crise de hegemonia dos EUA. Para ele, os EUA sob a égide do neoliberalismo comandou o período que se seguiu a reestruturação do capitalismo com o objetivo de controlar a contestação social, recuperar a rentabilidade do capital e recompor a sua hegemonia.

O segundo texto da parte dois 'A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária na atualidade' de Kelli Cristine de Oliveira Mafort, a autora realiza a análise da luta pela reforma agrária desde os anos de 1970 cotejando os contextos da reprodução ampliada do capital e da luta pela terra. Conclui que, na atualidade, a questão agrária brasileira não está superada, nem tão pouco, encontrou uma solução definitiva para o campo através da hegemonia do agronegócio. Para a autora, na atualidade, o avanço do capital no campo tem trazido consequências dramáticas para a humanidade, principalmente com relação à destruição dos recursos naturais e na consolidação do desemprego estrutural. Com relação à luta pela Reforma Agrária, salienta que mudou de conteúdo devido às alterações no contexto da luta de classes no campo brasileiro. Salienta também, que o agronegócio se consolidou de forma hegemônica, impondo limites destrutivos para os trabalhadores e para as trabalhadoras. Nesse cenário, o MST e a Via Campesina têm desenvolvido um processo de resistência, luta e enfrentamento ao capital, através das suas ações políticas.

O terceiro texto da parte dois, as autoras Mirian Claudia Lourenção Simonetti e Adriane Camargo apresentam à temática 'Geografia dos conflitos e violência no campo: os dados dos governos do Partido dos Trabalhadores.' Para as autoras, o texto trata dos conflitos fundiários e violência no campo brasileiro baseado nos dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) referente ao período entre 2003 a 2014, cujo período corresponde aos últimos 12 anos, abrangendo os três governos do Partido dos trabalhadores. Também situam suas análises cotejando-as com os números dos últimos 30 anos registrados pela Comissão Pastoral da Terra. Concluem que, as políticas voltadas para a agricultura, dos governos protagonizados pelo Partido dos Trabalhadores (2003 a 2014), ao incentivar o agronegócio de exportação em detrimento da agricultura familiar ou reforma agrária, ampliaram os conflitos que envolvem os camponeses

e as populações originárias. Destacam que a questão agrária brasileira e a violência no campo não podem ser explicadas somente no tempo de um governo, ou seja deve ser compreendida em seu processo histórico. Salietam que os conflitos fundiários evidenciam a formação das classes e grupos sociais, que colocam em relevo o protagonismo social permitindo a identificação empírica da classe concreta envolvida na luta pela terra.

O quarto e último texto da parte dois tem por título 'O Governo Lula e a tentativa de conciliação de classes antagônicas: o avanço do agronegócio versus a resistência dos movimentos sociais em defesa da soberania alimentar no Brasil' de Thaylizze Goes Nunes Pereira e Maria Angélica Paraizo. As autoras enfatizam que o atual modelo de produção agropecuária nacional está baseado no agronegócio, que envolve o conjunto de todas as atividades de produção, processamento, distribuição e comercialização dos produtos agrícolas e que tem como característica baixo valor agregado. Para as autoras a crítica dos movimentos sociais e pesquisadores da área com relação ao agronegócio é que a produção de *commodities* não tem como finalidade a produção de alimentos para a população local, mas sim a exportação de grãos – em sua maioria transgênicos – para suplementos de animais e/ou produção de energia, além de sua produção baseada na monocultura, que empobrece o solo, acaba com a biodiversidade e compromete de forma drástica a soberania alimentar do país. Desta forma, neste artigo expõem como se deu o afastamento do Partido dos Trabalhadores com relação aos movimentos sociais, sobretudo no que se refere ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as políticas de reforma agrária para o Brasil, mediante sua aproximação cada vez maior com o agronegócio e a burguesia. As autoras partem do pressuposto que a tentativa de conciliação de classes antagônicas vislumbrada pelo governo Lula era improvável, uma vez que o Estado é em si um órgão de dominação de classes. Assim, analisam o avanço do agronegócio no Brasil frente à resistência dos movimentos sociais tendo por referência os oito anos de governo Lula. Destacam que nesse período, os governos contribuíram para o agronegócio se apropriar ainda mais dos bens comuns, aprofundando no seio da agricultura brasileira a monocultura, os transgênicos e a exportação de *commodities*, que por sua vez, se refletem na desterritorialização das populações rurais,

gerando conflitos territoriais e inviabilizando a soberania alimentar no Brasil.

Abre a terceira parte o texto 'A questão agrária e os desafios da construção da reforma agrária popular' de Selma de Fátima Santos, Marcio José dos Santos e Angelo Diogo Mazin, a partir do qual apresentam a reflexões sobre o debate da luta pela terra e pela reforma agrária no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que resultou na elaboração do Programa de Reforma Agrária Popular, aprovado pelo VI Congresso Nacional do movimento realizado em Brasília no ano de 2014. O programa de Reforma Agrária Popular, defendida pelo MST é resultado de um amplo debate construído no interior do Movimento, que contou também com a articulação de vários setores da classe trabalhadora (Movimentos Sociais, Organizações Políticas, Sindicatos), além da contribuição de diversos intelectuais. Para os autores, o debate da Reforma Agrária Popular pressupõe a superação da proposta de reforma agrária clássica e a construção de um projeto que contemple a dimensão humana e de qualidade de vida em sintonia com o ambiente, a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais que contemplam as diversas formas de vida. Ao contrário da reforma agrária clássica que prevê a dimensão econômica e da renda, do lucro e do individualismo, pautado na propriedade privada da terra, no controle dos recursos naturais e da força de trabalho como fonte de lucro. Os autores nos colocam diante de" [...] uma construção recente em torno da reforma agrária popular que nos leva a um outro rumo de discussão e outra lógica de conceber as relação com a terra, com os seres humanos e com a natureza."

O segundo texto da parte três, de Silvia Aparecida de Souza Fernandes e Bruno Lacerra de Souza aborda 'As políticas de educação básica e educação do campo no Brasil'. Para os autores há uma diferença entre a educação do campo e a educação rural oferecida no Brasil desde as primeiras décadas do século XX, que expressa a ideologia governamental e a preocupação com o ensino técnico no meio rural (meio rural visto como o lugar do atraso). Já a educação do campo expressa à ideologia e força dos movimentos sociais, na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local e sustentável.

O terceiro texto da terceira parte aborda a Educação do Campo e os desafios das lutas de classes no campo. Para seu autor, Delwek Matheus, o objetivo do texto não consiste somente em fazer uma reflexão sobre a educação do campo enquanto política pública, mas na educação que resulta da conquista da luta dos trabalhadores. Para o autor, a educação sempre esteve presente na história de lutas da classe trabalhadora brasileira, embora no campo isso seja mais recente e esteja articulada a organização dos trabalhadores no meio rural. As novas possibilidades emergiram da luta pela terra e da maior organização dos trabalhadores e camponeses do campo, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos pela construção de barragens, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, Movimento dos Pequenos Agricultores, dentre outros, que se constituíram nos embates com as elites agrárias, buscando o fortalecimento da identidade de classes, com o objetivo de alcançar mudanças na estrutura de sociedade, que sempre se manteve sob o domínio dessas elites. A realidade que deu origem a este movimento por uma educação do campo vincula-se a violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade para o autor, de injustiça, desigualdade, opressão, que vem exigindo transformações sociais e estruturais no campo brasileiro.

O último texto 'Ruralidades e ruralismos no cinema brasileiro dos anos 2000', de Célia Tolentino, desta que no Censo de 2000, 86% da população nacional vivia em áreas urbanas instaurando-se no campo da Sociologia Rural brasileira um debate sobre o caráter desta rápida transformação que realizou em 50 anos aquilo que na Europa demandou alguns séculos. Nos estudos sobre a representação do rural no cinema brasileiro varios autores observaram que no período crucial da transição entre a nossa economia agrária para aquela predominantemente industrial a vida rural foi representada sob dois prismas principais: do atraso, ou como algo já superado e distante daquele que fala. Diante da nova e inegável hegemonia urbana brasileira, que parece ter sido tão desejada pelo imaginário coletivo, a autora se pergunta: que desenho faz hoje o cinema nacional sobre a vida rural?" Ao longo do texto a autora vai responder a referida pergunta através da análise de 37 filmes brasileiros.

Por fim, cabe salientar que a Jornada de Estudos Agrários: Territórios e Movimentos Sociais no Brasil, foi idealizada a partir de pes-

quisas e debates realizadas no âmbito do Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais (CPEA). Esse espaço de pesquisa foi criado em 1988, junto à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Marília, com a finalidade de criar um espaço laboratorial destinado à realização de pesquisas e estudos sobre a questão agrária, no qual os graduandos, pós-graduandos, professores e pesquisadores desta universidade pudessem realizar seus estágios, investigações, trabalhos científicos e acadêmicos. Possuí uma sede na própria Unesp e conta atualmente com pesquisadores, nas áreas da geografia, sociologia, antropologia e economia, que estudam temas sobre a questão agrária, movimentos sociais e assentamentos. No decorrer destes anos de existência, viabilizou e possibilitou a realização de algumas dezenas de pesquisas, que resultaram na elaboração de diferentes formas de trabalhos científicos, a saber: relatórios, artigos, monografias, livros, dissertações de mestrados e teses de doutorados, além de participar, organizar e realizar diversos eventos de cunho acadêmico e científico dentro e fora da Unesp.

Para a elaboração dessa coletânea agradeço aos estudantes e estagiários do CPEA Adriane Camargo, Bruno Lacerra de Souza e Thaylizze Góes Nunes Pereira que gentilmente colaboraram na sua organização e revisão técnica. Como se poderá perceber da leitura dos textos, essa coletânea traz um conjunto de contribuições relevantes para enfrentar temas fundamentais da sociedade brasileira contemporânea.

Mirian Claudia Lourenção Simonetti

PARTE 1

Movimentos sociais e conflitos sociais no Brasil

Movimentos Sociais: o Que Há de Novo?

José Geraldo A. B. Poker

Alexsandro E. Arbarotti

Quando se pretende tratar de movimentos sociais, sob qualquer aspecto que seja, no início é sempre importante cercar-se de alguns cuidados. Isto porque movimentos sociais devem ser primeiramente considerados como objetos dos mais caros e nobres nas Ciências Sociais. Talvez sejam eles os que melhor expressam e atualizam constantemente o imaginário antropológico, sociológico e político, construído sob influência da filosofia desde os gregos, passando pelo contratualismo iluminista, pelo positivismo comtiano, e terminado pelos clássicos, cada um a seu modo. Movimentos sociais exercem por isto um fascínio em cientistas sociais.

Impossibilitada epistemologicamente de construir laboratórios, devido à natureza do conhecimento que pretende produzir, as Ciências Sociais tem nos movimentos a oportunidade de observar sujeitos históricos em ação, e por meio deles avaliar a realização de experiências acerca das condições e condicionantes da vida social. Os movimentos são assim situações nas quais fenômenos próprios da vida social manifestam-se de maneira clara para cientistas sociais; fenômenos estes que não seriam vistos em ocasiões cotidianas, quais sejam os limites e possibilidades de atuação de seres humanos sobre si mesmos e sobre a sociedade em que vivem. Por isto, é possível afirmar que movimentos sociais são criações da modernidade, e expressam de maneira inconfundível a atuação de indivíduos que

constituem sua identidade na forma de *self* e que atuam sobre si mesmos e o mundo na forma de *agency*, como descreve C. Taylor, em *As fontes do self – a construção da identidade moderna* (1997).

É neste sentido que os movimentos sociais, ao mesmo tempo que pretendem imprimir mudanças na sociedade em que atuam, contribuem para a produção de conhecimentos, a medida que oferecem às Ciências Sociais as experiências empíricas necessárias para comprovação ou refutação de hipóteses e teorias.

Mais ainda, quando se observa movimentos sociais em ação, observa-se atores da sociedade competindo com o Estado pelo protagonismo na condução política e na produção das diretrizes de governo. Sujeitos de movimentos sociais atualizam os princípios da modernidade na vida prática. De forma radical, eles exercem a liberdade, no puro sentido kantiano, deixando à mostra a maneira como tomam para si o parâmetro da igualdade no entendimento de um contexto determinado, e por meio do cálculo racional encontram nas referências simbólicas da cultura os elementos de legitimação necessários para pretender modificações no *status quo*, com ou sem a ajuda do Estado. Devido a isto, os movimentos sociais podem ser vistos como a dimensão *sócio- espaço-temporal* definida por A. Heller (1972) enquanto *história*, quer dizer, o momento em que pessoas inseridas num contexto determinado, suspendem a dimensão da vida cotidiana para tentar construir outro cotidiano, em conformidade com demandas, projetos e modos de vida que não são satisfeitos na situação anterior.

Não bastasse a complexidade do objeto já apontada, outra dificuldade deve ser considerada. Atualmente, o objeto nomeado *movimentos sociais* e sua respectiva conceituação, encontra-se apresentado sob três possibilidades de manifestação. Nas Ciências Sociais, atualmente os movimentos sociais são apresentados e conceituados nas formas de *movimentos sociais*, *novos movimentos sociais* e *novíssimos movimentos sociais.*

No plano teórico-conceitual, quando alguém se refere a *movimentos sociais*, deve estar se referindo a um movimento provocado por fatores econômicos, cujas demandas são endereçadas ao Estado, a quem cabe responder à demanda do movimento na forma de ações localizadas ou execução de políticas públicas. Nesta perspectiva, os *movimentos sociais* seriam

aqueles em que a mobilização de sujeitos ocorre mediante as referências da *luta de classes* e da *consciência de classe*, ou seja, tanto a demanda, quanto os sujeitos são constituídos por causa de fatores relacionados à conquista ou manutenção de benefícios e direitos referentes à dimensão econômica da vida. O melhor exemplo para este tipo de movimento continua sendo o *movimento sindical.*

Diferentemente, nas Ciências Sociais também foi criada a expressão *novos movimentos sociais* para designar os movimentos nos quais os sujeitos se constituem e são mobilizados por força de fatores *identitários*, a partir do que dirigem suas demandas para o Estado, de maneira idêntica aos *movimentos sociais.* Como se verá mais adiante, nos *novos movimentos sociais,* os fatores que constituem tanto os sujeitos como, a forma de luta e as demandas dirigidas ao Estado, tudo isto decorre da maneira pela qual os sujeitos se identificam e se reconhecem mediante referências simbólicas, tradicionais ou não, que sinalizam visões de mundo e modos de vida concebidos como ideais por pessoas determinadas. Por isto, a demanda e as estratégias dos *novos movimentos sociais* são mais extensas, plásticas e complexas que as dos *movimentos sociais*. A demanda pode conter elementos de economia, mas a finalidade não é a de conquistar benefícios econômicos simplesmente. Os benefícios econômicos, quando são demandados, seriam aqueles necessários para viabilizar projetos de vida inscritos na memória, nas tradições ou mesmo criados em torno de referências vinculadas às concepções de *dignidade* ou de *vida boa* dos sujeitos envolvidos. Exemplos disto são os movimentos de luta pela terra, por moradia, por direitos de minorias, pela defesa do ambiente, exercício da sexualidade, entre outros.

Enfim, na literatura atual das Ciências Sociais os *novíssimos movimentos sociais* são definidos como aqueles movimentos organizados em torno de demandas econômicas ou referências identitárias, não importa. O que os caracteriza como *novíssimos* consiste no fato de que as demandas são dirigidas às organizações que compõe o chamado *sistema internacional*, ao invés de serem elas dirigidas a um Estado específico, como ocorre com *movimentos sociais* e os *novos movimentos sociais.* Outro aspecto que também é acrescentado na caracterização dos *novíssimos movimentos sociais* se refere à possibilidade de eles serem constituídos por sujeitos vinculados a diferentes matrizes sócio-culturais, de diversas nacionalidades e países, e

que criam *redes* entre si para atuação. Bons exemplos disto são os movimentos ambientalistas transnacionais, os de luta pelos Direitos Humanos e o movimento intitulado *Via Campesina,* entre outros.

Tendo em conta a importância que os movimentos sociais, em geral, tem na condição de objeto, é variado, complexo e extenso o contingente de conhecimentos que já foram produzidos sobre eles pelas Ciências Sociais, tanto na forma de propostas metodológicas, quanto na forma de estudos de casos empíricos. E sem explicação aparente sobre as causas, de tempos em tempos, são publicados balanços e avaliações, que visam sistematizar e analisar as diferenças epistemológicas e metodológicas existentes entre os diferentes processos e procedimentos utilizados por cientistas sociais, na tentativa de propor paradigmas para decifrar movimentos sociais.

Sobre isto, há que se lembrar de algumas obras que se tornaram famosas na literatura brasileira. Começa-se por citar a conhecida obra de Leonilde Servolo de Medeiros, *História dos movimentos sociais no campo*, publicada em 1989. Outra obra importante foi o dossiê *Movimentos sociais – questões conceituais*, publicado pela revista Lua Nova em 1989. A seguir, Maria da Glória Gohn, em 1997, publicou *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. E imbuída também pela intenção de sistematizar o conhecimento sobre os movimentos sociais, mais recentemente registra-se o artigo *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate,* escrito por Ângela Alonso, e publicado pela revista Lua Nova em 2009.

Em todas estas obras, observa-se o cuidado em fazer levantamentos nas publicações nacionais e internacionais acerca das possibilidades de interpretação dos movimentos sociais. No entanto, para alcançar a finalidade que se pretende com este artigo, que consiste muito mais em propor uma metodologia de interpretação do que propriamente sistematizar o que já foi feito, tomou-se como referência alguns autores, de dentro e de fora do campo de estudos dos movimentos sociais, a que se recorreu para retirar deles traços e pistas mediante os quais se poderia construir uma conceituação *sob medida* para os limites e pretensões do que se quer oferecer aqui.

O trabalho de conceituação começa emprestando elementos da análise feita por Alain Touraine (1989), na qual ele define os movimentos sociais como conflitos de classes contra a ordem, cuja existência tende a

generalizar-se na sociedade pós-industrial, porque ela faz com que desapareçam o sagrado e as tradições, instituições cuja função é a de transmitir do passado para o presente as regras de organização social e cultural que fundam a coletividade. Com o declínio do sagrado e das tradições, continua o autor, generalizam-se os conflitos, o "que enfraquece, progressivamente e frequentemente de maneira espetacular, o papel da intelligentsia, definida como o conjunto das pessoas instruídas que servem de mediadoras entre as categorias excluídas do sistema político e este." (TOURAINE, 1989, p. 7). O conflito, essência do movimento social, é associado pelo autor a um comportamento de não conformidade, e tolerado na sociedade pós-industrial pelas características de um sistema político aberto. Caso contrário, quando há um fechamento do sistema político, "submetido a um despotismo, os movimentos sociais consequentemente se dispersam e acabam por se confundir com comportamentos marginais e de desvio." (TOURAINE, 1989, p. 17).

O autor atribui em última instância a existência dos conflitos à sociedade pós-industrial, porque ela suprime das pessoas qualquer recurso a essências, o que torna a sociedade um campo de conflitos, "que podem ou não ser negociados e limitados, conforme o estado da coletividade política considerada e de suas instituições." (TOURAINE, 1989, p. 18).

Um pouco diferente é a análise feita por Alberto Melucci. Para ele, os movimentos sociais podem ser entendidos como "sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites." (MELUCCI, 1989, p. 52). O autor acredita que esta é a melhor forma de estudar a questão dos movimentos, dado que as outras opções, o funcionalismo e o marxismo, para ele, não conseguem responder satisfatoriamente às interrogações advindas da problemática, que pode ser descrita nestes termos:

> As teorias do isolamento negligenciaram a dimensão do conflito dentro da ação coletiva e a reduziram à reação patológica e à marginalidade. Os modelos de solidariedade foram incapazes de explicar a passagem das condições sociais para a ação coletiva. O problema marxista clássico (como passar da condição de classe para a consciência de classe) ainda existe e não pode ser resolvido sem levar em consideração como um ator coletivo é formado e mantido. (MELUCCI, 1989, p. 51).

Dessa forma, Melucci (1989) procura oferecer uma definição para movimentos sociais, considerando-os como uma forma de conflito não patológico, mas que afeta o modo de produção ou o cotidiano de pessoas determinadas. Melucci (1989) também descarta que os movimentos sejam apenas ações motivados por uma orientação econômica, calculada em termos de custos e benefícios. Em suas palavras, "eles também estão buscando solidariedade e identidade, que diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados." (MELUCCI, 1989, p. 53).

Feito isso, Melucci (1989, p. 57) formula o seu conceito:

> Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados de outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com ‹movimentos› e ‹protesto›.

Nas muitas obras produzidas por J. Habermas (1981, 1984, 1987), encontra-se também uma conceituação e explicação para a ocorrência dos movimentos sociais. Baseado numa interpretação influenciada pela sociologia política weberiana, Habermas demonstra que os movimentos sociais decorreriam das transformações da sociedade provocadas pela modernidade, o que implica a conclusão de que eles, os movimentos sociais, somente são possíveis na sociedade moderna, e tem origem nas lutas sociais motivadas por interesses econômicos.

Além disto, os movimentos sociais são também respostas da sociedade ao processo de colonização do mundo da vida, resultante da hipertrofia do Estado e da burocratização na administração do direito. O aumento da esfera de atuação do Estado mediante a burocracia, segundo analisa Habermas, tende a expandir a lógica sistêmica sustentada pela racionalidade instrumental, que gradativamente avança e destrói os fundamentos da racionalidade comunicativa, sobre a qual se estabelece o cotidiano.

Os movimentos sociais, principalmente os denominados *novos movimentos,* são considerados expressões de resistência da sociedade ao domínio do Estado e da burocracia, como reações à padronização e à

racionalização das interações sociais, e nesse sentido, seriam práticas de resistência para a manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, por meio das quais podem ser formuladas demandas referentes à qualidade de vida, igualdade, dignidade, participação política e direitos humanos (HABERMAS, 1981, p. 33). Na argumentação de Habermas, a resistência a racionalidade instrumental proveniente do Estado e da burocracia, explica porque os movimentos sociais, sobretudo *os novos*, organizam-se de maneiras típicas, geralmente autogestionárias, constituindo espaços de democracia deliberativa e cooperação, nos quais os sujeitos podem experimentar formas de interação estabelecidas mediante a racionalidade comunicativa.

Os movimentos sociais podem ser interpretados de outra maneira por aqueles que utilizam o paradigma conhecido como *individualismo metodológico*, que se divide em *marxismo da escolha racional* e *teoria dos jogos*. Trata-se de uma corrente de pensamento auto posicionada no interior do marxismo, que a ele agrega elementos da teoria weberiana da ação social.

Esta metodologia interpretativa tornou-se conhecida no Brasil principalmente pelos trabalhos de Adam Przeworski (1988) e Jon Elster (1989). Para eles, é preciso reinventar o marxismo a partir da perspectiva individual, para superar a influência funcionalista que compromete não somente a produção de seus discípulos, mas que está fortemente presente no pensamento de Marx, seu fundador.

Segundo Elster e Przeworski, por estar comprometida com o funcionalismo, a teoria marxista não consegue fornecer explicações à história que não sejam teleológicas. Nas palavras de Przeworski (1988, p. 8), o "marxismo era uma teoria da história sem qualquer teoria sobre as ações das pessoas que faziam essa história." Elster (1989, p.167), por sua vez, afirma que o marxismo trata a história como uma ação sem sujeito. Para ambos, a teoria marxista carece de microfundamentos, para que a análise dela advinda consiga ultrapassar os limites da ação condicionada.

Por conta dessa incapacidade atribuída à metodologia marxista em compreender a história a partir do ponto de vista do sujeito que a faz e vive, Elster (1989) acredita na superioridade explicativa da teoria dos jogos, que para ele constitui-se no "paradigma adequado para as ciências sociais" por constituir-se num modelo interpretativo no qual prevalece a "explicação

causal-intencional mista -- compreensão intencional das ações individuais e explicação causal de suas interações." (ELSTER, 1989, p. 181).

Segundo a teoria dos jogos proposta por Elster (1989), os indivíduos agem não somente por conta de sua situação de classe, mas agem sobretudo racionalmente, escolhendo estratégias que melhor lhes permitam concorrer mutuamente. Nas palavras do autor:

> Quando um ator escolhe uma estratégia ele deve levar em conta o que farão os outros. Uma estratégia que seja ótima contra uma série de estratégias alheias pode não ser necessariamente a melhor contra uma outra série de estratégias. Portanto, para chegar à sua decisão o jogador deve prever as decisões dos outros, sabendo que eles estarão tentando prever a sua. A escolha de cada um depende da escolha de todos. [...] Um elemento essencial da situação é a informação que os atores possuem uns sobre os outros. (ELSTER,1989, p. 184).

Elster (1989, p. 187) aponta que, num contexto de ação coletiva, há quatro tipos de estratégia que os indivíduos podem escolher para competir: a *cooperação universal*, quando todos os participantes resolvem cooperar para que todos se beneficiem; *egoísmo universal*, quando os indivíduos se agregam para obter o máximo de vantagem uns dos outros; *free-rider*, quando um indivíduo literalmente vai de carona na ação cooperativa de outros, beneficiando-se de seus resultados; e por fim a estratégia do *sucker* (trouxa), que acontece quando alguém escolhe assumir-se como herói, prejudicando-se isoladamente em benefício dos outros.

No campo do marxismo propriamente dito, há um sem número de contribuições sobre movimentos sociais cujos limites desta pesquisa não permite abranger. Considerando essa impossibilidade (e incapacidade), é que nesse momento faz-se oportuno recorrer ao estudo realizado por Ilse Sherer-Warren (1987) sobre o tema movimentos sociais, no qual sintetiza diversas formas de enxergar a questão dentro de análises vinculadas ao marxismo.

Dentro desse campo, a autora procura destacar de obras que vão de Marx a Gramsci, passando por Sartre, Rosa Luxemburg, Lukács e Lênin, as categorias de conceitos que considera fundamentais para levar

adiante o estudo do tema em questão, quais sejam as concepções de práxis, ideologia, alienação, consciência de classe e organização.

Os movimentos sociais são assim definidos por Sherer-Warren (1988, p. 21) como sendo "uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmo objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e direção)."

A expressão práxis é concebida por Sherer-Warren (1989, p. 15) como "toda ação para transformação do social, desde que esta ação contenha um certo grau de consciência crítica." Por *ideologia*, a autora entende "os princípios valorativos, as manifestações culturais e as representações de caráter classista que orientam a práxis do grupo e a elaboração de seu projeto." (SHERER-WARREN, 1989, p. 19). O *projeto* para ela, significa a razão da atuação do grupo social na realidade, que "pode ser uma utopia de transformação, seja o desejo e intento de superação da situação presente ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatistas do grupo, presentes em seu cotidiano." (SHERER-WARREN, 1989, p. 16).

E finalmente, quando busca definir *organização* e *direção*, a autora recorre a dois tipos opostos de relação dirigentes/dirigidos no interior dos movimentos sociais, identificando-os como *basismo* e *vanguardismo*. Basismo significa a vontade de "reduzir ao mínimo a necessidade de lideranças intelectuais, políticas ou outras para o movimento, considerando-as como possíveis formas de autoritarismo ou elitismo." (SHERER-WARREN, 1989, p. 18).

Vanguardismo refere-se à "defesa da necessidade de uma elite intelectual, política ou outra que orienta e dê uma direção ao movimento em seu desenvolvimento, tendo também um papel importante na conscientização dos membros do grupo participante." (SHERER-WARREN, 1989, p. 19).

O dado mais importante no estudo em questão, é o fato de que a categoria *consciência de classe* é apresentada como componente essencial na abordagem marxista sobre movimentos sociais. E é ao redor dessa categoria que aparecem as divergências teóricas dentro do marxismo clássico, sendo ela responsável por propostas de *práxis* que levam ao *vanguardismo*

sugerido por Lênin e Gramsci, principalmente, e ao *basismo* representado por tendências mais voltadas ao pensamento de Lukács e sobretudo de Rosa Luxemburg.

Sherer-Warren (1989) aponta que para Lênin, fica evidente a incapacidade da *massa* em chegar à consciência por si mesma, sem a mediação de um partido que atue como *vanguarda revolucionária do proletariado*, o que necessariamente já se constitui num princípio de desigualdade que se estabelece entre dirigentes e dirigidos. Por conta disso, segundo a autora, Lênin tem sido criticado "pelo viés de autoritarismo na organização, que decorre deste posicionamento de supervalorização da vanguarda." (SHERER-WARREN, 1989, p. 47).

Para Gramsci, da mesma forma, a *massa* não conseguiria atingir o nível da consciência sem contar com a direção cultural de um *intelectual orgânico*, cuja missão é agir dentro dos movimentos como repetidor incansável dos próprios argumentos, e "trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento da massa, o que significa trabalhar na criação de elites intelectuais de novo tipo." (SHERER-WARREN, 1989, p. 66).

Já o conceito de consciência de classe em Lukács, para Sherer-Warren, situa-se a "meio caminho da teoria do espontaneísmo das massas de R. Luxemburgo e dos princípios de burocratização e autoritarismo do Partido" (SHERER-WARREN, 1989, p. 59), proposto por Lênin.

No entanto, considerando a importância que o marxismo em geral atribui à *práxis*, o que o faz classificar como inútil qualquer teoria que não se dirija à transformação da realidade, sempre rumo ao socialismo, o estudo elaborado por Sherer-Warrem (1989) indica com clareza o destino atribuído ao conceito *consciência de classe*: na prática, tal conceito desenvolvido com base nas vertentes marxistas, sejam elas vinculadas ao *vanguardismo* ou ao *basismo*, trazem consigo um risco iminente, já denunciado por Lukacs, que é o de prestar-se a construção de *modelos ideais* de consciência. Ou seja, os diversos conceitos marxistas de consciência de classe parecem todos eles sugerir que o indivíduo consciente tenha de ser obrigatoriamente socialista.

Em consequência, a crença em que os movimentos sociais sejam práticas resultantes de uma consciência de classe arquitetada pela ação/

intervenção de um agente da vanguarda ou *intelectual orgânico* sobre uma massa sem forma definida, sem dúvida supervaloriza o ator *intelectual*, desprezando aqueles que se constituem em mera *massa*, que nessa concepção aparentemente nada mais seriam que depositários da ideologia dominante, sem sequer competência de esboçar projetos voluntários de reação.

Não raro, como também demonstram análises já apontadas aqui, por conta desse parâmetro, há uma generalização da noção de *ideologia*, fazendo-a englobar toda forma de atividade intelectual e suas manifestações materiais que não se enquadrem nos modelos de consciência de classe formulados pelo partido ou pelos intelectuais. É muito freqüente a confusão entre *ideologia* e *cultura,* o que faz com que esta última, vista aos olhos da consciência, já esteja antecipadamente condenada como estado de *alienação*.

A impressão aí deixada pelo emprego da noção de consciência de classe, é que se está diante de uma concepção hierarquizada de história, cuja construção seria monopólio de uma elite de heróis condutores e conscientes. E a exemplo das narrativas do Antigo Testamento bíblico, tudo parece acontecer em torno de juízes, profetas e reis, não se atribuindo qualquer relevância à ação concreta e cotidiana daquelas pessoas da chamada *massa*, às quais o cumprimento de ordens talvez seja o único motivo de sua existência e destino.

O mesmo vale para o princípio explicativo proposto pelo chamado funcionalismo, que de igual maneira dedica-se à busca de causas externas para a explicação de problemas internos da sociedade, como os conflitos e revoltas. Isto é, o princípio explicativo do funcionalismo, baseado no pressuposto de que as sociedades são sistemas orgânicos que tendem a ser saudáveis, tudo o que venha a acontecer em seu interior deve-se em muitos casos à influência de fatores externos a eles. Nesse caso, os movimentos sociais, aí concebidos como conflitos patológicos, seriam causados por idéias estranhas ao sistema, trazidas de fora, que afetariam os indivíduos de dentro na direção da quebra dos nexos de solidariedade no qual estejam inseridos.

Por outro lado, se o intento é valorizar a ação concreta, singular e subjetiva na construção histórica do cotidiano, o recurso ao paradigma do

individualismo metodológico também parece insuficiente para tanto. As formulações do paradigma, algumas delas pertinentes, deixam lacunas que sugerem uma série de interrogações. Por exemplo, se a vida dos indivíduos se reduz a uma competição, na qual cada um escolhe racionalmente a melhor estratégia para derrotar seu opositor, que pode ser qualquer um que lhe cruze o caminho, parece complicado compreendê-los organizados em torno de relações de cooperação e solidariedade. Mais ainda, este recurso interpretativo sugere, no limite, que o cotidiano das pessoas possa ser reduzido a uma relação meramente contábil com os ambientes social e natural, em que a vida de cada indivíduo parece ser uma interminável sucessão de equações custo/benefício, cuja busca de vantagem sobre os adversários dá o sentido da existência.

Uma interpretação a partir desse paradigma pode levar também facilmente a análises que concluam por explicações espontaneístas dos movimentos sociais. Se cada indivíduo age movido única e exclusivamente pela própria vontade, que aí consiste em escolher racionalmente estratégias apropriadas ao alcance de metas, um movimento social poderia ter sua explicação reduzida ao universo racional dos indivíduos nele envolvidos e suas escolhas, não cabendo outros elementos motivadores nesse contexto, como as utopias, por exemplo, que não se enquadram especificamente no modelo de escolha racional.

Fábio W. Reis, em *Identidade, política e teoria da escolha racional* (1988), elabora reflexões que se situam a meio caminho entre as contribuições do individualismo metodológico e os demais paradigmas das Ciências Sociais, a que se pode recorrer na tentativa de conceituais movimentos sociais. Suas reflexões parecem importantes para tentar resolver o impasse metodológico exposto logo acima.

O autor começa suas considerações a partir do exame de dois diferentes significados que se pode atribuir à expressão *ideologia*. Um deles é o usado pela Sociologia do Conhecimento, que a trata "como o conjunto difuso de valores, crenças ou ideias de qualquer tipo que se associam a determinada configuração de condições sociais gerais [...] que vêm a construir a 'visão do mundo' das pessoas." (REIS, 1988, p. 27). O outro sentido é o empregado como *ideologia política*, como conjunto estruturado e

coerente de ideias que encerra como dimensão saliente a de estar destinado a servir de guia para a ação política.

A partir da distinção entre as duas faces da *ideologia*, o autor indica também o contraste entre a dimensão do social, para ele a dimensão do adscrito, do dado, e o político, "tomado como a dimensão do voluntário e do deliberado." (REIS, 1988, p. 26). Nesse sentido, a ação política somente pode ser classificada como ação lúcida, intencional e racional, porque voluntária.

Mas a ação para o autor, se esta implica sempre numa racionalidade, implica também que o sujeito que age esteja investido de informações segundo as quais orienta sua ação. E esse conhecimento requer que o agente crie as condições em que ele, o conhecimento, se realiza, isto é, um contexto de intersubjetividade, o que classifica como *ação comunicativa* (REIS, 1988, p. 27), o que só pode acontecer num ambiente de convívio de atores sociais.

Embora não faça alusões diretas a isso, o autor permite a interpretação de que, em se tratando de ações cooperativas, como é o caso dos movimentos sociais, esse tipo de ação exige do indivíduo muito mais que o processamento de informações. Exige também "algum grau de fechamento, decisão, firmeza ou engajamento, o que equivale a dizer que os fins ou objetivos da ação devem estar estabelecidos de maneira suficientemente clara e consistente, ou a busca de objetivos ou intencionalidade como tal será impossível." (REIS, 1988, p. 27).

Necessariamente, continua o autor, esse tipo de ação requer do indivíduo um certo grau de abertura intelectual, na qual haja a possibilidade de processar informações, aprender sobre si mesmo para que decida-se de maneira reflexiva e autônoma, mantendo uma relação de fidelidade a si mesmo. Nas palavras de Fábio W. Reis (1988, p. 28):

> Um desdobramento dessa linha de considerações diz respeito às relações entre abertura intelectual e a própria ideia de caráter ou identidade. Por um lado, esta última claramente implica um importante componente de fechamento e engajamento, de fidelidade a certos objetivos orientadores que pertencem, de alguma forma, autenticamente ao sujeito que age, o que significa sobretudo que tais objetivos revelam afinidades com traços de sua personalidade que lançam raízes em seu

> passado profundo e em sua memória e lhe são largamente dados ou mesmo impostos.

São estes componentes, pertencentes ao âmbito da identidade individual, que segundo Fábio W. Reis (1988) podem ser tidos enquanto condições irracionais que fundamentam muitas vezes as ações racionais. Ou ainda, conforme sua própria conclusão,

> Em suma, a questão da racionalidade gira em torno da tensão contida na noção de ação informada: agir significa fechamento, engajamento, objetivos claros e consistentes (persistentes); a obtenção e o processamento de informações implicam abertura, disponibilidade distanciamento. Tudo parece reduzir-se assim, à inevitável dialética entre 'autocentrismo' e 'descentração' que se acha implícita naquela noção. (REIS, 1988, p. 30).

Outro estudo já feito sobre movimentos sociais é o apresentado por Lígia Sigaud (1986), que pesquisou um ciclo de greves na zona da mata pernambucana iniciado em 1979. Embora se dedique à análise de um fato concreto e não propriamente a refletir sobre metodologia, suas conclusões parecem indicar como que uma síntese entre as ponderações aqui apresentadas.

Nessa obra a autora considera como fundamento e motivação do ciclo de greves por ela abordado, a existência de um elemento chamado *identidade de classe* (SIGAUD, 1986, p. 535). Embora baseando a explicação do fenômeno em categorias vinculadas ao marxismo, como luta de classes, por exemplo, Lígia Sigaud (1989) em momento algum recorre ao conceito consciência de classe para justificar o movimento da greve.

Suas reflexões permitem entrever que o emprego da noção de identidade de classe lhe dá maior mobilidade em termos de análise, aumentado seu o potencial explicativo por não consistir na elaboração de modelos de comportamento do tipo qual deve ser a ação padrão de um trabalhador consciente de sua condição.

Rapidamente considerando, a autora sustenta no estudo em questão que o sucesso das greves dos cortadores de cana, avaliado em termos de conquistas dos trabalhadores, provém de um trabalho de mobilização

realizado pelo sindicato, que, para atender às exigências da lei de greve, acabou por transformar o que seria apenas uma luta salarial, num processo ritual no qual definiram-se interesses e daí identidades: os clandestinos e os fichados que se constituem em oposição aos interesses de fornecedores e usineiros. Segundo a autora, nesse momento, no

> momento da greve, as diferenças internas a cada grupo, como por exemplo aquelas que separam os 'fichados' dos 'clandestinos' e os 'usineiros' dos 'fornecedores', se anulam e patrões e trabalhadores passam a atuar em função de interesses comuns, se corporificando em duas classes distintas. (SIGAUD, 1986, p. 532).

Pelo mesmo caminho envereda a análise de Maria Conceição D'Incao (1991), que recorrendo ao estudo de caso, pesquisou no cotidiano do Assentamento de Porto Feliz as influências que a ausência ou a fragilidade de projetos políticos e institucionais de Reforma Agrária podem exercer sobre os rumos dos assentamentos existentes. Grosso modo, a autora indica que a luta travada por técnicos do Estado e mediadores quanto à viabilização econômica dos assentamentos, praticamente impõe aos assentados a adoção de um tipo de vida que raramente corresponde àquilo que idealizaram para si na terra. Devido a isso, os assentados são como que obrigados a cooperar entre si, contrariando os padrões culturais de sua origem. Mas, conclui a autora, o que sobrevém de tudo isso é a *velha desconfiança*.

Como já indicado acima, a vantagem do recurso à ideia de identidade da forma como foi usada por Lígia Sigaud (1989), está no fato de que o emprego dessa categoria dificulta bastante que a análise eventualmente desemboque na formulação de modelos, que há o risco de acontecer, e que se quer evitar.

Tal procedimento viabilizaria situar o *locus* da problemática no universo de uma cultura constituída mediante tradições, sem correr riscos de reduzi-lo à ideologia. E por não depender da elaboração de modelos, a noção de identidade de classe possibilitaria, como o desejado, que a análise atinja o elemento singular sem que este se apresente deslocado de um contexto mais amplo do qual qualquer movimento sociais faz parte. Ou seja, privilegiando a dimensão da identidade como fator preponderante num movimento social, pode-se chegar a uma interpretação que se aproxime de

sua complexidade, enxergando-o como síntese do entrecruzamento da trajetória singular de vários sujeitos, todos constituídos historicamente pela rede de relações em que se encontram envolvidos.

No entanto, tanto quanto estabelecer um conceito de movimentos sociais, pretender encontrar uma noção definida de identidade que se preste ao emprego nas Ciências Sociais, é tarefa igualmente difícil. E isso não acontece por insuficiência de material a respeito. Apesar da variedade de estudos sobre o tema, o problema da definição do conceito não chega a ser resolvido, como confessou Levi-Strauss ao encerrar um seminário dedicado a uma discussão multidisciplinar da questão da identidade, realizado em 1981.

Na Filosofia, Heidegger (1991), refletindo sobre o princípio da identidade, recorre a Parmênides e à tradição filosófica, para entendê-lo sobretudo como expressão de igualdade, na qual duas coisas, mais do que semelhantes, possam ser o mesmo uma da outra, estando aí associado, no pensamento ocidental, também a idéia da unidade, sem que esta signifique uniformidade.

Para Heidegger, a identidade é a parte constitutiva do ser do ente, como *mesmidade* entre pensar e ser, que se revela na dualidade da expressão *comum-pertencer*. Segundo ele, se a ênfase é dada à primeira parte da expressão, o sentido de pertencer é determinado a partir de sua unidade. Então,

> "pertencer" significa: integrado, inserido na ordem de uma comunidade, instalado na ordem de algo que é múltiplo, reunido para a unidade do sistema, mediado pelo centro unificador de uma adequada síntese", que é representada pela filosofia como "nexus e connexio, como a necessária junção de um com o outro". (HEIDEGGER, 1991, p. 141).

Por outro lado, caso a ênfase se dê à segunda parte da expressão, significa que "a comunidade é agora determinada a partir do pertencer", implicando não mais em "representar o pertencera partir da unidade da comunidade, mas de experimentar esta comunidade a partir do pertencer." (HEIDEGGER, 1991, p. 142). Mas sobre isto, o filósofo adverte que "esta indicação não se esgota num vazio jogo de palavras que algo inventa", mas que deve ter respaldo "num estado de coisas verificável." (HEIDEGGER, 1991, p 142).

Dentro do universo abrangido pelas Ciências Sociais, a noção de identidade aparece como tema em vários estudos, sobretudo no campo da Antropologia. Entre eles, estão as conhecidas obras de Roberto Cardoso de Oliveira, *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, de 1968, e de Carlos Rodrigues Brandão, *Identidade e Etnia - construção da pessoa e resistência cultural*, de 1986. Nestes dois lugares, como indicam os títulos das obras, e muito mais saliente nas reflexões de Carlos Brandão, a palavra identidade somente se torna objeto inteligível quando associada à etnia.

Como que fundamentando a advertência de Heidegger instantes atrás, fica claro nas obras citadas a inviabilidade das tentativas de compreensão da noção de identidade, se esta for reduzida à abstração de si mesma. Isto é, parece ser impossível tratar de identidade, principalmente no caso das Ciências Sociais, sem recorrer às suas formas de manifestação material situadas na relação indivíduo - sociedade, que se faz pensamento e ação, o ser e suas maneiras de existir sob a forma da cultura, e daí novamente identidade.

Carlos Brandão (1986), em linguagem didática, mostra a problemática da identidade e de sua percepção pelo sujeito como movimento a um só tempo individual e coletivo, que acontece quando do reconhecimento da diferença proporcionado por relações de oposição, nas quais *o diferente é o outro*. Disso resulta a "consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou." (BRANDÃO, 1986, p. 8). Ressalta porém, que a descoberta da identidade acontece num ambiente relacional, não sendo possível como movimento isolado do indivíduo fechado em si mesmo, mas em situações que o coloca frente a um outro ao qual se opõe, daí se afirmando como igual a si mesmo, reconhecendo-se da mesma forma pertencente a uma coletividade de iguais. A identidade aqui é vista sempre tendo o outro como seu parâmetro.

Há também a obra de Erving Goffman (1982), na qual a identidade aparece como elemento resultante da relação do indivíduo com a sociedade e da forma como isto se dá. Da sociedade, que engloba tanto o conjunto de outras pessoas, como também a estrutura social, o indivíduo recebe informações segundo seu status e os diversos papéis que desempenha. Mediante a elaboração interna das informações externas, o indivíduo

chega a uma definição sobre si mesmo, a uma identidade, sem a qual não consegue conviver na sociedade.

Neste ponto, chega-se a Tilman Evers. Num artigo publicado em 1984, Evers foi um dos primeiros a conceituar os chamados *novos movimentos sociais*. Na análise proposta por Evers, não se deve tratar os *novos movimentos sociais* como práticas subversivas de contestação, que investem contra toda uma estrutura social buscando sua superação. Eles também não devem ser entendidos como expressão da batalha pelo socialismo contra as formas de conservação do capitalismo. Trata-se de entender os *novos movimentos* enquanto formas de luta cujas pretensões possam ser resumidas no ímpeto de instituir, dentro da sociedade civil, espaços para práticas sociais e culturais alternativas e que sejam reconhecidas, sem que isso imediatamente represente a vontade de construir uma outra sociedade. Isso aponta muito mais para o desejo de fundar uma sociedade realmente pluralista, que não necessariamente tenha de ser socialista.

Mais recentemente, outras chaves interpretativas tem sido evocadas para efeitos de produção de conhecimentos sobre movimentos sociais nas Ciências Sociais. Tratam-se das perspectivas vinculadas à *sociologia política do reconhecimento*, cujos expoentes mais conhecidos são J. Habermas, N. Fraser, A. Honneth e Nancy Fraser. Por já existirem muitas obras referentes a esta nova temática nas Ciências Sociais, dispensa-se aqui considerações mais detidas acerca da fundamentação epistemológica que sustenta cada uma das problemáticas específicas, abordadas pelos autores mencionados. No entanto, caso se queira mais detalhes sobre isto, recomenda-se consultar a obra de Mattos (2006).

Em conformidade com o que se pretende com este artigo, pensa-se ser suficiente mencionar que as abordagens próprias da sociologia política do reconhecimento, cada uma a seu modo, destinam-se a identificar e analisar os fatores causadores de conflitos nas sociedades multiculturais.

Por *reconhecimento*, pode-se entender as formas pelas quais cada modo de vida culturalmente específico demanda a validação dos demais numa situação de diversidade e pluralidade de referências culturais, que estão simultaneamente presentes nas sociedades globalizadas atuais. Não raro, nestas sociedades, especificidades culturais constituem grupos sociais

cujas características os tornam vulneráveis na relação com outros, quando não são reconhecidos como sujeitos de direitos em igualdade com todos os outros. E esta fragilidade pode criar uma situação de marginalização social de pessoas portadoras de determinadas características, que por causa disto eventualmente tornam-se sujeitas à exploração econômica, ou à discriminações diversas. Esta seria a condição das chamadas *minorias culturais*, que nem sempre são minorias estatísticas, e que precisam da proteção do Estado para que tenham acesso aos direitos de cidadania, e desta forma não sejam discriminadas nem exploradas economicamente pelos grupos culturais majoritários na sociedade multicultural.

Nesse sentido, as *sociologias do reconhecimento* se desdobram em apontar e analisar causas de conflitos sociais decorrentes do *não reconhecimento,* ao mesmo tempo em que também formulam propostas acerca das formas adequadas com que o Estado deve intervir mediante as *políticas de reconhecimento* visando à *inclusão*, quer dizer, a promover a universalidade no acesso aos direitos fundamentais para todas as pessoas, não obstante a vinculação cultural e o pertencimento delas a quaisquer grupos presentes na sociedade em que o Estado atua.

Por causa destas características apontadas acima, as *sociologias do reconhecimento* foram transformadas em chaves interpretativas das lutas sociais, sobretudo para aquelas realizadas sob a forma dos *novos* e *novíssimos movimentos sociais*. Mas, a despeito de trazer um certo *frescor* por meio da aquisição de um novo vocabulário no campo de estudos dos movimentos sociais, a *sociologia política do reconhecimento* não proporcionou inovações suficientes para alterar substancialmente o conteúdo e a forma da abordagem costumeira sobre o assunto nas Ciências Sociais.

Grosso modo, os movimentos sociais, sejam eles os originais, os *novos* e *novíssimos*, agregando o vocabulário próprio da *sociologia do reconhecimento*, podem ser genericamente definidos da maneira que segue.

Movimento social é a ação política de um grupo organizado em torno de uma causa, que atua sobre a sociedade e encaminha demandas ao Estado. A atuação sobre a sociedade visa à construção da legitimidade de uma pretensão, o reconhecimento de uma diferença. A demanda enca-

minhada ao Estado tende a estabelecer a igualdade mediante o reconhecimento de um direito, portanto.

Por isto, movimentos sociais tendem a ser inovadores, dado que são forças que atuam sobre a sociedade e o Estado, lutando pela produção e efetivação de direitos, sobretudo confrontando tradições e outras irracionalidades presentes como regulações nas relações sociais. Assim, movimentos sociais forçam a expansão rápida das fronteiras do direito, que sem as lutas sociais ficariam condicionadas ao lento aperfeiçoamento da racionalidade para serem expandidas.

Movimentos sociais têm a tendência de provocar o desenvolvimento da sociedade, questionando princípios e valores dominantes. No entanto, por se constituírem em processos que envolvem disputas e lutas entre forças lutas, que não necessariamente se organizam e se legitimam mediante a lógica do direito racional, também podem gerar situações de afirmação de privilégios.

Então, cabe às Ciências Sociais analisar criticamente os movimentos sociais, avaliando as pretensões, estratégias e ações por meio de critérios emancipatorios, quais sejam a rejeição às inferiorizações em todas as relações sociais, e a afirmação da dignidade como condição ideal para a vida em sociedade, de forma que qualquer pessoa, n ao importa sua vinculação cultural, deve ser reconhecida e tratada como fim em si mesma.

Neste ponto, apresenta-se a proposta da *reconstrução racional*, elaborada por Habermas, e que pode ser utilizada para inovar na produção de conhecimentos sobre fenômenos sociais, dentre eles os próprios movimentos sociais. Lembra-se que a interpretação de Habermas sobre os movimentos sociais já fora apresentada antes. O que se pretende daqui para frente não é retornar à conceituação dos movimentos sociais, mas oferecer uma possibilidade alternativa mediante a qual se consiga produzir conhecimentos críticos para avaliação do potencial emancipatorio neles contido.

O raciocínio utilizado para a apresentação da *perspectiva da reconstrução racional* encontra-se no texto *Ciências Sociais reconstrutivas versus Ciências Sociais Compreensivas* (CSRCSC), publicado na obra *Consciência moral e agir comunicativo* (HABERMAS, 1989).

No texto citado, a apresentação da *reconstrução racional* foi feita por Habermas em torno de quatro eixos de argumentação, a começar pela elaboração de um breve balanço crítico das tendências recentes de produção científica nas ciências sociais, temporalidade esta que abrange explicitamente as décadas de 1960 e 1970, dado que o texto foi escrito em 1980.

Nesta avaliação, Habermas menciona a *guinada interpretativa* nas ciências sociais na década de 1970, observando que tal abordagem fora resultado direto do fracasso do modelo nomológico nas ciências sociais convencionais (HABERMAS, 1989, p.38), observando ainda que os *paradigmas interpretativos* também se constituíram como alternativa ou resistência diante do objetivismo-positivismo e do retorno do biologismo e das explicações naturalistas da sociedade e da cultura humanas (HABERMAS, 1989, p.39).

A seguir, Habermas (1989) define o conceito de hermenêutica que será por ele empregado na sustentação da perspectiva da *reconstrução racional.* Neste ponto, há a retomada da relação entre hermenêutica e linguagem, apresentada em LCS, com especial cuidado para chamar a atenção sobre o que tal relação implica no caso de sua utilização como estratégia de *compreensão* para a pesquisa social.

Como *hermenêutica,* Habermas (1989, p. 39) designa a identificação do significado inerente a "toda expressão dotada de sentido – seja um proferimento (verbal ou não verbal), um artefacto qualquer como, por exemplo, um utensílio, uma instituição ou um documento". A hermenêutica pode ser aplicada a tudo isso, porque toda expressão dotada de sentido "pode ser identificada, numa perspectiva bifocal, tanto como uma ocorrência observável, quanto como objetivação inteligível de um significado." (HABERMAS, 1989, p.39).

No entanto, se é possível afirmar que qualquer produto da atividade humana é dotado de sentido, e portanto passível de uma interpretação quanto ao significado. Para se alcançar a significação de algo é preciso *participar* de ações comunicativas. Para Habermas (1989, p. 40) é apenas por meio da participação, real ou imaginada em ações comunicativas de uma comunidade linguística, que se consegue efetivamente *compreender aquilo que é dito a alguém*. É preciso, para tanto, possuir o domínio da linguagem *em ação*, quer dizer, a "[...] a maneira como é empregada pelos participantes

com o objetivo de chegar a uma *compreensão* conjunta de uma coisa ou de uma *maneira de ver* comum." (HABERMAS, 1989, p.41, grifo do autor).

A hermenêutica apresentada contém a vinculação entre *compreensão* e *participação* numa ação comunicativa. Isso implica necessariamente a adoção da atitude *performativa* por aquele que pretende *compreender*. Por atitude *performativa,* Habermas (1989, p. 42) designa o abandono da condição de terceira pessoa, a *atitude objetivante,* para se assumir a condição de segunda pessoa, a *atitude conforme a regras,* ou de primeira pessoa, a *atitude expressiva*.

Para que se possa de fato compreender algo, ressalta Habermas, torna-se necessário que o interprete considere a linguagem na forma pela qual ela é empregada na vida cotidiana, situação em que a utilização da linguagem encontra-se apoiada em *situações de validez adicionais*, quer dizer num saber "mais abrangente do que o saber estritamente proposicional ou relativo à verdade", que sustenta *pretensões de validez não cognitivas* (HABERMAS, 1989, p.43), e que por isso mesmo qualquer interprete somente pode ter acesso a elas mediante a participação.

Quanto à necessária vinculação entre *compreensão* e *participação* para a consecução da perspectiva da *reconstrução racional*, Habermas (1989) observa a existência de quatro prováveis dificuldades a serem enfrentadas, e que são decorrentes da *participação*, a começar pela "renúncia à posição privilegiada do observador", o que implica ao interprete assumir a condição de igualdade *cognitiva* derivada da condição de igualdade *performativa.* Se querem realmente *compreender* mediante a *participação,* os interpretes, segundo Habermas (1989, p. 43), "[...] se vêem envolvidos nas negociações sobre o sentido e a validez dos proferimentos."

Há também o problema da objetivação, quer dizer, "de que aquilo que é compreendido numa atitude performativa deve ser traduzido naquilo que pode ser constatado do ponto de vista da terceira pessoa." (HABERMAS, 1989, p.44). O interprete, nesse caso, deve conseguir explicitar todos os saberes envolvidos numa ação comunicativa, mesmo aqueles saberes de ordem não cognitiva evocados pelos participantes para sustentar as pretensões de validez.

Seguindo adiante, chega-se o problema da *neutralidade axiológica*. Por conta de sua condição de participação, o intérprete se encontra envolvido pelos mesmos saberes que sustentam as pretensões de validez não cognitivas, e, sendo assim, "juízos de valor se insinuam no discurso que constata fatos." (HABERMAS, 1989, p.44).

Por fim, Habermas (1989) nota a dificuldade de produzir saber teórico (nomologia) por meio da hermenêutica que fundamenta a perspectiva da *reconstrução racional.* Esta dificuldade se refere ao fato de que qualquer interpretação produzida tem como contingência os aspectos que circunscrevem a existência concreta daquilo que foi interpretado. Cada interpretação, portanto, deve ser considerada como algo tão singular como aquilo a que se dedicou a interpretar num contexto fático. A princípio, Habermas admite que seria prudente à perspectiva da *reconstrução racional* também renunciar à pretensão de produzir saber teórico e lança dúvidas sobre a possibilidade de que possa ser apresentada como alternativa de conhecimento científico às ciências sociais (HABERMAS, 1989, p. 44).

Em relação ao problema da objetividade do conhecimento fundado na interpretação, é preciso destacar que ele não se encerra na dúvida acerca da *compreensão válida,* e avança sobre o alcance ou a abrangência do conhecimento produzido por meio dela. O desafio para a demonstração da viabilidade do emprego da *compreensão* como estratégia metodológica para as Ciências Sociais, e neste caso para a área de Relações Internacionais, requer a busca de solução para um provável desencontro que pode ser identificado entre a condição de racionalidade no conhecimento decorrente da *interpretação* em situações de relacionamento específicas e a expectativa de construção de teorias que permitam avançar o conhecimento sobre a ação social na perspectiva científica. Um conhecimento científico da ação social construído mediante a *compreensão* deve ser suficientemente articulado em termos lógico-conceituais para que possa responder satisfatoriamente a quaisquer questionamentos que possam ser a ele dirigidos sobre a generalidade da *explicação* que pretende propor.

Como fundamento de objetividade, Habermas (1989, p. 45) argumenta que todo esforço de *compreensão* inevitavelmente apóia-se em uma racionalidade. Para efeitos da *reconstrução* racional, descarta-se por completo as possibilidades de compreensão baseadas na empatia, ou mes-

mo numa possível capacidade de *descentração*, em que um intérprete poderia aspirar a se transportar *para a consciência do outro*, e por meio desta capacidade, captar de maneira autêntica os sentidos e significados de ações e proposições. Habermas (1989, p. 47) sustenta que não é possível *compreender* sem que esta disposição esteja sustentada em alguma pretensão de interpretação racional dos motivos evocados por alguém para explicar suas escolhas e estratégias em situações de relacionamento. Dessa forma, interpretar significa "avaliar razões".

Habermas reconhece que a *participação* pode comprometer de alguma forma a *objetividade* da observação, mas destaca que apenas por meio da participação os interpretes tem acesso ao conjunto de conhecimentos evocados pelos participantes para construírem seus argumentos. E neste caso, especificamente, o *interprete-participante* consegue uma posição de *imparcialidade negociada,* porque tem acesso privilegiado à forma pela qual os demais participantes se referem à *tradição* para nela buscarem as razões necessárias à composição dos proferimentos. Se, por um lado, há uma perda inevitável de objetividade devido aos riscos inerentes à participação, por ela exigir tomadas de posição em relação a valores, que requerem juízos morais, há um ganho de objetividade à medida que apenas por meio da participação chega-se a alcançar a condição de autenticidade da subjetividade dos demais participantes, por conta de que se pode compartilhar *razões* dentro de contextos em que elas se tornam *significativas* para sujeitos em comunicação.

A *compreensão* começa a ser construída pelo observador-participante quando ele tem acesso ao conjunto de conhecimentos cognitivos e não cognitivos evocados pelos falantes em uma situação de comunicação. E neste caso, para Habermas (1989, p. 46), o "paradigma da interpretação para a hermenêutica é a interpretação de um texto da tradição."

E para alcançar a *tradição* que dá sentido aos proferimentos, Habermas indica um caminho aparentemente simples ao observador-participante. Trata-se da estratégia de manifestar desconhecimento ou de provocar deliberadamente distorções nas condições de validade em que os demais participantes apóiam seus proferimentos. Os contrastes propositadamente criados na relação entre os proferimentos e o contexto a que se referem, provocam *transtornos de comunicação.* São eles que permitem ao observador colocar-se em outras perspectivas na situação comunicativa, e assim escla-

recer, com o auxílio dos demais participantes, os fundamentos racionais, e portanto *objetivos*, mediante os quais as *tradições* são concretamente evocadas para atribuir sentido a proposições (HABERMAS, 1989, p.46).

O intérprete-participante alcança a *objetividade* na compreensão à medida que consegue identificar nos meandros da racionalidade das proposições, as *razões* pelas quais

> o autor – na crença tácita de que determinados estados de coisas existem, de que determinados valores e normas são válidos, de que determinadas vivências podem ser atribuídas a determinados sujeitos – faz em seu texto determinadas asserções, observa ou fere determinadas convenções e por que dá expressão a determinadas intenções, disposições, sentimentos e coisas parecidas. (HABERMAS, 1989, p.46).

Para Habermas (1989), a *compreensão* proporciona a construção de um conhecimento diferenciado ao cientista social, desde que ele, mediante a participação, alcance dois níveis de entendimento sobre a situação. Um deles consiste na possibilidade de *avaliar as razões* empregadas pelos falantes em suas proposições. E caso consiga *avaliar as razões*, o cientista social adquire a mobilidade de poder transportar-se para a perspectiva dos falantes, à medida que o conhecimento das *razões* lhe permite observar, inclusive, o leque de possibilidades simbólicas de conhecimentos cognitivos e não cognitivos, e que estiveram disponíveis para serem escolhidos na composição de proferimentos pelos falantes. Por meio deste conhecimento, o interprete pode observar a *racionalidade* dos argumentos, porque pode *avaliar* as escolhas feitas pelos participantes sobre a melhor forma de construí-los.

A *compreensão,* segundo Habermas (1989, p. 46), permite aos interpretes encontrar

> [...] o significado do texto apenas na medida em que percebem *por que* o autor se sentia com direito a avançar determinadas asserções (como verdadeiras), a reconhecer determinados valores e normas (como corretos) e a exprimir determinadas vivências (como sinceras) (ou, conforme o caso, a atribuí-las a outrem). Os interpretes têm de aclarar o contexto a que o autor manifestamente não pode deixar de pressupor como o saber compartilhado pelo público contemporâneo dele. (Grifo do autor).

Para Habermas (1989), a perspectiva da *reconstrução racional* proporciona ao cientista produzir um saber sobre as ações ao mesmo tempo *crítico*, *construtivo* e *teórico.*

A condição *crítica* da *reconstrução racional* deriva do fato de que "as reconstruções racionais explicitam as condições de validade de proferimentos", e por isso "elas também podem explicar casos desviantes." (HABERMAS, 1989, p. 48).

Quanto à condição *construtiva*, ela esta ligada a potencialidade da *reconstrução racional* "fixar novos padrões analíticos", à medida que "as reconstruções racionais empurram as diferenciações entre as pretensões de validez particulares para além dos limites que a tradição ensinou." (HABERMAS, 1989, p. 48).

Em relação à *teoria* produzida por meio da *reconstrução racional*, Habermas (1989) entende que seja possível produzir um "saber *teórico* competitivo" (grifo do autor), desde que haja "sucesso na análise de condições de validez muito gerais". Neste caso, "as reconstruções racionais poderão surgir com a pretensão de descrever universais." (HABERMAS, 1989, p.48).

No entanto, a capacidade de produção teórica não deve entusiasmar demasiadamente os cientistas sociais que buscam alternativas metodológicas viáveis. Habermas aponta para a precaução quanto à probabilidade de que as potencialidades apresentadas na perspectiva da *reconstrução racional* venham a contribuir, também elas, para a produção de conhecimentos distorcidos sobre as ações sociais, e que inevitavelmente são apresentados na forma de "fundamentações últimas" (HABERMAS, 1989, p.48). Antes de tudo, é preciso que o cientista admita a condição de falibilidade inerente a todo tipo de conhecimento humano, devido ao fato de que todo conhecimento será sempre tributário e envolvido por alguma *subjetividade*.

Referências

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n., 76, p. 49-86, 2009.

BRANDÃO, C. R. *Identidade e etnia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ELSTER, J. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. *Lua Nova*, n. 17, p. 163-204, jun., 1989.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos – CEBRAP*, v. 2, n. 4, p. 11-23, abr., 1984.

D'INCAO, M. C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da Reforma Agrária. *Lua Nova*, n. 23, p. 83-106, 1991.

GOFFMAN, E. *O estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HABERMAS, J. New social movements. *Telos*, New York, n. 49, p. 33-37, sep., 1981.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. A nova intransparência. Novos Estudos Cebrap, n. 18, p. 103-114, set., 1987.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Teoria de la acción comunicativa*: complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 1989.

_____. *O discurso filosófico da modernidade.* Lisboa: Dom Quixote, 1990.

_____. *A constelação pós-nacional.* São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. *A inclusão do outro.* São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *A lógica das ciências sociais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HELLER, A. O quotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LEVI-STRAUSS, C. (Org.) *La identidad*. Madrid: Editiones Petrel, 1981.

MATTOS, P. *A sociologia política do reconhecimento*: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais*? Lua Nova*, n.17, p. 49-66, jun., 1989.

PRZEWORSKI, A. Marxismo e escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 6, n. 3, p. 23-36, 1988.

REIS, F. W. Identidade, política e a teoria da escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 26-38, fev. 1988.

SIGAUD, L. Luta de classe em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. In: ENCONTRO DO PIPSA, 11. 1986, Botucatu, SP. *Anais...* Botucatu-SP: UNESP, 1986. p. 476-481.

SHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais*. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

TAYLOR, C. *As fontes do self*: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

TOURAINE, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n. 7, p. 5-18, jun., 1989.

Apropriação dos Bens Comuns e os Conflitos Sociais no Brasil

Sérgio Augusto Domingues

"Não ande atrás de mim, talvez eu não saiba liderar. Não ande na minha frente, talvez eu não queira segui-lo. Ande ao meu lado, para podermos caminhar juntos," (Provérbio Ute).

I

O meu ponto de vista é que não adianta mais insistir num discurso denunciativo sobre os desmandos do avanço da Economia Ocidental sobre os bens indígenas. Sabemos por certo que isto começou nos primeiros tempos. O jesuíta Antonio Vieira já denunciava estes desmandos e desde então pode-se dizer que nada mudou. Pelo contrário: só expandiu, cresceu e hoje como sabemos ameaça todo o planeta.

> *Assim o tem mostrado a experiência, pois sendo o Maranhão consquistado no ano de 1615, havendo achado os portugueses desta cidade de S. Luis até Gurupá mais de quinhentas povoações de índios, todas muito numerosas e algumas delas tanto, que deitavam quatro a cinco mil arcos, quando eu cheguei ao Maranhão, que foi no ano de 1652, tudo isto estava despovoado, consumido, e reduzido a mui poucas aldeolas, de todas as quais não se pode André Vidal ajuntar oitocentos índios de armas, e toda aquela imensidade de gente se acabou ou nós a acabamos em pouco mais de trinta anos, sendo constante estimação dos mesmos conquistadores que, depois de sua entrada até aquele tempo, eram mostos dos ditos indios mais de dois milhões de almas, donde se devem notar muito duas coisas. A primeira,*

> *que todos os índios eram naturais daquelas mesmas terras onde os achamos, com que se não pode atribuir tanta mortandade à mudança e diferença do clima, senão ao excessivo e desacostumado trabalho e à opressão com que eram tratados. A segunda, que neste mesmo tempo, estando os sertões abertos e fazendo-se contínuas entradas neles, foram também infinitos os cativos com que se enchiam as casas e as fazendas dos portugueses e tudo se consumiuem tão poucos anos*. (VIEIRA, 1992, p. IX-X, grifo do autor).

Eduardo Viveiros de Castro, referindo-se a Levi-Strauss, sobre a obra deste mestre sobre a mitologia amerindia, diz:

> Outra coisa que eu queria fazer no livro era descrever a arquitetura das Mitológicas. Elas têm uma macroestrutura que, salvo engano, ninguém notou, em que o primeiro livro trata da origem do fogo de cozinha, isto é, da cultura, e o último livro, História de Lince, trata do fim da cultura, porque esse livro se organiza em torno de um mito de origem do homem branco – ou seja, um mito que narra o fim da cultura indígena, o fim da América indígena. Lévi-Strauss considera que a chegada dos europeus foi uma catástrofe irreparável, e que as culturas nativas americanas foram feridas de morte. A destruição da América indígena a partir do século XVI foi, para ele, uma espécie de ensaio geral para a destruição, ora em curso, do planeta pela civilização ocidental. Então eu acho que existe essa trajetória, do mito da origem do fogo ao mito do fim do mundo (do mundo indígena e, depois, do mundo todo). Não por acaso, o mito da origem dos brancos é uma inversão do mito da origem do fogo. (CASTRO, 2011, p. 11).

Enfim, para Viveiros de Castro Levi-Strauss estabelece um ciclo marcado por um mito que narra a origem do fogo de cozinha e por um outro que trata da origem do homem branco. Eu vou transcrever o mito Krahô sobre a origem do homem branco.

> "*Awkhê estava no ventre de sua mãe, quando começou a chamá-la para ir tomar banho. Sua mãe então o levou para o brejo para tomar banho, ele, então, saia de seu ventre como peixe, transformava-se em peixe, tomava banho, andava a vontade até enjoar, depois disso chamava sua mãe para ir embora. Chega então o tempo de Awkhê nascer, ele nasce sem dor. Sua mãe estava deitada durante a noite, quando percebeu já havia nascido. O menino depois que nasceu se transformou em uma grande cobra, sua mãe não acordou, quando ela percebeu se assustou, ela ficou com medo e jogou Awkhê longe, ela estava muito espantada, ele então cai e chora. Sua mãe pergunta para ele porque havia nascido daquela maneira, se pergun-*

tando por que seu filho não nasceu normal. Ela então o pega novamente, lavando-o com água, amamentou e foi criando o menino.

Quando Awkhê estava na idade de 10 a 12 anos, ele começa a "fazer mal" com seus amigos. Chamava sua mãe para tomar banho, mandando ela chamar seus parentes e seus amigos para irem ao brejo. Foram então para o brejo chamado por Awkhê: "Vamos brincar no brejo!". Seus irmãos e parentes iam à frente para se esconderem dele, ele então corria na frente e achava seus irmãos. Mas ninguém o achava. O menino se escondia por trás dos matos e se transformava em onça, seus irmãos, parentes e amigos procuravam por ele e quando achavam era a onça; ele então "rosnava", todos se assustavam, sua mãe então reclamava com ele dizendo pra ele não fazer mais aquilo com seus amigos e irmãos, falava que eles tinham medo; ele então se transformava em índio novamente.

Depois disso, voltavam a tomar banho, brincavam […] Awkhê então cresceu mais um pouco, tinha entre 15 e 18 anos. Os tios de Awkhê combinaram com seus avos, para matarem ele, todos ficaram certos de que Awkhê deveria morrer, porque se eles deixassem que ele crescesse daquela maneira, poderia fazer coisas ruins com seu povo. Chamaram ele para uma caçada […] Awkhê foi com toda a turma para caçada. Quando chegaram debaixo de um morro muito alto seu avô lhe levou para cima deste morro, subiram os dois, chegando lá ele enganou Awkhê: "Vem meu neto vem vê um negócio lá em baixo!". Quando foi olhar do que se tratava, foi empurrado, caiu, mas antes de chegar no chão ele encostou-se a uma folha de Sambaiba, e se transformou em uma folha seca desta planta caindo bem devagar, ali mesmo se transformou em gente novamente e foi embora para casa de sua mãe. Neste momento, fez com que surgisse uma espécie de cerca de pedra, cercando tudo que estava ao redor de seus tios que ainda permaneciam lá em cima. Não havia buraco para seus parentes saírem e voltarem para casa. [...]Tudo estava cercado de pedra, até quando deu umas 14h00min hora, todos ainda estavam presos com sede e fome, quando a mãe dele pergunta:

"*Filho, cadê teus parente?", ele falou:*

"*Não sei, eles ficaram lá, caçando!".*

[...]. De onde ele estava olhou seus tios, e então pensou em fazer um buraco para eles saírem, evitando que eles morressem de sede e fome. Derrubou uma pedra para baixo, só então seus tios acharam o buraco e puderam sair. Chegando a tarde combinaram novamente em matar Awkhê, só que desta vez era queimado. Awkhê já havia escutado a combinação, já sabia o que iria acontecer. Contou, então para sua mãe que seus tios agora iriam lhe matar realmente, que eles iriam lhe queimar.[...]falou então para sua mãe não chorar, que ele iria voltar a viver quando seus

tios o matassem, mandou que sua mãe fosse até o local de suas cinzas e juntasse tudo, tirando *algodão para fazer o fio do algodão, coloca em cima, para ele tornar a viver.[...] pegou urucu passou no corpo, ficou todo vermelho.[...] Quando Awkhê chegou levaram ele para frente onde haviam feito um fogo para todos: "Vai encosta-se ao fogo para se esquentar e matar caça mais rápido!", eles o enganaram. Todos se juntaram e empurraram-no para cima do fogo, quando ele caiu dentro do fogo, fizeram mais "coivara" para poder queimar bem. [..] sua mãe foi onde estava a cinza para junta--la com fio de algodão. Quando ela terminou de fazer o que Awkhê havia dito, saiu atrás dos outros que haviam se mudado. Passaram-se uns dias para ela retornar até o lugar da morte de seu filho. Quando ela retorna, acha uma casa muito bonita, ele havia voltado a viver novamente. Awkhê ficou na porta esperando sua mãe, mas ela ficou com medo dele, ela, então, começou a chorar e ele pediu para ela parar de chorar.*

Deu comida para sua mãe, neste momento, fez a "espingarda" e o arco. Fez a catana, o facão. Fez o arco e outros materiais dos índios.A mãe dele ficou sentada numa sombra, ele pegou o arco para atirar nela, testá-lo, se era mais rápido do que a espingarda. [...] Os outros índios mandaram um rapaz para tentar achar a mãe de Awkhê e explicar o que estava acontecendo. Já tinha muito gado ao redor da casa de Awkhê, todos para dar para os índios criarem. O rapaz veio viu o gado ficou com medo e voltou para contar que tinha visto bichos. Mandaram outro rapaz, este então viu Awkhê vivo, sua mãe sorrindo, viu o gado. Voltou imediatamente e contou o que viu, que Awkhê havia tornado a viver. Todos concordaram vieram onde ele. Quando chegaram conversaram com Awkhê, neste momento chegaram também os "civilizados", tinha chegado os "brancos". Awkhê colocou a espingarda e arco um do lado do outro: "O que vocês vão querer essa ou essa (espingarda ou arco)? Experimentaram o arco bonito bem feito, "era calado". Pegaram na espingarda, escutaram estralo e disseram que aquilo matava gente. Os homens perguntaram para as mulheres qual elas queriam e elas responderam que queriam a espingarda. Awkhê pegou e carregou a espingarda e atirou:

"*POU!" (barulho da espingarda), todo mundo caiu no chão rolando, com medo, espantou todos eles. Pegou o arco e jogou: "CHUA!"(barulho do arco), caiu lá calado, longe, e todo mundo não sentiu nada, e gostaram do arco. Awkhê disse que tinha oferecido o melhor para eles, mas os mesmos não queriam nada: "vocês viverão todo tempo do mesmo jeito, sem nada, em vez de vocês ficarem com a espingarda. Arco não vai levar vocês pra frente, agora espingarda vai levar, vocês terão mais rendas, agora vão ficar desse jeito sem recursos nenhum!"*

Auké é um desastre. Desarruma as relações internas da aldeia e finalmente institui um novo modo de viver representado pela fazenda, pelo gado, e pela escravidão. De acordo com esta perspectiva, pode-se ver que os povos indígenas tem uma percepção bem nítida do "processo civilizatório".

Rondon e o humanismo piedoso da esquerda clássica e ocidental sempre tratou os indígenas como irrazoáveis e portanto carentes de soluções próprias. O modelo indigenista clássico e atualmente totalmente falido sempre foi quem construiu soluções para os índios. A idéia de pacificação sempre foi uma idéia violenta porque pressupõe uma relação assimétrica onde o lado débil, além de ser débil é perigoso e violento.

O índio é perigoso, ignorante. Vive neste mundo por acaso... É um resíduo e tb. um ruído do fundo de um processo civilizatório que por conta do seu dinamismo interno tende sempre a desenvolver-se para condições superiores. É o desenvolvimento. O desenvolvimentismo.

Auké, desfaz tudo. Faz inclusive o tio, irmão da mãe, tentar assassiná-lo. Faz todo o seu grupo insistir em matá-lo. Não conseguem... Auké é poderoso. Auké é um grande produtor de objetos, coisas, enfim, mercadorias e ambientes que implicam sempre em destruições do ambiente local. Do ponto de vista krahô, o "garimpeiro" é uma das formas deste personagem metafórfico que é Auké.

Foi ele que inventou o gado tirando propriedades de uma árvore. Foi ele quem inventou o negro escravo a partir de propriedades negras de uma árvore. Como pode-se ver, os krahô e outros grupos desde sempre perceberam o "homem branco" como predadores uma vez que para se fazer como fazendeiros ou garimperios ou qualquer outra forma branca de viver e agir foi necessário a apropriação de propriedades das florestas, ou cerrrados.

Quem primeiro evidenciou a relação entre o mito da origem do fogo, e portanto a origem da cultura humana, e o surgimento do homem branco foi Roberto da Matta, para o caso do mito de Auké. Depois, em História de Lince, Lévi-Strauss mostra que existe uma relação estrutural entre o mito de Auké e o mito cosmogônico Tupinampá recolhido por André Thevet, em meados do século XVI.

Assim, observa-se que o homem branco consta nos mitos amerindios desde o inicio da ocupação européia. Lévi-Strauss argumenta que

os brancos estavam contidos virtualmente, isto é, estavam previstos, formal senão historicamente, em uma estrutura constitutiva do pensamento indígena: um operador dicotômico que faz com que toda posição de um termo seja inseparável da contraposição, tratada como pressuposição, de um termo contrário. No mito tupinambá, a criação dos índios implica a criação dos não-índios.A realidade virtual dos brancos no corpus mitológico pré- colombiano não significa uma oposição meramente 'distintiva', estática e autocontida, entre índios e brancos. O princípio dicotômico do mito tupinambá é um princípio recursivo: as dualidades que ele põe em cena são vistas por Lévi-Strauss como sintomáticas de um "dualismo em desequilíbrio perpétuo" próprio das cosmologias ameríndias. (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 90-91).

No mito de Auké pode-se observar que os velhos recusam os bens dos brancos tais como a espingarda, roupas e outros bens. Somente os jovens são seduzidos por estes bens. Mas, de qualquer forma, os velhos retornaram para as suas aldeias e as coisas continuaram como sempre foram, isto é, opondo índios e brancos como dois estilos de filosofia de vida.

A superioridade técnica do homem branco, no entanto, destila uma infinita inferioridade social (ética ou subjetiva): "*são quase imortais, mas são bestiais; são engenhosos, mas estúpidos; escrevem, mas esquecem; produzem objetos maravilhosos, mas destroem o mundo e a vida…*"

II

Mas, se o problema da origem dos brancos está inscrito na complexa rede mítica dos ameríndios, não se sabe como estes ameríndios pensam, ou não se sabe direito, como pensam o destino deles próprios. Nos krahô entre o final dos anos 50 e início dos anos 60 explodiu um movimento que foi chamado de messiânico onde o vetor mobilizador do movimento foi a transformação dos índios em brancos. Mas este vetor também explodiu e ficou claro para os krahô que o destino dos brancos não é o deles.

O devir branco não pegou nos krahô e o messianismo faliu, mas permitiu uma conclusão que o pensador Aleixo Porri sempre alardeou para

todos os cantos a seguinte idéia: o desafio que se põe aos índios consiste em saber se é realmente possível utilizar a potência tecnológica dos brancos, isto é, seu modo de objetivação - sua cultura -, sem se deixar envenenar por sua absurda violência.

O falecido velho Aleixo Porri, um krahô amigo, respondia intempestivamente a essa questão: a cultura do kupen (o homem branco) expressa seu modo de viver, e por aí não há saída para o índio.

Os krahô quando meditam sobre o mito de Auké, pelo menos nas meditações que estive presente nos anos 80, sempre destacam a importância dos anciões que preferiram voltar para as suas aldeias à se deixar fetichizar pelas mercadorias oferecidas por Auké. Ao contrário do "messianismo krahô" onde o profeta Txórtxó (José Nogueira) promete uma chuva de mercadorias sobre as aldeias e quando estou aqui falando de chuva, literalmente é disto que se trata. O profeta profetizou para o seu povo que em um determinado dia choveria abundamentemente, e tudo vindo do céu, mercadorias variadas para a virada derradeira dos índios em brancos.

Evidentemente que neste pequeno ensaio não é possível mostrar a densidade mítico-reflexiva gerada pela presença do homem europeu. Claude Lévi-Strauss mostra que os mitos já refletiam sobre este personagem desde os primórdios da ocupação. Porque, desde os primórdios da ocupação a dualidade índios x não indios já destacava, como bem mostra o padre Vieira o desequilibrio entre um termo e outro. Os não indios dominando os índios, gerando um imenso desequilibrio entre os dois polos. Então o conflito também já está inscrito no mito. O desequilibrio dos polos: os brancos contém um saber técnico poderoso. E isto fascina os índios. Os jovens ficam totalmente fetichizados por este poder. Por isso, que o trabalho do cacique, dos velhos, cotidianamente, ou como em algum texto de Pierre Clastres, não lembro qual, um chefe diz: Ufa! Mas um dia de paz. Hoje, os chefes, os velhos, as mulheres, enfim, um conjunto, um coletivo, se volta para a repetição. Um eterno retorno da diferença. Este é o campo transcendental. Somos índios, é a diferença, é a árdua afirmação de um devir.

Existe uma história kuikuro que narra uma situação onde o contato não foi suficiente para impedir a morte trazida pelos brancos, na forma da doença e do feitiço. Quando não matam diretamente, fazem-no

por procuração, presenteando-os com objetos cortantes tais como facas, machados tesouras. Davi Kopenawa descreve minuciosamente o mesmo encadeamento sinistro: a cultura dos brancos é mortífera. Ninguém melhor que nós, portanto, para ilustrar a morte como condição.

Referências

CASTRO, E. V. *Do mito grego ao mito ameríndio*: uma entrevista sobre Lévi-Strauss. Entrevistador: Elsje Lagrou. *Sociologia e Antropologia*, v. , p. 9-33, 2011. Disponível em: http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/03/1--ano1v2_artigo_elsje-lagrou-luisa-belaunde.pdf >. Acesso em: 22 out. 2013.

DA MATTA, R. Mito e antimito entre os Timbira. In: C. LÉVI-STRAUSS, C. et al (Org.). *Mito e linguagem social*: ensaios de antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970. p. 77-106.

HUGH-JONES, S. "The gun and the bow: myths of white men and Indians*."L'Homme*, v. 26, n. 106/107, p. 138-155, 1988.

LÉVI-STRAUSS, C. *Histoire de Lynx*. Paris: Plon, 1991 (pp. 90-91).

_____. *Le cru etlecuit*. Paris: Plon, 1964. Parte 3.

VIEIRA, A. Escritos instrumentais sobre os índios. Seleção de textos de Claudio Giordano. Ensaio introdutório de José Carlos Sebe Bom Meihy. São Paulo: Educ; Loyola, 1992.

Ser e Estar Sem-Terra: uma Aproximação Etnográfica

Nashieli Rangel Loera

Introdução

Os anos 80 foram o cenário de reconfigurações políticas, sociais e econômicas no campo brasileiro. Com o fim da ditadura militar nos anos subsequentes o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) começou seu processo de expansão e passou a ser reconhecido como um movimento social que teria como objetivo principal a luta pela reforma agrária, que nesse contexto significava principalmente demanda por terra associada à distribuição fundiária indissociável das ocupações e dos acampamentos de sem-terra.

Sigaud, Rosa e Macedo (2008) demonstram que a sociogênese dessa forma de reivindicação data dos primórdios dos anos 1960, no Rio Grande do Sul, sendo depois socializada e expandida para outros estados do Brasil. Naqueles anos, ainda seguindo o argumento dos autores, a ideia de ocupar para forçar a distribuição de terras já figurava no horizonte dos possíveis e começava a ser forjado um novo tipo de relação entre demandantes de terra e Estado.

No entanto, principalmente após a Constituição de 1988, no contexto pós-ditadura militar, a "forma acampamento" (SIGAUD, 2000)

como linguagem social sofreu um processo de expansão e principalmente de institucionalização. Segundo os autores anteriormente citados, "a linguagem só começoua se esboçar antes de 1964 e pôde-se consolidar a partir da década de 1990, porque houve escuta por parte do Estado brasileiro." (SIGAUD; ROSA; MACEDO, 2008, p. 136).

Nesse percurso, o termo *sem-terra* tornou-se uma categoria social. Como mostra Rosa (2009b) uma categoria historicamente construída, mas, que não existe como categoria autônoma em relação ao Estado.

Surge no Rio Grande do Sul, no contexto do governo Brizola (1959-1963) com o sentido de orientar políticas de governo para pequenos agricultores tendo sido apropriada e seu significado modificado depois por movimentos e organizações de trabalhadores rurais. E tendo sido o MST o movimento que "consagrou a categoria social "sem-terra" como uma forma social de reconhecimento público" (ROSA, 2009a, p. 197). Nesse processo, os atores sociais (acampados e assentados) que participaram e participam das mobilizações de demanda por *reforma agrária* passaram a ser designados genericamente pela imprensa, pelo discurso popular e até pelo meio acadêmico como *sem-terra,* na maioria dos casos, sendo associados de forma quase metonímica com o MST.

Porém, *sem-terra* não necessariamente corresponde a uma identificação com a organização do mesmo nome. E também, ao contrário do que diz o senso comum, nem todos os acampados e assentados se consideram como *sem-terra* ou como parte do MST ou de qualquer outra organização que promove as ocupações, acampamentos e assentamentos e muitas vezes, quando os participantes dos acampamentos ou moradores dos assentamentos se autodesignam como tais o fazem se colocando numa posição particular perante os *movimentos*, a de demandantes ou beneficiários dos dons do Estado brasileiro.

Este trabalho pretende mostrar que o termo *sem-terra* quando analisado em contexto de situação (indo além do senso comum que diz que todos aqueles que participam das ocupações e mobilizações por terra são sem-terra) revela-se como heterogêneo e adquire diversos significados dependendo da condição de quem o menciona (acampados, assentados, militantes), do espaço de onde se fala (acampamento e assentamento), dos

compromissos que se estabelecem com os movimentos e de quem é próprio interlocutor.

Para alcançar o objetivo proposto de analisar o termo sem-terra em contexto de situação propus-me fazer uso da etnografia. A meu modo de ver a etnografia nos permite colocar ações, palavras, frases e discursos em contexto de situação e ao mesmo tempo problematizar a fragilidade de certos conceitos como "identidade" que quando são usados de maneira automática e acrítica, obscurecem mais do que esclarecem o fato de que estamos diante de autocategorizações e classificações. Afinal, como menciona Brubaker (2001), identidade é ao mesmo tempo uma categoria de prática e uma categoria de análise.

Aceitando então o desfio de Malinowski (2002) de estudar o mesmo termo – neste caso, o termo *sem-terra-* em diversas situações para elucidar seu significado, e mais exatamente, seus significados, proponho-me então prestar atenção na linguagem, com o objetivo de identificar não só categorias que servem para classificar e ordenar o mundo social, especificamente o "mundo dos sem-terra".

Quando se *é sem-terra*

Entre os assentados do *Sumaré II*, um dos assentamentos mais reconhecidos no estado de São Paulo é comum escutar frases como *tenho orgulho de ser sem-terra* ou *a gente ainda é sem-terra*, ou *enquanto houver um sem-terra nós seguiremos sendo sem-terra*, frases que não só fazem parte da linguagem coletiva aprendida no processo de *luta*, mas, neste caso, colocando as palavras em contexto, ou seja, levando em conta as condições nas quais teve lugar um ato de palavra, essas frases, entre os assentados do Sumaré dizem respeito a: 1)um conjunto de *obrigações* e *compromissos* que os assentados dizem sentir para com o MST, movimento que possibilitou a conquista de um lote de terra; 2) à posição de ser assentado do Sumaré e; 3) á posição de quem pergunta, isto é, da pesquisadora.

A seguir darei alguns exemplos etnográficos que servirão para entender melhor este argumento.

O assentamento *Sumaré II*, localizado a 100 km da capital do estado de São Paulo é um dos mais conhecidos na região, considerado como "um dos mais bem sucedidos" e mais antigos do estado (formado em 1985). Na literatura existente sobre assentamentos no estado o *Sumaré* é um dentre os mais pesquisados não só por agrônomos, mas também por sociólogos rurais, antropólogos e cientistas políticos das universidades paulistas. No assentamento, os moradores sabendo dessa fama, são acostumados com pesquisa. Assim, as primeiras conversas com os assentados quase sempre começavam com uma pergunta da parte deles: "*o que você quer saber?",* ou *"o que você está pesquisando?".* Várias vezes escutei de diferentes pessoas: "*por aqui já passou um monte de gente [pesquisando], tanta, que nem me lembro dos nomes"*. "Pesquisa" era uma palavra totalmente incorporada no vocabulário cotidiano dos assentados. Seu Antonio, por exemplo, um dos assentados mais antigos durante as conversas que tivemos, quando via que eu começava a escrever no meu caderno, ele falava: *"bom menina, disso eu já não sei, se é algo da pesquisa pergunta para minha mulher ela vai saber te dizer".*

No assentamento também havia pessoas indicadas para falar com os pesquisadores. Dona Thereza era uma delas. Outros moradores de lá falavam dela como alguém *"muito boa para contar histórias"*. Dona Thereza aceitou realizar conversar para me contar a história do Sumaré. Comecei lhe perguntando seu nome completo, idade, dados dos seus filhos e, ela ia respondendo muito calma. Perguntei se podia gravar e ela aceitou. Quando liguei o gravador, Dona Thereza parecia ter um discurso já pronto, já preparado para a pesquisadora curiosa. Parecia dar como resposta o que o pesquisador queria escutar. Mesmo quando ela já tinha falado alguns dados para mim, perguntou: *"Já está gravando?"* E começou de novo como se a gente começasse a conversa: *"meu nome é Thereza Correia de Melo, tenho 73 anos, e eu vim aqui para ganhar terra...".* Ela não foi a única que parecia já ter um discurso pronto, a maioria dos assentados que entrevistei também tinha. No assentamento já havia circulado a informação de que havia mais uma pesquisadora interessada em ouvir "as histórias do Sumaré" e eles, os assentados, já estavam preparados para contá-las.

Dona Cida, uma mulher de 45 anos que além de ser considerada líder do assentamento e *militante* do MST era, segundo outros assentados, *a que conhecia melhor a históriado Sumaré.* Participava de qualquer projeto

no qual o MST pudesse ter visibilidade, de fato, eu a conheci numa das reuniões do Cio da terra quando nos convidou para participar da festa dos 18 anos da existência do assentamento. Ela foi uma das primeiras a falar das "*obrigações* e *compromissos quenós ossem-terra temos"*, e, segundo ela, a participação nas *passeatas*, *marchas* e *ocupações* contribui para *"que cada vez existam mais sem-terra com terra"*.

Outros assentados no *Sumaré,* Dona Iolanda e Seu Antonio, que conheci através de dois dos seus filhos, não eram mencionados no assentamento como *bons para contar histórias;* eles, diferentemente da Dona Cida, não costumavam participar das atividades organizadas pelo *movimento,* passavam muito tempo trabalhando na roça, *no frango* e *nas folhas*, e diziam não ter tempo para *participar da política.* No entanto, mencionavam que seus filhos cumpriam com as *obrigações* por eles, isto é, participavam das marchas, ocupações e outras mobilizações organizadas pelo *movimento.* Eles diziam estar muito agradecidos com o MST e uma forma de demonstrar esse "agradecimento" era cumprindo com a participação, através dos filhos, em atividades do movimento mas também fazendo público essa gratidão dizendo que *enquanto houvesse um sem-terra,* eles *seguiriam sendo sem-terra.*

Já Dona Malvina, também assentada do Sumaré explicava que ela não participava mais das atividades do *movimento* (marchas, passeatas, ocupações etc), mas por ser assentada se considerava como *sem-terra* explicitando sua condição vinculada a um espaço de relações que compartilha com outros, e que assim como ela, também foram beneficiados por um pedaço de terra. Ela mencionava: "*quando falam que tem que ir um da família para passeatas e essas coisas, é meu filho que vai e antes era meu marido que ia"*. Segundo ela, sempre tem alguém [da família] que cumpre com essa *obrigação.*

Nos exemplos anteriores aparece uma auto-atribuição como *sem-terra* em momentos específicos e perante pessoas interessadas em conhecer sobre o MST mas principalmente essa autodesignação aparece relacionada à "lógica de *compromissos* e *obrigações"*. Eles, os assentados, *são sem-terra* em um contexto de situação no qual a "lógica" se traduz como gratidão. Foi graças ao fato de terem participado anos atrás de um acampamento organizado por *militantes* do MST, que foram beneficiados por um dom do Estado, mas não qualquer dom e sim um dos mais valorizados no mun-

do das ocupações de terra, um lote de terra, e agora, são moradores do *Sumaré*, "um dos assentamentos mais bem sucedidos".

Essa auto-designação como sem-terra, vinculada à "lógica dos compromissos e das obrigações" (LOERA, 2006) também a encontrei entre assentados do assentamento Macali.

Esse assentamento foi criado em novembro de 2006 numa área de quase 3 mil hectares de terra, ao noroeste do estado de São Paulo. Desde 2004 um grupo de 120 famílias de antigos moradores da fazenda e famílias de novos acampados mantinha, sob a bandeira do MST, um acampamento nessas terras. Um grupo de 14 famílias de outro acampamento da região, o Dom Hélder Câmera saiu do município de Birigui no começo de 2005 e se juntou a esse contingente de acampados da Macali. Quando a propriedade foi liberada para assentamento, foram repartidos mais de 160 lotes de pouco mais de 5 hectares cada um. Quando as famílias *entraram nas terras*, a propriedade estava plantada com cana. Lideranças que representavam os antigos acampados do Dom Hélder começaram uma mobilização entre assentados, Incra e empresas privadas, para recuperar o *dinheiro da cana*, isto é, o dinheiro que seria pago pela venda da cana removida de cada lote. Foi nesse contexto que começaram uma série de disputas entre os diferentes grupos de assentados e foi também neste contexto que uma identificação como sem-terra surgia no cotidiano das conversas e das disputas.

Cleusa e Alfredo Reis haviam acampado durante mais de quatro anos em diversos acampamentos do estado, mas a meados de 2006 haviam decidido morar na cidade de Birigui, próxima ao último acampamento onde estiveram e não acampar mais. Dois meses depois, um militante do MST do antigo acampamento encontrou Alfredo na rua e o convidou para acampar novamente na beira de uma fazenda localizada nas proximidades e que já estava em processo de desapropriação.

A família Reis, como é comum acontecer no mundo das ocupações de terra, decidiu aceitar novamente o convite e instalou-se assim no acampamento montado na beira da fazenda Macali e ocupado por antigos moradores do local, por famílias de novos acampados da região e pelo grupo de acampados do Dom Hélder Câmara, do qual já haviam feito parte. Menos de um mês da instalação dessa família no acampamento, a fazenda

foi liberada para assentamento e a família foi a primeira a entrar na propriedade e escolher um lote. Meses depois, a disputa pelo dinheiro da cana começaria. Nesse contexto, alguns dos recém assentados questionavam o fato de todo mundo do assentamento receber a mesma contrapartida de dinheiro, uma vez que havia quem havia passado mais tempo acampando do que outros que recém chegaram no acampamento e já haviam recebido o lote. Realizavam-se assembleias ou reuniões praticamente toda semana para tentar resolver as disputas entre os assentados. Cleusa que tentava demonstrar para seus vizinhos seu *tempo de acampamento,* isto é, que não era *novata* no mundo das ocupações de terra mas, ao contrário, era experiente na arte de acampar. Nesse contexto de situação ela comentava após uma das reuniões do assentamento: *"aqui todos somos sem-terra, nem um é mais ou menos sem-terra, todo mundo está aqui para ajudar todo mundo, temos esse compromisso"*. Beto, representante dos assentados, nessa mesma reunião mencionava *"aqui todo mundo é sem-terra, todo mundo aqui tem um compromisso de ajudar os outros, todo mundo aqui já conquistou seu lote, agora está na hora de ajudar os outros, ninguém é mais ou menos sem-terra, ninguém fica pa' atrás"*. Beto mencionava essa frase tentando mediar as discussões entre Cleusa e outra assentada que desconhecendo a história de peregrinação pelos acampamentos da família dos Reis os acusava de não ser uma *verdadeira sem-terra*, pois não haviam sofrido o que o resto dos assentados com mais tempo de acampamento [no acamamento Macali], segundo ela não haviam participado de mobilizações, ocupações, etc. não haviam *"cumprido com nenhuma obrigação"* e estariam demandando iguais benefícios. Esta assentada em um contexto de disputa por benefícios dentro do assentamento acionava uma "lógica do merecimento" (LOERA, 2006) e o discurso do sofrimento enfatizando determinados graus de ser sem-terra, opunha um "verdadeiro sem-terra" àqueles que com menos tempo de acampamento, não podiam ter cumprido devidamente com o *movimento.* Comerford (2003), no seu estudo sobre famílias ligadas a sindicatos rurais na zona da mata mineira, menciona que o sindicato é visto e vivido como objeto de disputas em torno da respeitabilidade e reputação. As famílias por ele estudadas estariam ligadas entre si através de formas de sociabilidade agonísticas, isto é, a provocação em todos os níveis de sociabilidade e em todas as situações, ou o que o autor identifica como uma política e poética das reputações. O autor, através da análise de narrativas em diversas situ-

ações, mostra que existem critérios de hierarquização das famílias, "as que contam" e as que "não contam". Segundo o autor, essa hierarquização está associada "a critérios como antiguidade no local [...], grau de união, boa reputação (o bom nome, as características positivas extraordinárias), e à capacidade de mandar." (COMERFORD, 2003, p. 61). No caso aqui analisado, são principalmente o cumprimento das obrigações e compromissos e o tempo de acampamento os elementos associados ao "ser sem-terra", que ao mesmo tempo é considerada pelos próprios assentados como uma categoria de demanda.

Quando se *está sem-terra*

Como mencionei anteriormente o termo sem-terra faz parte de uma linguagem pragmática, pois não podemos desvincular o que é dito do que é feito, se os indivíduos "usam" o termo e "se colocam" como tais, em situações específicas, esse *ser sem-terra* faz referência não a uma essência, a uma identidade fixa e sim, a um *estar com os sem-terra*, como menciona Quirós (2006) a algo que é vivido e acionado pelos sujeitos de modo relacional, contextual.

Em 2006 durante uma visita de campo, percorrendo o interior da Bahia a procura de um acampamento do MST que me fora indicado na secretaria estadual do movimento peguei um ônibus *da linha verde* que passaria –me disseram- perto do acampamento. Na ocasião sentou junto de mim um jovem de uns vinte e poucos anos para quem solicitei referências acerca dos acampamentos da região: Você conhece um acampamento que esta perto do Conde ou ouviu falar dele? Ele me respondeu, *"conheço, eu tava lá",* Como assim, você estava acampando? *" tava, eu tava com os sem-terra*, *mais sai há uns seis meses"*, e porque você saiu? *"para trabalhar no açaí, mas meus primos tá lá ainda",* seus primos? "É, o João Pires, ele é o presidente de lá", E você não vai voltar? *"Não sei não, quem sabe quando termine a colheita [do açaí]".* Gilvan, o jovem do ônibus falava da sua experiência no acampamento como se tivesse estado num emprego e depois tivesse saído (de fato esse era o verbo utilizado). Seis meses atrás "estava com os sem-terra" e agora "estava no açaí". Hoje em dia, no contexto das ocupações de terras, *estar com os sem-terra* pode significar estar fazendo algo, estar

ocupado, tal como o caso dos piqueteros apresentado por Quirós (2006) esse "estar com eles" pode representar, nesse momento, para essas pessoas, aquilo que dê sentido às suas vidas.

Ao chegar no acampamento indicado por Gilvan, fui recebida por João Pires liderança do acampamento que portava um boné do MST. No acampamento havia 18 famílias. Ele me explicava que a maioria dos acampados trabalhava de diarista em outras fazendas, ganhando de 8 a 10 reais por dia. Mas, que estavam tendo problemas para serem contratados. Ele relatou: *"os fazendeiros se comunicam entre eles e quando vamos pedir trabalho e sabem que estamos com os sem-terra não dão [trabalho],ah! Quer trabalho? E você já ouviu falar desses movimentos que estão surgindo por aqui?", "ouvi sim senhor " e o senhor participa? ", "participo sim estou com os sem-terra" , "para eles não dá para mentir não, eles se comunicam entre eles, eles sabem".*

Nem Gilvan e nem o próprio João Pires, liderança do acampamento se autodesignavam como *sem-terra*. Ao mencionarem o termo o faziam colocando sua relação em termos de *estar com* ou *participar com,* para eles os *sem-terra* eram "outros" que não eles, e eles, nesse momento, *estavam com os sem-terra.*

Nos acampamentos do interior de São Paulo nos quais havia realizado trabalho de campo anteriormente, a maioria dos acampados referia-se também a experiência de fazerem parte dos acampamentos nesses termos, como 'estando com os sem-terra'.

Chicão, por exemplo, como era conhecido José Pereira, estava acampando junto com sua esposa e seu filho mais novo em um acampamento do MST no município de Cajamar. Ele havia sido *convidado* pelo irmão conforme ele me disse, para *"ir com os sem-terra"*. Chicão havia contraído uma dívida *na cidade*, como ele referia-se a Campinas, onde morava antes de acampar, e esse foi apontado como o motivo principal que o teria levado *com os sem-terra.*

Ele relatava: *"A história que eu vim parar nos sem-terra é devido que a cidade... ela tava, como eles dizem lá fora, né? Os político... tava um pouco inchada né?, o baixo salário que tá hoje, o desemprego tá muito grande, na cidade, tá difícil [...] Eu estava desempregado. Aí eu fui e fiz aquela, aquela inscrição no correio pra requerer terra do INCRA, e de lá fui conhecer o mo-*

vimento, e nessa luta, meu irmão foi embora, retornou a Campinas. Ele foi junto com nós lá na fazenda Capuava, ficou menos de um mês e foi embora [...] Mas o que me trouxe aqui foi o financiamento, foi isso que levou meu pai para a cidade, foi por causa disso que nós viemos parar na cidade e é isso que trouxe nós com os sem-terra"".

Foi então por causa de uma dívida que Seu Chicão decidiu acampar ou, como ele mesmo disse*, "é isso que trouxe nós com os sem-terra"*.

Essa externalidade manifestada pelos acampados com respeito a uma identificação como *sem-terra* é também manifestada com respeito a participar de um ou outro *movimento* que promove as ocupações. João Pires, por exemplo, portava o boné do MST, mas, explicava-me: *"o acampamento é da Fetag e do sindicato [STR] da Bahia"* e complementava *"mas, recebemos assessoria do MST"*.

Em pesquisa recente realizada em acampamentos localizados em diferentes regiões do estado de São Paulo, encontramos, tanto entre acampados de acampamentos organizados pelo MST como em acampamentos organizados por outros movimentos, a passagem de acampados por acampamentos organizados por diversos movimentos em diferentes momentos das suas vidas e a referência ao "estar com os sem-terra" como recorrente para manifestar esta circulação pelo mundo das ocupações de terra, que longe de manifestar uma identidade fixa e uma identificação como membro de um determinado movimento representa uma passagem, um caminho, um percurso que denota a dinâmica e o fluxo da vida.

Em um acampamento do MST localizado na região do Pontal, no oeste paulista onde realizamos um levantamento de dados para mapear a circulação a médio e longo prazo dos acampados pelo mundo das ocupações de terra conseguimos entrevistar 25 famílias das 35 que moravam no acampamento (o acampamento na época contava com um total de 112 cadastros ou barracos) e 20 *andorinhas*, isto é, que não moram no acampamento mas voltam para o acampamento ou nos finais de semana, ou nos dias de reunião e assembleia. Dentre os entrevistados, há *novatos* e *velhos acampados*, com dias, meses ou anos de acampamento, e todos sem exceção, mencionavam que nesse momento estavam "com os sem-terra" ou com algum movimento contando a partir da primeira ocupação

de terra ou acampamento no qual participaram mas deixavam claro que amanhã ou no dia seguinte podiam mudar, sair do acampamento ou em termos nativos "desistir", pudendo não voltar ou voltar dias, meses ou anos depois, como de fato é retratado pela história de mobilidade das famílias acampadas.

Silvana, por exemplo, cadastrada como *moradora* do acampamento fazia questão de dizer que ela tinha ido *com os sem-terra* acompanhando a irmã [também acampada nesse acampamento] fazia três anos. Mas que estava cansada e estava pensando *"ir com os sem-terra de Rainha"*

Adélso, outro acampado de 55 anos de idade que não mora no acampamento e é considerado como andorinha, volta a cada semana ou a cada 15 dias para o acampamento ou quando tem assembleia. Adelsio já passou por quatro acampamentos ao longo de dois anos, todos eles organizados pelo MAST (Movimento dos agricultores sem-terra) e ele nos explicava que tinha *mudado para o MST* porque *quando estava com o MAST* era muita mentira [referindo-se a que os dirigentes prometiam que as terras sairiam].

Eva liderança de outro acampamento, o Esperança, localizado no município de Araras a 150km da cidade de São Paulo foi assentada na região, num assentamento promovido pelo MST mas por problemas familiares, principalmente com vizinhos e com seu ex-marido decidiu deixar o assentamento. Em 2009 ela juntamente com outras 14 famílias de ex-assentados de municípios próximos se reuniram com o objetivo de organizar uma ocupação para demandar um lote de terra na região. Após duas ocupações realizadas em Rio Claro e Cordeirópolis as famílias se instalaram na área que estão reivindicando atualmente, no município de Araras. O acampamento conta com 82 barracos, mas, tem 86 famílias cadastradas, se dividindo os cadastrados entre 44 *moradores* e 42 não moradores ou *andorinhas*, ou seja, aqueles que não moram no acampamento, mas, mantém barraca. O Esperança contrário a outros acampamentos da região, não tem bandeira que indique movimento algum responsável pelo acampamento, fato curioso, uma vez que a bandeira é um símbolo de fundamental importância no mundo das ocupações de terra. Perguntei a Eva, porque não havia bandeira e ela me explicava: *aqui somos independentes, não temos movimento*, *eu já estive com os sem-terra [referindo-se ao assentamento do MST onde foi moradora] mas não deu certo, então aqui decidimos ser sem*

movimento, sem bandeira. Eva, expressa uma externalidade a respeito de ser sem-terra pois associa a categoria à categoria *movimento* e ao MST, com quem ela "já esteve", mas nesse momento, e nesse contexto da situação, para ela, os sem-terra são outros, dos quais nem ela nem seu acampamento fazem parte.

Rosa (2009a) critica a literatura acadêmica que vê o engajamento com os movimentos como uma reconversão de toda a história prévia dos sujeitos e como uma única experiência política. Como ele diz "ela é uma, entre muitas outras." (ROSA, 2009a, p. 219). Para esse autor "após 30 anos do surgimento da categoria "sem-terra", ela se institucionalizou como uma forma de negociação com os governos e não como identidade." (ROSA, 2009a, p. 223), ainda para ele, "alguns dos trabalhos que mais se dedicaram a esse movimento, como Navarro (2008) e poucos outros, apresentam dificuldades de esboçar um quadro compreensivo sobre o MST justamente porque não realizam uma análise mais aprofundada do sentido da categoria social "sem-terra". Tomam-na como uma "identidade", uma condição social natural do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira." (ROSA, 2009a, p. 224).

Deste modo, estabelecendo um paralelo com a análise que faz Quirós (2006) para o caso dos *movimentos*piqueterospodemos argumentar que as pessoas transitam por lugares diversos, desafiando contornos organizacionais, estão em relação. Os indivíduos não necessariamente só do movimento ou estão no movimento, mas parafraseando Quirós (2006) "Estão em movimento". Parece-me que devemos pensar a participação dos *sem-terra* de forma relacional, como uma de muitas outras possibilidades.

Referências

BRUBAKER, R. Au-delà de l´"identité". *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 169, n. 139, p. 66-85, set., 2001.

COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta*: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. (Antropologia da Política).

_____. *Como uma família*: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. (Antropologia da Política).

LOERA, R. N. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: CERES/Polis, 2006.

_____. *Tempo de acampamento.* 2009. 283f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2009.

MALINOWSKI, B. Théorie ethnographique du langage. In : _____. *Les jardins de corail*. Paris: La Découvert, 2002. p. 315-353.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Perspectivas do homem; Edições 70, 1988.

MESZAROS, G. Taking the land into their hands: the landless workers movement and the Brazilian state. *Journal of Law and Society*, v. 27, n. 4, p. 517-541, 2000.

PALMEIRA, M. 1979. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v. 1, n. 1, p. 41-55, ago., 1979.

QUIRÓS, J. Dentro y fuera del movimiento: reflexiones etnográficas sobre algunos aspectos de la participación en organizaciones piqueteros. VI In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, 6., 2005. *Paper*… Montevideo, Uruguay, Nov. 2005.

_____. *Cruzando la Sarmiento*: una etnografía sobre piqueteros en la trama social del sur del Gran Buenos Aires. Buenos Aires: Ed. Buenos Aires, 2006, (Série Etnográfica, Antropofagia, v. 1).

ROSA, M. C. Sem-terra: sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo n. 76, p. 197-227, 2009a.

_____. A forma movimento como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: GRIMBERG, M.; FERNÁNDEZ, M. I.; ROSA, M. *Estado y movimientos sociales*: estudios etnográficos en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Antropofagia, UBA, 2009b. p. 53-69.

_____. *O engenho dos movimentos*: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SIGAUD, L. A forma acampamento. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 58, p. 73-92, nov., 2000.

_____. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*: Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

_____. Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond Universitária; Faperj, 2010.

_____; ROSA, M.; MACEDO, M. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados*, v. 51, n. 1, p. 107-142, 2008.

PARTE 2

A reestruturação do capitalismo global e a questão agrária no Brasil

A Reestruturação do Capitalismo Global e seus Impactos na Economia Brasileira

Francisco Luiz Corsi

1 Introdução

O objetivo do presente artigo é tecer algumas considerações sobre as transformações do capitalismo global nas últimas décadas e os seus impactos na economia brasileira. A atual configuração do capitalismo global só pode ser entendida a partir dos desdobramentos da crise estrutural do capitalismo da década de 1970. Esta crise resultou da sobreposição de vários processos, quais sejam: perda de competitividade da economia norte-americana, esgotamento do fordismo, ascensão das lutas de classe no mundo, crise do sistema monetário internacional, crise energética e crise de hegemonia dos EUA. Este país, sob a égide do neoliberalismo, liderou no período que se seguiu a reestruturação do capitalismo com o fito de controlar a contestação social, recuperar a rentabilidade do capital e recompor a sua hegemonia. Os principias pilares da reestruturação do capitalismo foram os seguintes: paulatino desmonte do Estado de Bem-Estar Social, abertura das economias nacionais, desregulamentação dos mercados financeiros, reestruturação produtiva, nova onda de inovações tecnológicas e reconfiguração espacial da acumulação de capital (HARVEY, 1992; CHESNAIS, 1996; BRENNER, 2003).

Os desdobramentos desses processos foram diversos e não é possível discuti-los todos aqui. Cabe destacar que essas transformações criaram as condições para a hegemonia do capital financeiro e para a ascensão de um novo polo dinâmico de acumulação de capital no Leste asiático. Interessa discutir mais detidamente esse último ponto. Observa-se crescente formação de cadeias globais de produção. O capital buscou incorporar novos espaços de acumulação, nos quais pudesse dispor de mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada. As grandes corporações passaram a coordenar e controlar processos globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Isto foi feito por meio de empresas organizadas em rede (BASUALDO; ARCEO, 2006). Neste processo a região do Leste asiático recebeu enorme fluxo de capitais.

Os impactos da reconfiguração espacial do capitalismo na periferia foram significativos. Verificou-se, entre outros pontos, maior penetração de produtos manufaturados provenientes da periferia nos mercados centrais.O bom desempenho dos países dessa região, que não ocorreu em outras áreas da periferia, se deveu a uma série de determinações geopolíticas, econômicas, sociais e políticas, que também não é possível aqui esmiuçar. Cabe ressaltar, todavia, que os países em desenvolvimento da Ásia seguiram, desde a década de 1960, projetos de desenvolvimento voltados para as exportações de manufaturados, o que os favoreceu na nova configuração do capitalismo. A maior abertura dos mercados centrais e os fluxos crescentes de capital para a periferia contribuíram para impulsionar as economias asiáticas, em particular a China, que vive um processo de transição para o capitalismo. O rápido crescimento chinês é parte integrante do boom de desenvolvimento no Leste asiático.

A ascensão do Leste asiático não é possível de ser compreendida sem que se leve em conta o papel do Japão, que intensificou suas exportações de capital e tecnologia para a região a partir dos anos 1980, e dos EUA, que adotaram políticas, pautadas pelo objetivo de conter a URSS, que contribuíram para o desenvolvimento regional, sobretudo da Coréia do Sul, e para a reinserção chinesa na economia mundial (MEDEIROS, 2008).

No entanto, as transformações estruturais na economia mundial, sozinhas, não explicam o avanço recente das economias do Leste asiático. Apesar de muitas peculiaridades nacionais, esse processo, calcado, em boa

medida, nas exportações de produtos manufaturados, baseou-se, em parte, na firme coordenação e controle do Estado de variáveis fundamentais da economia (câmbio, taxa de juros, crédito, etc.) e dos setores estratégicos. Também verificou-se um esforço autônomo de produção de tecnologia, o que implicou pesados investimentos públicos e privados em educação e pesquisa. Isso possibilitou esses países inserirem-se de maneira dinâmica no processo de mundialização do capital. A China, embora parte desse processo, apresenta uma série de peculiaridades, que não serão discutidas, pois fugiria dos limites do presente artigo. Porém, é importante indicar que a revolução Chinesa foi sobretudo uma revolução nacional, pautada por um projeto de transformar a China em grande potência.

Enquanto isso, os países da América Latina, que seguiram uma estratégia de desenvolvimento voltada para o mercado interno e para a substituição de importações, se viram em grande dificuldade e viveram uma situação de baixo crescimento e instabilidade por duas décadas. O desmonte do modelo desenvolvimentista na região começou concomitantemente a crise estrutural do capitalismo a partir da implantação das ditaduras no Chile, em 1973, e na Argentina, em 1976. Na década de 1980, as economias latino-americanas foram assoladas pelas crises da dívida externa, inflacionárias e ficais. Os países latino-americanos foram alijados dos fluxos de capitais e sofreram forte queda dos termos de troca em decorrência da crise mundial. Isto tornou bastante difícil o pagamento da dívida externa, mas mesmo assim eles tornaram-se exportadores líquidos de recursos para os países desenvolvidos. Sob pressão da crise, dos EUA, do FMI, do capital financeiro global e de amplos setores internos das classes dominantes vários governos da região adotaram, com pronunciados matizes nacionais, planos de estabilização, abertura e desregulamentação de suas economias e amplo processo privatização, inspirados no chamado Consenso de Washington. De maneira geral, os Estados perderam, em parte, o controle sobre suas economias nacionais e deixaram de ter condições de coordenar e liderar o desenvolvimento. Neste contexto, a América Latina apresentou nas décadas de 1980 e 1990 tendências ao baixo crescimento, a instabilidade econômica e a deterioração das condições de vida da maioria da população, o que contribuiu para que ela perdesse terreno na economia mundial. (CANO, 2000; BASUALDO; ARCEO, 2006).

Os países do Leste asiático, que não seguiram as políticas do Consenso de Washington, tiveram melhor desempenho, em particular a China, que passou a projetar-se cada vez mais como um polo dinâmico de acumulação de capital em escala regional e mundial. A crescente projeção chinesa não se deu, até o momento, em confronto direto com a potência hegemônica. A economia chinesa e a de outros países da região cresceram a partir de certa simbiose com a economia norte-americana, que funciona como provedora de demanda para todo o sistema, ao mesmo tempo em que os superávits das demais regiões financiam os crescentes déficits norte-americanos. Esta simbiose vem, aparentemente, perdendo força desde a crise de 2008 (ARRIGHI, 2008; MEDEIROS, 2008; BELLUZZO, 2009).

A China, particularmente depois da crise asiática de 1997, se tornou paulatinamente no centro da economia asiática. Esta centralidade regional e o peso cada vez maior de seu mercado interno tendem a enfraquecer sua relação simbiótica com os EUA. A crise atual parece acentuar esse processo. Diante da crescente projeção chinesa os EUA adotaram, como um dos eixos estratégicos de sua política externa, uma política de contenção da China, que reage fortalecendo seu mercado interno, intensificando seus gastos militares, aproximando-se da Rússia e desenvolvendo uma política expansionista em termos econômicos na África e na América Latina, com fito de garantir fornecimento de bens primários (MEDEIROS, 2008).

Cabe destacar este último ponto, pois ele indica que a China busca criar sua própria periferia não apenas em escala regional, mas também em termos globais. O peso cada vez maior da China na economia mundial está alterando a divisão internacional do trabalho. Neste processo, a América Latina, que está sendo atraída pela China, tende a inserir-se de maneira crescente como fornecedora de commodities e bens manufaturados de baixo valor agregado (CORSI, 2011).

Essa tendência começou a delinear-se a partir da fase expansiva 2003-2008, quando o acelerado crescimento chinês elevou os preços das commodities, que também subiram devido à especulação. O resultado foi a melhora dos termos de intercâmbio da América Latina, o que contribuiu para o bom desempenho da atividade econômica e para a redução da vulnerabilidade externa da região no período. A redução da vulnerabilidade

externa abriu espaço para políticas econômicas expansivas e reduziu a dependência dos capitais especulativos (PINTO; BALANCO, 2013).

Todavia, o crescimento da região no período em pauta não pode ser creditado apenas ao incremento das exportações e a redução da vulnerabilidade externa, também deveu-se a guinada política para centro esquerda em vários países da região, embora países, como o Chile e o Peru, que adotaram políticas neoliberais, também tenham apresentado um bom desempenho. As centro-esquerda contribuíram para o acelerado crescimento no período 2003-2008, pois incentivaram o aumento do consumo e dos investimentos (PRADO, 2012).

Entretanto, os impactos da ascensão chinesa não foram apenas positivos, contribuíram para um retrocesso da inserção da América Latina na economia mundial, pelo menos para os países mais desenvolvidos da região. Porém, a crise desencadeada a partir de 2008 parece arrefecer essa tendência da China buscar articular uma vasta periferia fornecedora de bens primários em virtude da desaceleração de seu crescimento econômico. Mas é cedo ainda para se chegar a conclusões. Seja como for, é neste contexto que temos que entender os impactos das transformações do capitalismo global na economia brasileira.

2 O capitalismo global e a economia brasileira

A crise da dívida externa, a crise inflacionária e a crise fiscal, que colocaram em xeque o modelo desenvolvimentista, associada a possibilidade de vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1989, unificou os diferentes setores das classes dominantes em torno da candidatura Collor e de seu projeto neoliberal. A adoção de políticas neoliberais implicou em uma reacomodação das frações das classes dominantes. Observou-se o fortalecimento dos setores financeiros e rentistas. Setores de classe fortemente articulados com o capital estrangeiro. Os setores do capital mais vinculados ao mercado interno perderam terreno nesse novo contexto (CARNEIRO, 2002; BASUALDO; ARCEO, 2006).

O projeto neoliberal, inspirado no chamado Consenso de Washington, ganhou consistência no governo FHC, que adotou uma política de estabilização baseada em câmbio valorizado, associada a abertura e

desregulamentação da economia nacional e a redução do papel do Estado na economia, em especial por meio de amplo programa de privatização das empresas estatais. Esta política controlou o processo inflacionário, mas ao implicar em deterioração das contas externas, exigia, em um contexto de instabilidade da economia mundial, a constante majoração das taxas de juros com o objetivo de atrair um fluxo crescente de capitais externos, necessários para fechar o balanço de pagamentos. Essa política resultou, entre outros pontos, em baixo crescimento econômico, desemprego, expansão da dívida pública, crescentes déficits na balança comercial e insustentável vulnerabilidade externa. Esse processo desembocou na crise cambial do final dos anos 1990 (FILGUEIRAS, 2000; CARNEIRO, 2002; GONÇALVES, 2002).

FHC foi obrigado alterar sua política econômica diante da crise. O câmbio fixo foi abandonado. Em seu lugar foram introduzidas as metas de inflação. O câmbio flexível, associado à introdução de metas de inflação e metas de superávit primário, continuaram a garantir os interesses do capital financeiro. Qualquer pressão inflacionária, que ameaçasse as metas, obrigava a elevação dos juros e a obtenção de superávits primários robustos. O resultado dessa nova política continuou a ser, de um lado, um crescimento medíocre e, de outro, polpuda remuneração ao capital financeiro e a submissão da política econômica aos seus interesses. Para os setores rentistas é fundamental assegurar a capacidade do Estado pagar suas dívidas, dado que a dívida pública consiste no principal sustentáculo da valorização do capital financeiro.

Essas medidas, contudo, não eram suficientes para resolver o central problema da vulnerabilidade externa, em particular em um contexto de redução dos fluxos de capital para a periferia em virtude das crises asiáticas, russa, brasileira e argentina, que foram seguidas pela crise na Nasdaq. A redução das importações não era suficiente para reequilibrar as contas externas e garantir o crescente retorno do capital estrangeiro aqui valorizado a esfera de circulação internacional do capital, ainda mais que parte não desprezível do capital que entrou no Brasil nos anos 1990 estava invertido em setores que não geravam divisas. Além da desvalorização, seria necessário incentivar as exportações por meio de outras medidas (DELGADO, 2010). As exportações de commodities agrícolas e minerais, por apresen-

tarem maior competitividade, teriam melhor desempenho que as exportações de manufaturados, que se mostrariam cada vez menos competitivas.

O governo FHC, sem muitas alternativas para estimular as exportações, adotou uma série de medidas para favorecer o agronegócio, embora àquela altura não fosse previsível o boom de commodities que se desencadearia a partir de 2003. No caso do agronegócio, cabe destacar sobretudo a ampliação de crédito subsidiado, as políticas de desenvolvimento tecnológico, o incremento dos investimentos em infraestrutura e a desvalorização da moeda. Medidas que visavam dotar o setor de maior competitividade no mercado mundial (DELGADO, 2010).

Dessa forma, as medidas adotadas pelo governo FHC, sem almejar esse objetivo, prepararam o terreno para Brasil adequar-se as tendências de reorganização da divisão internacional do trabalho, que derivavam da ascensão do Leste asiático como centro dinâmico da acumulação de capital, que começava a se consolidar a partir da superação da crise asiática.

O governo Lula aprofundaria esse caminho, apesar de ter flexibilizado a política de seu antecessor em muitos aspectos. O governo Lula manteve os pilares centrais da política macroeconômica de FHC, a saber: 1- política fiscal apertada, voltada para a obtenção de superávits primários com o objetivo de reduzir a dívida pública; 2- metas de inflação; 3- Câmbio flexível; 4- Taxas de juros elevadas. Também deu continuidade à política de estimulo as exportações de commodities, que seria de grande importância para reduzir a vulnerabilidade externa, abrindo espaço para uma série de medidas expansivas. Um dos resultados dessa política foi a tendência a apreciação cambial, que teve forte influência negativa sobre o setor industrial e sobre as contas externas. Essas medidas respondiam sobretudo aos interesses do capital financeiro, pois eram a garantia de valorização a alta taxas do capital fictício em um mundo onde as taxas de juros tendiam a ser baixas. Também beneficiou o agronegócio, que também está articulado, como os outros setores, ao capital financeiro. O agronegócio pode absorver a tendência a valorização da moeda a partir de 2003 graças ao grande incremento dos preços internacionais das commodities, o que não aconteceria com a indústria.

Contudo, sem confrontar o capital, o governo Lula adotou, ao mesmo tempo, uma série de medidas expansivas, votadas para dinamizar o mercado interno e enfrentar o problema da miséria e da desigualdade social. Dentre elas cabe destacar o programa bolsa família; a política de majoração do salário mínimo; a política de aumento de gastos com a educação; ampliação do crédito, sobretudo para o setor habitacional e para pequenas e médias empresas; o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa "Minha Casa Minha Vida" e a utilização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como instrumento de política industrial partir do aumentos do crédito a juros baixos para fomentar setores da economia considerados estratégicos e a infraestrutura do país (SINGER, 2012; SICSÚ, 2013). Essas medidas foram fundamentais para Lula articular ampla base de sustentação política e social para o seu governo e garantir a eleição de sua sucessora.

Em um quadro de expansão da economia mundial, o resultado foi um crescimento bem superior ao período anterior, sustentado pelo aumento do consumo, do investimento e das exportações, acompanhado de melhorias nos salários e no emprego. Entretanto, a manutenção de juros elevados atraiu grande volume de capital especulativo para o Brasil em uma situação de alta liquidez internacional. O Brasil continuava sendo um espaço privilegiado de valorização do capital financeiro. Esse processo, somado a melhora dos preços das commodities, aprofundou a tendência valorização do real.

As consequências da associação de altas taxas de juros e câmbio excessivamente valorizado foram múltiplas. Um dos resultados foi a deterioração das contas externas. Depois de um período de grave crise nas contas externas do país, decorrente do Plano Real, a situação começou a melhorar a partir de 2003 no contexto de auge cíclico da economia mundial, quando, até 2007, o Brasil apresentou superávits nas transações correntes, graças sobretudo as exportações de bens primários. Porém, com a elevação das importações, o incremento dos gastos com o turismo e a forte majoração das remessas ao exterior os déficits voltaram e se agravaram com a crise mundial, que foi acompanhada de queda nos termos de intercâmbio e da demanda chinesa por matérias-primas e alimentos. Em 2007, o saldo de transações correntes foi positivo em 1,5 bilhões de dólares. No ano se-

guinte, a situação deteriorou-se e o déficit foi de 28 bilhões, chegando a 54 bilhões de dólares em 2012, e atingiu 81,37 bilhões de dólares, em 2013, que teve que ser coberto, em parte, por investimentos em carteira, dado que os investimentos diretos foram da ordem de 64 bilhões de dólares. A política de incentivo as exportações de commodities não mais conseguem ser decisivas para estabilizar as contas externas. A balança comercial em 2013 teve um superávit de US$ 2,55 bilhões, contra US$ 19 bilhões em 2012. Em 2014, o déficit foi de 3,93 bilhões de dólares. Ou seja, o balanço de pagamentos tem sido fechado graças aos investimentos externos diretos e aos voláteis investimentos em carteira. Apesar do acumulo significativo de reservas, que alcançaram a cifra de 380 bilhões de dólares em 2013, a situação não é tranquila. A vulnerabilidade externa não foi superada (GONÇALVES, 2013, p. 102-104, 124-125; IPEA/DATA, 2014).

A indústria brasileira, nestas circunstâncias, sofreu forte impacto da concorrência de produtos importados. Concorrência que se acirrou com a crise mundial. Muitos países, como por exemplo a China, levaram a cabo uma política de rebaixamento dos preços de seus produtos manufaturados e desvalorização cambial. Embora a economia tenha crescido, parte da demanda tem vasado para o exterior. A indústria tem perdido terreno nos mercados internos e externos. Não por acaso as importações têm crescido nos últimos anos a um ritmo superior que o das exportações, em que pese este comportamento também estar determinado pela crise mundial.

Esta situação de juros cronicamente acima das taxas internacionais e de valorização da moeda se reflete no nível de investimentos. A taxa de investimentos em relação ao PIB tem se mantido relativamente baixa ao longo da última década. Em 2003, a taxa de investimento era de 15,28% do PIB em valores correntes. Esta taxa subiu até 2008, quando atingiu a cifra de 19,11% do PIB. Caiu no ano seguinte e subiu em 2010 e 2011, para voltar a cair em 2012, atingindo 18,16% do PIB. Em 2013, foi de 18,4%e 18,7% do PIB no ano seguinte. A taxa de investimento nunca ultrapassou os 20% do PIB, taxa baixa para sustentar o crescimento por um longo período (IPEA/DATA, 2014).

Não por acaso observam-se fortes indícios de desindustrialização no Brasil. A queda da participação da indústria de transformação no PIB é ilustrativa. Em 1980, a participação deste setor no PIB era de 25,8%. Este

número caiu para 17,9% em 2010. O ritmo de crescimento do PIB *per capita* da indústria de transformação na última década cresceu em média 1,0% ao ano, enquanto que para o largo período 1900-2010 o crescimento dessa variável foi de 3,1% ao ano. Entre 2003 e 2010, a taxa média anual real de crescimento do valor adicionado da indústria de transformação foi de 2,7%, enquanto que para a mineração foi de 5,5% e para agropecuária foi de 3,2%. Neste período, o crescimento médio anual do PIB foi de 4% (GONÇALVES, 2013, p.82-87, 90-92).

Este processo tem sido acompanhado no período recente pela reprimarização da pauta de exportações. Em 1980, a composição das exportações era a seguinte: produtos básicos 42,2% do total, produtos semimanufaturados 11,7% e manufaturados 44,8%. Em 2002, esses números eram respectivamente os seguintes: 25,5%, 15,3% e 56,8%. Em 2010, os produtos básicos representavam, 38,5%, os semimanufaturados 13,7% e os manufaturados 45,6% (GONÇALVES, 2013, p. 93).

O governo Dilma manteve no fundamental a política econômica de Lula. A adoção de medidas restritivas para conter os desequilíbrios caudados pelo forte crescimento de 2010, em um contexto de recrudescimento da crise internacional, teve como resultado uma queda significativa do PIB em 2011 e 2012. Quando ficou claro que a desaceleração da economia seria maior do que a esperada, o governo reagiu e esboçou uma flexibilização da política de juros elevados, câmbio apreciado e meta de inflação. O governo também reduziu o compulsório e o IOF sobre o crédito pessoal. Também incrementou o gasto público tanto na rubrica de custeio quanto na de investimento. O salário mínimo sofreu forte aumento. Da mesma forma, os auxílios relativos à bolsa família também foram majorados. O governo aprofundou a política de desoneração fiscal de setores considerados importantes para estimular a economia. Também buscou proteger setores em dificuldade devido a acirrada concorrência externa por meio de várias medidas, a saber: medidas antidumping, maior rigor na fiscalização das importações, aumento de imposto sobre produtos industrializados importados, preferência por produtos nacionais nas licitações púbicas, aumento de tarifas, etc. (SICSÚ, 2013).

Mas essa reação teve fôlego curto, pois soçobrou diante sobretudo das pressões dos setores rentistas. A partir de agosto de 2011 o governo

começou lenta redução da taxa de juros básicos, que em outubro de 2012 atingiu a cifra de 7,25%, taxa mais próxima das em vigor no mercado mundial. O capital financeiro, com amplo apoio da grande imprensa, passou a fazer acirradas críticas ao governo tendo como mote a elevação da inflação, que teria fugido do controle. Contudo, não havia indícios de uma crise inflacionária, apesar da alta dos preços ameaçar superar o teto de 6,5% da meta.

Não obstante essas medidas, a economia não reagiu e a inflação continuou próxima do teto da meta. Neste contexto, a imprensa intensificou as críticas a incapacidade do governo em conter o processo inflacionário. A grande imprensa e o capital financeiro passaram a clamar por medidas duras contra o incremento dos preços por meio da elevação dos juros e do superávit primário elevados nas contas públicas. Um pouco depois desencadeou-se por todo o país uma série de movimentos sociais reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde. Também clamavam pelo fim da corrupção generalizada que afeta o setor público. Movimentos bastante heterogêneos, compostos por vários setores de classe com interesses e reivindicações distintas (SINGER, 2013). Esses movimentos acuaram o governo, que foi pego de surpresa. Dilma anunciou algumas medidas para enfrentar a situação bastante precária dos serviços públicos, mas esses problemas exigirão tempo e muito recursos para serem enfrentados. Estes movimentos evidenciaram os limites das políticas focalizadas e de caráter compensatório que o governo vem levando a cabo e apontam para a necessidade de políticas mais universais para enfrentar as múltiplas causas da miséria e da desigualdade. Os necessários investimentos maciços a partir de políticas públicas universais nestas áreas poderiam representar uma nova frente de expansão que poderia contribuir para a retomada mais vigorosa e em longo prazo do crescimento econômico.

O governo Dilma recuou ante as pressões do capital financeiro e a perda de popularidade. O Banco Central retomou o processo de majoração dos juros em abril de 2013, advogando a necessidade de fazê-lo para conter a inflação dentro das metas, embora as taxas internacionais de juros continuassem baixas. A taxa básica de juros subiu de 7,25% em março para 9% em agosto de 2013 e não parou de subir, atingindo 11,75%, em dezembro de 2014. O déficit crescente nas transações correntes, o baixo crescimento econômico, a deterioração das contas do governo e as incertezas do quadro

internacional e interno depois da reeleição de Dilma intensificaram saída de capital e a especulação contra o real, o que vem acarretando importante desvalorização da moeda. Esta desvalorização, necessária para diminuir as pressões sobre as contas externas, melhorar a competitividade do setor industrial e estimular exportações, pressionará os preços, exigindo de acordo com a lógica da política de metas de inflação a intensificação da majoração dos juros, o que por sua vez, tenderá a frear a atividade econômica e elevar o desemprego. Uma provável queda do emprego e dos salários, resultante desse processo, poderá corroer a principal base de sustentação do governo.

3 Considerações finais

O Brasil encontra dificuldades na atual situação da economia mundial que parece se delinear com a ascensão da China como centro dinâmico do capitalismo global e a manutenção do predomínio do capital financeiro. Este país vem constituindo sua periferia e a América Latina tende a compô-la como fornecedora de commodities e de produtos manufaturados pouco intensivos em tecnologia, embora esse processo possa sofrer retrocessos com a desaceleração da economia chinesa decorrente da crise global. A crise coloca possibilidades para a economia brasileira. Uma possibilidade seria uma economia centrada em um amplo setor de serviços, em um forte setor financeiro e nas exportações de bens primários e de bens manufaturados de baixo valor agregado. Nesta alternativa, existiria aparentemente menor possibilidade de enfrentar os problemas relativos ao emprego, a distribuição da renda e as desigualdades sociais. Amplos setores das classes dominantes, articulados ao capital financeiro global, defendem essa saída. Outra, aparentemente mais difícil, seria crescer com base no mercado interno, mas sem abrir mão de um forte setor exportador, que desenvolva as cadeias produtivas a ele vinculadas, e da participação do capital globalizado em sua economia. Desenvolver o mercado interno implica ter um setor industrial forte, inclusive com alguns ramos voltados para as exportações, e em um setor de serviços moderno. Assim seria possível sustentar o crescimento, o emprego e a renda em um patamar elevado, respondendo as demandas do grosso da população. Esta estratégia implica ruptura com o neoliberalismo. Também seria possível uma mescla dessas alternativas. Qual dessas possibilidades se concretizará ainda não é possível saber.

Referências

ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Adam Smith em Pequim*: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BASUALDO, E.; Arceo, E. *Neoliberalismo y setores dominantes*: tendencias globales y experiências nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BELLUZZO, L. G. M. *Os antecedentes da tormenta*: origens da crise global. São Paulo: Edunesp, 2009.

BRENNER, R. *O bomm e a bolha.* Rio de Janeiro: Record, 2003.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Edunesp, 2000.

_____. *(Des)industrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: IE-UNICAMP, 2014.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Edunesp, 2002.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. .*Panorama de la inserción internacional de America Latina y Caribe.* Santiago, 2010. Disponível em: <www.eclac.org>. Acesso em: 11 set. 2014.

_____. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe.* Santiago, 2011. Disponível em: <www.eclac.org/cgi-bin/getPred.asp?xml/publicaciones/xml/9/44349.xml>. Acesso em: 05 jun. 2014.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORSI, F. L. Crise e reconfiguração espacial do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático. In: PIRES, Marcos C.; PAULINO, Luís A. (Org.). .*As relações entre China e América Latina num contexto de crise*. São Paulo: LCTE, 2011. p. 109-130.

DELGADO, G. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 111-125, 2010.

FILGUERAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

GONÇALVES. R. *O vagão descarrilhado*: o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

IPEA/DATA Macroeconomico. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 09 dez. 2014.

MEDEIROS, C. A globalização e a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro*: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p.279-346.

_____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transição na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. H.; SERRANO, F. (Org.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-273.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.).*O poder americano.* Petrópolis: Vozes, 2004. p. 393-454.

PINTO, E. C.; BALANCO, P. *Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos na América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

PRADO, A. *El dessarrolo en América Latina después de la crisis financeira de 2008*. Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes> . Acesso em: 01 set. 2014.

SADER, E. (Ed.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

SICSÚ, J. *Dez anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Geração, 2013.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013: classes, protestos e revoluções. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.97, p. 23-40, nov. 2013.

A Hegemonia do Agronegócio e o Sentido da Reforma Agrária na Atualidade

Kelli Cristine de Oliveira Mafort

Reestruturação produtiva no campo: o agronegócio

No Brasil, ao final dos anos de 1970, as atividades desenvolvidas no campo ainda estavam profundamente impactadas pelo processo de modernização imposto pela Ditadura Militar desde 1964, processo esse que enfatizava o avanço da técnica - principalmente através do pacote tecnológico conhecido como Revolução Verde - sem promover qualquer alteração significativa em sua estrutura fundiária. Ou seja, uma modernização conservadora, sem reformas profundas dentre as quais se destaca a Reforma Agrária.

O ciclo de modernização conservadora no campo contribui para o desenvolvimento econômico do país baseando-se nos velhos esquemas políticos, de caráter marcadamente concentrador, privilegiando grandes proprietários. No entanto, o início da década de 1980 apontava para alguns sérios sinais de crise e estagnação.

Contraditoriamente, na medida em que ficavam cada vez mais alijados dos benefícios do Estado, os pequenos proprietários, os trabalhadores temporários e os trabalhadores rurais sem terra intensificavam sua capacidade de organização, provocando tensões sociais visando alterar o modelo agrí-

cola predominantemente concentrador. Sua maior e mais vigorosa exigência era a retomada imediata de uma política de Reforma Agrária.

A questão já havia sido muito fomentada no Brasil principalmente nas duas décadas que antecederam o período da Ditadura Militar, por diversas correntes políticas e teóricas. O passivo produtivo no campo ocupou a pauta dos debates acerca do desenvolvimento brasileiro e a resposta a esse impasse veio das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e de parte da intelectualidade em torno da Reforma Agrária como uma necessidade real. No entanto, ao contrário desta aspiração, manteve-se no Brasil uma concentrada estrutura fundiária herdada pelas capitanias hereditárias, pelas sesmarias e mais tarde pela Lei de Terras de 1850.

Todas as tendências que lutavam pela realização da Reforma Agrária foram derrotadas pelo regime militar que se impôs pela força e pela coerção. No entanto, no bojo do processo de redemocratização do país - ou abertura política -, a questão da Reforma Agrária volta a fazer parte da pauta das reivindicações populares de forma relevante.

Vale salientar ainda que a questão agrária volta para o centro do debate político, fortemente impulsionada pelas lutas em prol da democratização de um país que já começava a sentir os efeitos da forte crise econômica que abalava não só o Brasil, mas várias regiões do mundo.

Na década de 1980, quando o debate foi reaberto, a Reforma Agrária e seu conteúdo de mudanças estruturais voltaram para o curso da história como uma possibilidade de caminho a ser seguido no projeto de desenvolvimento do país. No entanto, diversos fatores contribuíram para a reconstrução do velho caminho brasileiro baseado no aprimoramento da modernização técnica de caráter conservador.

Entre esses fatores, teve influência fundamental o apelo internacional, com o avanço do neoliberalismo, a adequação dos países à nova ordem mundial e o fortalecimento da hegemonia capitalista, principalmente em face da derrocada das experiências socialistas na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e no leste europeu.

Na prática, o que se pôde verificar foi a abertura de um período de ajustamento do Brasil à ordem neoliberal, predominante em escala mundial. E no caso do campo, passado o longo período de estagnação,

vem a ocorrer uma retomada de seu desenvolvimento tendo como base o fortalecimento do modelo conhecido como agronegócio, de onde a grande exclusão ficará por conta, mais uma vez, da política ampla de Reforma Agrária.

Novamente, o caminho escolhido, apesar de não trazer qualquer alteração mais profunda na estrutura fundiária concentradora de terras e riquezas, proporcionou um cenário bastante diverso daquele que se verificava no início da década de 1980. Ou seja, o novo processo será movido por uma agressiva modernização e industrialização do campo, sem a necessidade de trilhar o caminho da Reforma Agrária, conforme justificavam seus defensores em passado recente.

O problema apontado pela burguesia industrial acerca dos chamados "ativos imobilizados" presentes nas áreas improdutivas do campo encontrou sua solução na modernização articulada pela própria da burguesia agrária em conjunto com demais e decisivos setores da economia: os crescentemente fortalecidos bancos privados e as empresas transnacionais, para citar os mais importantes.

O problema das históricas áreas improdutivas sempre foi motivo de reivindicação dos movimentos sociais, que propunham a Reforma Agrária como projeto de desenvolvimento agrícola, em contraposição a estrutura fundiária, pautada desde o início da colonização, no latifúndio.

A existência do latifúndio permanece inalterada, seja ele improdutivo ou produtivo, e as elites mantém sua hegemonia no campo. O que está sendo alterado é a assimilação deste passivo improdutivo pelo agronegócio, sem o desenvolvimento de nenhum processo democratizador de acesso à terra.

É na atual quadra histórica, quando se consolida este modelo de produção agrícola, que, em resposta ao latifúndio improdutivo e à deficiência do passivo produtivo de períodos anteriores, a questão agrária vem sendo proclamada como um caso resolvido no Brasil. Porém, essa suposta resolução do problema não traz qualquer alteração significativa na alta concentração da estrutura fundiária do país e, sobretudo, na questão da desigualdade social. Por isso mesmo é que o cenário hoje encontrado em nada se assemelha à expectativa que, desde os anos de 1980, se depositou

no cumprimento da função social da terra. Isso quer dizer que o atual processo de modernização do campo, pautado no ajustamento do Brasil à ordem sócio-política internacional do neoliberalismo não precisou trilhar o caminho de uma reforma burguesa no agrário.

Muito ao contrário. Por intermédio do agronegócio, intensificaram-se as atividades baseadas na monocultura, na concentração da terra e da riqueza social, na exploração da força de trabalho e na produção destinada à exportação. Tais características, já históricas do processo de produção agrícola no Brasil, vêm sendo ativadas por elementos exponenciais do atual padrão de acumulação do capital com destaque para a forte industrialização da agricultura, marcada, pela utilização da transgenia, da utilização intensiva de agrotóxicos e da exportação de commodities, sob o financiamento dos grandes bancos e com a presença de empresas transnacionais.

Contradições do agronegócio

É insuficiente afirmar que a base da modernização do campo brasileiro se deu através do agronegócio e não da Reforma Agrária se não explicitarmos as contradições que esse caminho coloca para a humanidade.

A atualidade de reprodução do capital vem impondo um cenário extremamente adverso para o pleno desenvolvimento da humanidade em suas várias dimensões. E ainda que a aparência do cotidiano não apresente a gravidade dos problemas, estamos vivendo um impasse bastante dramático: na sua forma atual o capital não consegue se reproduzir sem necessariamente criar forças destrutivas para a humanidade e, ao mesmo tempo, por outro lado, a mobilização das forças políticas e sociais, capazes de enfrentar essa realidade, encontra-se fragmentada e dispersa.

As ações do capital no campo, estão para além do enquadramento do que é considerado tipicamente como agrário, ou seja, o agro; segundo os movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, nesta caracterização, devem ser incluídos o hidro negócio e o mineral negócio, agregados à análise do agronegócio.

Neste sentido, o agronegócio não tem como se desenvolver, sem necessariamente produzir destruição ambiental, apropriação dos recursos

naturais, relações de trabalho precarizadas e degradantes, e o aprofundamento de problemas sociais como o desemprego e a intensificação da expulsão dos trabalhadores do interior do país. Além disso, não produz alimentos, ao contrário, se ocupa em produzir agrotóxicos para envenenar os alimentos e tem as commodities de exportação, como exclusiva atividade.

O complexo agrário brasileiro impõe-se na atualidade como uma questão prioritária para o curso histórico da humanidade. E a própria Reforma Agrária somente voltará a ter relevância, caso consiga ser portadora de um projeto que não apresente somente soluções conjunturais, mas que altere efetivamente o curso desse modelo nefasto de desenvolvimento.

Reforma Agrária e capitalismo no campo: da "tarefa em atraso" à "tarefa superada"

Segundo Florestan Fernandes (1976), o desenvolvimento brasileiro deu-se de formal desigual e combinada, devido ao seu caráter dependente. A burguesia brasileira, integrada com os interesses do capital internacional, enterrou a possibilidade do desenvolvimento de uma nação, não realizando medidas próprias de uma revolução burguesa:

> Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de Reforma Agrária e na qual a revolução urbana se confunde, ou com a inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática. (FERNANDES, 1976, p. 19).

Na interpretação de Florestan Fernandes, numa perspectiva de revolução proletária, é possível desencadear uma *revolução dentro da ordem* no sentido de lutar por necessidades humanas de caráter estrutural, que o capitalismo não pode resolver integralmente, mas que são constitutivas do seu próprio desenvolvimento.

No caso brasileiro, a burguesia não realizou tarefas básicas do desenvolvimento capitalista, entre elas, a tarefa da Reforma Agrária. Desta forma, essas tarefas foram constituindo-se como "tarefas em atraso", que poderiam ser reivindicadas através de mobilização popular, com o objetivo de provocar tensionamentos para sua realização.

Ocorre que, com avanço do agronegócio, houve um processo de reativação produtiva do capital no campo e a Reforma Agrária foi perdendo espaço do ponto de vista do desenvolvimento capitalista.

Para Iasi (2009):

> A Reforma Agrária não é uma tarefa que ficou em atraso no processo capitalista, e por tanto, trava o capitalismo, ela mais precisamente ficou para trás na ordem do plano do desenvolvimento capitalista em nosso país. O que nós vimos foi um profundo desenvolvimento do capitalismo no campo, do capital monopolista agrário, que é eufemisticamente chamado de agronegócio.

Na atualidade, o tema da Reforma Agrária tem sido questionado por parte da intelectualidade, apresentando como argumento principal a inviabilidade da questão no atual patamar de desenvolvimento da sociedade brasileira. Mas, sobre essa questão, também é necessário fazer uma distinção entre aqueles que apontam a superação da Reforma Agrária, do ponto de vista conservador, para fortalecer a estrutura fundiária concentradora existente e outros que apontam a necessidade de uma ressignificação do tema com vistas a uma profunda alteração do projeto hegemônico em curso.

> [...] a luta por terra no Brasil, pela reforma agrária deixa de ser a luta contra o atraso, contra o latifúndio, e passa a ser uma luta contra o capital. A questão agrária, a produção agrária, a política agrária se revela na luta contra o capital e não pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. [...] Portanto, esses elementos para nós, não se constituem como tarefas de uma revolução burguesa em atraso. Mas, desafios de uma revolução proletária em curso, o que muda profundamente nossa ótica sobre elas. (IASI, 2009).

Para Pinassi (2009), a questão agrária brasileira não está resolvida e a reivindicação por Reforma Agrária na atualidade pode conter um potencial de ruptura, pelos limites de sua realização nos marcos do capital:

> [...] a luta pela terra não pode mais se dar no velho sentido da reforma agrária, da reforma agrária como política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no campo. O campo se desenvolveu e atrás de si carrega um problema social de proporções dramáticas [...] A transição tem que ser antineodesenvolvimentista, pois diferentemente do que ocorrera antes, no atual momento, de crise

> estrutural do capital, o crescimento econômico não vem acompanhado de nenhum benefício para trabalhadores, nem mesmo para aqueles que permanecem organizados em torno de lutas historicamente defensivas, como os sindicatos e os partidos parlamentares. Assim, não se pode mais lutar por terra para simplesmente incluir-se no mundo do capital. (PINASSI, 2009, p. 63).

Este controverso debate tem como base de questionamento a própria realidade objetiva de como está organizado o campo brasileiro a partir do agronegócio e qual sua importância estratégica para a classe dominante no cenário internacional.

Segundo o governo, a economia depende do setor do agronegócio para manter o Brasil entre as principais potências econômicas. Como o modelo atual é basicamente produtor de commodities, tem peso fundamental na economia, principalmente no que se refere às exportações.

Os recursos destinados para financiamentos e créditos agrícolas, também demonstram uma expressiva prioridade ao agronegócio. É o que demonstram os dados do Plano Safra 2012/2013:

> O plano para a agricultura comercial, cujos beneficiários são majoritariamente o setor do agronegócio, recebeu R$ 115,25 bilhões. Houve um aumento de 7% do montante recebido ano passado. Do total, R$ 28,25 bilhões serão destinados para investimentos e R$ 86,95 para financiamento de custeio e comercialização. [...] O pacote destinado à agricultura familiar recebeu um total de R$22,3 bilhões, sendo R$ 18 bilhões para crédito de custeio e investimento à agricultura familiar e R$ 4,3 bilhões para programas voltados à assistência técnica e aquisição de alimentos. (MST, 2012).

Tendo em vista o fortalecimento do agronegócio, ocorre no país um processo de reorganização do estado brasileiro, tanto no que diz respeito ao investimento, principalmente em termos de logística, como também de abertura de linhas de financiamento e aporte de recursos financeiros através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O BNDES tem representado um forte braço do Estado como indutor do crescimento econômico de várias empresas privadas, causando

diversos impactos socioambientais. Isso evidencia que o agronegócio é de fato, o projeto prioritário do Estado e do governo brasileiro.

Esse aporte econômico contribui para a consolidação hegemônica do modelo do agronegócio no campo brasileiro. Os elementos analisados demonstram que a prioridade máxima ao agronegócio por parte do Estado, promove um processo de *contra Reforma Agrária*.

É importante fazer uma distinção entre uma política de assentamentos e a realização de uma ampla Reforma Agrária. Se analisarmos o quadro dos decretos de desapropriação de terra, a partir de 1985 (portanto no período pós Ditadura civil militar) até 2012, podemos observar uma política de criação de assentamentos oscilante, mas existente. No entanto, a Reforma Agrária prevê medidas mais estruturantes que vão além da criação de novos assentamentos. Uma política de reforma agrária não é apenas a simples distribuição de terras, que até pode ser feita para amenizar problemas sociais pontuais. A Reforma Agrária é mais ampla, passa pela democratização da propriedade da terra e por uma mudança na estrutura agrária fundiária, criando as condições para o pleno desenvolvimento da pequena produção tanto do ponto de vista tecnológico, oferta de crédito e subsídio e garantia de comercialização, priorizando a produção diversificada de alimentos para satisfazer as necessidades da população e assegurar a soberania alimentar.

Os Governos da presidente Dilma Rousseff, bem como, os governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, são frutos de uma aparente composição de classes, materializado num amplo leque de alianças, cujo programa tem priorizado no campo, as grandes empresas e o agronegócio. Estes governos apostaram no estímulo ao mercado interno com base na oferta de crédito e incentivo ao consumo, o que gerou de forma efêmera um aumento na oferta de emprego. E, combinado a isso, desenvolveram um programa social de políticas compensatórias e de combate à pobreza, através de medidas de transferência de recursos, de caráter pontual, sem o desenvolvimento de medidas estruturais.

No campo brasileiro, a prioridade dada pelo Governo ao agronegócio, somada à força hegemônica que tem o setor, traz como consequência direta um contundente bloqueio à política estrutural da Reforma Agrária e inibe uma política de assentamentos, mesmo que pontual.

Outro fator que tem determinado tal bloqueio, tem sido a atuação da maioria dos representantes do Poder Judiciário, nas suas várias instâncias. Através da criminalização da luta e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, na morosidade para julgamento dos crimes do latifúndio e do agronegócio, o que fortalece a impunidade, nos rápidos julgamentos de reintegração de posse sem observar os elementos contraditórios que envolvem tal posse, na lentidão da análise dos processos agrários, atrasando as imissões de posse das áreas com decreto de desapropriação etc.

Todas essas questões colocam a Reforma Agrária sob um intenso debate. Claro está que, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, a Reforma Agrária está superada em definitivo, o que coloca a questão num patamar de rupturas estruturais a fim de garantir sua própria realização.

O sentido da Reforma Agrária na atualidade

Reforma Agrária Popular e a articulação entre as Organizações do campo

A perspectiva política do projeto do agronegócio tem impactado diretamente os movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra e pela realização da Reforma Agrária. Tais impactos atingem os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem terra, os assentados e as assentadas, as comunidades indígenas, as comunidades tradicionais e quilombolas, os pescadores artesanais, os atingidos e as atingidas por barragens, os pequenos agricultores e as pequenas agricultoras, as comunidades extrativistas, os assalariados e as assalariadas rurais, bem como o proletariado do agronegócio, em geral.

Como já vimos anteriormente, a atuação do capital no campo, tem assumido formas desastrosas no que diz respeito ao meio ambiente, ao trabalho e à dimensão da sociabilidade camponesa.

A ofensiva do capital tem levado a luta por Reforma Agrária para um patamar de enfrentamento de classe. Há uma mudança significativa no caráter da luta pela terra e por mudanças estruturais no campo. Os movimentos sociais, que até então, se defrontavam com as forças do latifúndio e

seus métodos agressivos, mas previsíveis, estão diante de um novo cenário. O agronegócio preserva elementos fundamentais do latifúndio, mas consolida uma aliança entre diferentes frentes do capital: o capital financeiro e os bancos, os grandes proprietários de terra, as empresas transnacionais que controlam insumos, os preços e o comércio das mercadorias, a mídia burguesa e o aparato de Estado.

Mas para os movimentos sociais do campo não está posto somente o caminho do enfrentamento ao capital. Outra possibilidade é a de integração ao modelo, mesmo que de forma extremamente subordinada, criando uma espécie de *agronegocinho.*

A tentativa de integração dos movimentos sociais ao agronegócio tem sido feito em grande medida através das diferentes táticas de cooptação. Isso não é novo, mas na configuração atual, os métodos mais utilizados, são sutis e refinados, o que provoca muita confusão de caráter ideológico. Mas trilhar esse caminho recoloca um dilema para os movimentos: a integração necessariamente significa negociar a garantia de ganhos pontuais, tendo como moeda de troca a bandeira das mudanças estruturais, entre elas, a Reforma Agrária.

A questão se torna ainda mais complexa se analisarmos que na base social desses movimentos existe uma pressão objetiva por uma pauta econômica represada. O que move a base social dos movimentos sociais são necessidades concretas sem necessariamente manter a vinculação com uma dimensão política transformadora. Essas questões precisam ser consideradas para analisar a atuação e a perspectiva de projeção dos movimentos sociais.

Nesse sentido, é importante destacar o movimento em torno da construção unitária de ações em torno das Organizações Sociais do Campo. Historicamente os camponeses e as camponesas se organizaram de forma unitária na década de 1960 e a expressão maior dessa articulação foi materializada na realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária, no ano de 1961, em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

> Essa unidade e força política levaram o governo de João Goulart a incorporar a reforma agrária como parte de suas reformas de base, contrariando os interesses das elites e transformando-se num dos elementos que levou ao golpe de 1964. Os governos golpistas perseguiram, tortu-

> raram, aprisionaram e assassinaram lideranças, mas não destruíram o sonho, nem as lutas camponesas por um pedaço de chão. (TERRA DE DIREITOS, [2012]).

Depois de um longo período de luta e resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e da construção de instrumentos organizativos específicos, foram criadas as condições para a realização de uma nova articulação entre os movimentos do campo.

Após cinquenta e um anos, ocorreu em agosto de 2012 em Brasília, o Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, tendo como centralidade a luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade.

Com a participação de cerca de cinco mil trabalhadores e trabalhadoras, o Encontro reuniu as principais forças políticas existentes no campo. A retomada dessa articulação, pode significar uma retomada histórica de ofensiva ao agronegócio e reafirmação da perspectiva da Reforma Agrária e de transformação social. Por enquanto essa articulação tem um potencial mobilizador, mas ainda é necessário um amadurecimento das relações sociais entre essas Organizações para que o sentido unitário se dê nos debates e principalmente nas lutas efetivas. E essa unidade não pode ter o sentido de pensamento único, ao contrário, deve abarcar as diferenças que cada Organização carrega e do movimento contraditório da luta de classes.

Outra articulação entre os camponeses e as camponesas, tem se dado através da consolidação da Via Campesina, que tem atuação em nível internacional com presença em todos os continentes. A Via Campesina do Brasil congrega movimentos sociais de expressão tais como o MST, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

A Via Campesina também tem participado e ajudado a fortalecer a construção da articulação unitária no campo, buscando consolidar relações com os outros Movimentos e Organizações existentes.

Na articulação em torno da Via Campesina, é possível notar maior coesão em torno da concepção de projeto de campo. Além disso,

ao longo de sua trajetória, a Via Campesina tem travado importantes lutas conjuntas envolvendo as bases sociais dos Movimentos que a compõem.

O MST integra a Via Campesina e tem ajudado a construir a articulação entre as diferentes forças que estavam presentes no Encontro Unitário realizado em Brasília. O MST completa trinta anos em 2014 e ao longo dessa trajetória foi reformulando seu programa e suas formas organizativas e de luta, pautado pelas contradições de um campo que se transformou para conservar a concentração das terras e da riqueza.

O atual Programa Agrário do MST foi definido no seu V Congresso, que ocorreu em 2007, em Brasília. O componente central desse Programa, é a defesa de uma Reforma Agrária Popular e a reflexão que culminou nessa

Na reflexão do MST, o esgotamento da possibilidade de uma Reforma Agrária do tipo clássica constrói um cenário com duas alternativas: a não realização efetiva da Reforma Agrária ou resignificação do Programa em torno dela.

O esforço contido no Programa de Reforma Agrária Popular vai nessa direção, combinado aos elementos de alteração estrutural da sociedade. Mas não basta ter isso claro somente no âmbito dos movimentos sociais do campo, é necessário agregar outros sujeitos da sociedade, especialmente da classe trabalhadora para se somar ao projeto.

O conteúdo do Programa de Reforma Agrária Popular traz componentes de uma luta de caráter antisistêmico. Não existe correlação de forças na atualidade para uma efetivação do Programa, mas para atingir esse objetivo o MST tem se lançado em tarefas organizativas e políticas que ocorrem numa intensa contradição entre avançar ou retroceder, presente como um dilema insistente no curso histórico das Organizações. Nesse sentido um dos maiores desafios que os movimentos sociais tem enfrentado é o de fazer a vinculação necessária entre a luta econômica e a luta política.

> Estamos diante de um quadro que coloca ao MST o desafio (trans) histórico de enfrentar crônicos problemas do prussianismo colonial brasileiro – entre os quais se destaca a forte concentração da propriedade da terra (habilmente transformada pelo capital na mina de ouro do agronegócio) e lidar diretamente com alguns dos mais graves sintomas sociais da atualidade, personificados na militância atingida pelo

> desemprego estrutural. Nessa medida, acredita-se que o MST, tanto quanto inúmeros outros movimentos sociais de massas que eclodem na América Latina, venham cobrar velhas dívidas específicas da constituição do capitalismo neste cantinho do mundo ao mesmo tempo em que procuram responder às suas contradições mais contemporâneas. O desafio está na predisposição, nas condições potenciais e possibilidades para superá-las radicalmente. (PINASSI, 2009, p. 78).

Diante da complexidade dos desafios que tem se defrontado, o MST realizou, em fevereiro de 2014, o seu VI Congresso, no qual definiu os rumos políticos da Organização para o próximo período histórico. Para tal, elencou alguns temas estruturais que tem norteado o debate entre sua base social de famílias acampadas e assentadas e suas diferentes instâncias organizadas em nível local, estadual e nacional. Os temas são os seguintes: o capitalismo no campo, a sociedade brasileira, a relação do Movimento com o Estado e os Governos, política de alianças, a estratégia e as táticas, a Reforma Agrária Popular e a trajetória e as perspectivas de projeção do MST.

Considerações finais

Através do estudo realizado, é possível concluir que a questão agrária brasileira não está superada, nem tão pouco, encontrou uma solução definitiva para o campo, através da hegemonia do agronegócio.

A atualidade do capital no campo, tem trazido consequências dramáticas para a humanidade, principalmente em relação à destruição dos recursos naturais e na consolidação do desemprego estrutural.

A luta pela Reforma Agrária mudou de conteúdo devido às alterações no contexto da luta de classes no campo brasileiro. O agronegócio se consolidou de forma hegemônica, impondo limites destrutivos para os trabalhadores e para as trabalhadoras. Nesse cenário, o do MST e a Via Campesina, tem desenvolvido um processo de resistência, luta e enfrentamento ao capital, através das suas ações políticas.

As questões sintetizadas por Maria Orlanda Pinassi ajudam a pontuar a continuidade desse debate, não só para o MST, mas para os movimentos sociais do campo de maneira geral:

1. Para o MST, a luta pela terra constitui um fim ou uma mediação, uma continuidade ou uma ruptura com a ordem estabelecida pelo capital? Ou seja, o MST, pela natureza da luta mais imediata que defende, está historicamente condenado à regressividade ou é um movimento com potencialidades emancipatórias?
2. Em que medida o MST, um movimento social de massas centrado na luta pela terra, luta que carreia todo um lastro histórico, reformista e específico do capitalismo brasileiro, poderia ser uma alternativa mais universal e concreta para as necessidades atuais de atuação política ofensiva da classe trabalhadora frente à completude destrutiva do capital?
3. Até que ponto o MST, mediante a sua organização interna, cria condições para a formação de uma sociabilidade capaz de provocar rupturas com a relação-capital? (PINASSI, 2009, P. 70).

Referências

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IASI, M. Palestra. In: SEMINÁRIO ESTRATÉGIA E TÁTICA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <http://dariodasilva.wordpress.com/2009/10/08/mauro-iasi-%E2%80%93-seminario-estrategia-e-tatica-da-revolucao-brasileira/>. Acesso em: 23 jul. 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TETRRA. *Planos agrícolas promovem concentração de terra e especulação financeira*. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/13626>. Acesso em 18 jul. 2013.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital.* São Paulo: Boitempo, 2002.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital*: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

TERRA DE DIREITOS. Organização de Direitos Humanos. *Declaração do Encontro Nacional Unitário dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas*. [2012]. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/2012/08/24/declaracao-do-encontro-nacional-unitario-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-e-povos-do-campo-das-aguas-e-das-florestas/>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Geografia dos Conflitos e Violência no Campo: os Dados dos Governos do Partido dos Trabalhadores

Mirian Claudia Lourenção Simonetti

Adriane Camargo

Este texto trata da Geografia dos conflitos e violência no campo brasileiro e baseia-se nos dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) referente ao período entre 2003 e 2014. Esse período corresponde aos últimos 12 anos que abrange os três governos do Partido dos Trabalhadores. Também situamos nossa análise cotejando-a com os números dos últimos 30 anos registrados pela CPT[1]. Esses números indicam que a política de incentivos ao agronegócio realizada pelos governos do Partido dos Trabalhadores, ao apoiar as monoculturas para exportação em detrimento da reforma agrária, ou da agricultura familiar, levou à ampliação dos conflitos que envolvem as populações originárias e tradicionais – indígenas, quilombolas, e demais camponeses.

Nossa investigação partilha a visão de alguns autores, como Thompson (1981), Porto-Gonçalves (2003), Ramos (2003), Fernandes (2008) e Simonetti (2009), de que o conflito social é parte das relações sociais e de poder e nos oferece a possibilidade empírica de abordar as contradições sociais. Segundo Ramos (2003), o conflito

[1] Desde 1985, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem coletando dados sobre as lutas sociais e de poder no campo brasileiro. Trata-se da maior cobertura de dados sobre a violência no campo que, pelo rigor com que são recolhidos, oferecem uma fonte inigualável para estudos sobre a evolução das lutas sociais no campo brasileiro.

> [...] é a manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configuram a construção de identidades coletivas, de motivações e interesses compartilhados, estratégias de luta, assim como formas de organização e manifestação. O conflito evidencia, assim, a formação das classes e grupos sociais e coloca em relevo o protagonismo social e dessa forma permite a identificação empírica da classe concreta e não da classe teórica [...]. A classe social deixa de ser vista, aqui, como algo dado e passa a ser vista como formação (RAMOS, 2003).

Segundo Porto-Gonçalves (2013),

> O conflito é um conceito importante, pois aponta para uma dimensão imanente às relações sociais e de poder. Indica que sobre um mesmo tema, um mesmo objeto, diferentes indivíduos/grupos/classes/sujeitos sociais têm visões/práticas distintas. O conflito é a contradição social em estado prático. Tomá-lo como conceito central para a análise dos processos sócio-geográficos é fundamental, ainda mais quando se trata de conflitos pela terra/água, necessários para a produção/reprodução da vida. A luta pela terra/água mais que uma questão de economia, é fundamental para a democracia, pois diz respeito a relações de poder através do controle da terra/água (PORTO-GONÇALVES, 2013).

A Geografia dos conflitos agrários e da violência no Brasil nos permite compreender, em cada momento histórico, a complexidade e diversidade dos sujeitos sociais envolvidos com a luta pela terra. Os dados registrados pela CPT ao longo dos últimos 30 anos mostram o caráter extremamente conflituoso e violento do modelo agrário-agrícola vigente no país. Nele é possível verificar que os conflitos pela posse e propriedade da terra estão marcados pelas mais variadas formas de violência. Os dados indicam que a violência tem, sobretudo, duas faces mais evidentes: uma relativa à expropriação, na qual a violência baseia-se em assassinatos, expulsão das famílias das terras, o que demonstra uma ação sistemática contra as formas de luta pela terra; a outra se refere diretamente à exploração do trabalho, seja porque os trabalhadores não recebem os direitos trabalhistas a que têm direito, seja porque são explorados em condições análogas às encontradas em formas de trabalho escravo (SIMONETTI, 2009).

O quadro mais recente de conflitos fundiários e violência se inscreve num processo iniciado nas últimas décadas, no qual se verifica uma

intensa transformação da agricultura brasileira, marcada pela modernização tecnológica, pela generalização da agroindústria e pela monocultura de exportação. Conduzidas pelos governos militares, essas mudanças se fundamentaram, grosso modo, em duas orientações: de um lado, favorecer a modernização do latifúndio e, de outro, implementar a constituição de grandes e médias empresas agrícolas.

> [...] foi somente na década de 1970 que houve uma intensificação do consumo industrial pela agricultura, [...] a par de um movimento paralelo e integrado de implantação no país do subsetor industrial produtor de insumos e bens de capital para a agricultura. Por outro lado, o processo de integração técnica agricultura-indústria foi ainda fortemente impulsionado pela modernização da indústria processadora de produtos rurais, a qual em interação com o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio constituem verdadeiros complexos ou "sistemas agroindustriais" interligados (DELGADO, 2012, p. 16).

Desse modo, verifica-se nesse período a conformação de um "complexo agroindustrial" brasileiro por meio da instituição simultânea de políticas econômicas modernizantes para campo e de estímulo à constituição de empresas agrícolas, territorialmente concentradas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Esses "sistemas agroindustriais" constituem uma face moderna da agricultura, sendo eles diversificados e ligados ao comércio internacional de insumos e produtos agroindustriais. Essa agricultura, baseada nos "sistemas agroindustriais", que configura a agricultura brasileira internacionalizada e de orientação externa.

> O modelo [da agricultura industrial] é significativo porque exigia continuamente insumos externos ofertados através do mercado, quer fossem insumos tecnológicos, como o petróleo, fertilizantes inorgânicos, sementes híbridas, maquinaria, pesticidas, etc., ou produtos agrícolas específicos como rações de milho e soja para alimentar o novo subsetor intensivo de carne, por exemplo. Em uma escala nacional, o modelo era um veículo para uma integração da indústria e da agricultura [...]. Em escala transnacional, as grandes empresas do agronegócio coordenaram as trocas desses insumos através das fronteiras nacionais. [...] O complexo agroindustrial foi, assim, simultaneamente organizado nacionalmente e abastecido internacionalmente (MCMICHAEL, 1997, p. 636)[2].

[2] "The model [of industrial agriculture] is significant because it required continual external inputs provided through the market, whether technological inputs such as oil, inorganic fertilizers, hybrid seeds, machinery, pesticides, etc., or speciality agricultural outputs such as corn and soy feeds for the new intensive meat sub-sector, for example. On a national scale, the model was a vehicle for a integration of industry and agriculture

Tal processo de internacionalização da agricultura remonta à crise agrícola das décadas de 1970 e 1980, em que um contorno político de liberalização internacional das produções agrícolas nacionais foi beneficiado pelo ideal da "Revolução Verde"[3]. Nesse período, visando assegurar novas fatias do mercado internacional de *commodities* em um momento de escassez, tanto no Brasil quanto em diversos outros países agroexportadores (como México e Índia), verificou-se um acelerado processo concomitante de ampliação das áreas destinadas às monoculturas de exportação e de desmantelamento da agricultura camponesa.

> A dependência alimentar do Terceiro Mundo tem crescido apesar, e talvez por causa, da revolução verde. A revolução verde representava uma forma de agricultura de substituição de importações, que corresponde ao nacionalismo do movimento de descolonização. No entanto, também introduziu a dinâmica agroindustrial na produção de alimentos no Terceiro Mundo (MCMICHAEL, 1997, p. 639)[4].

No Brasil,

> perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados rurais mediante a desoneração dos riscos industriais do processo produtivo privado (risco de produção e preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da "Revolução Verde", então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de créditos na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro de crédito à produção (DELGADO, 2012, p.13).

[...]. On the transnational scale, large agribusiness firms coordinated exchanges of these inputs across national boundaries [...]. The agro-industrial complex thus was simultaneously nationally organized and internationally sourced" (MCMICHAEL, 2008, p. 636, tradução nossa).

[3] O modelo da Revolução Verde fundamenta-se na modernização da agricultura através do uso em larga escala de sementes geneticamente modificadas, insumos industriais e na mecanização da lavoura, visando à redução das despesas ligadas ao manejo e, com isso, aumentar a produtividade de modo a sanar o *déficit* entre produção e consumo.

[4] "[...] these transformations in the patterns of rural employment were accompanied by changes in the productive forces, a result of the adoption by employers of low-cost subsidized technical, mechanized and chemical. [...] In other words, capitalist production in Brazilian agriculture became increasingly fragmented into tasks that still required manual labour, and those in which it was no longer employed. The effects on agricultural labour of this transformed combination of production forces and social relations of production were profound: the increasing presence of technical/mechanized inputs meant that agrarian capitalists had to exercise greater managerial control over labour-intensive tasks. Rural workers and their families lost not only their limited and conditional access to land, therefore, but also their equally limited capacity to control the rhythm and pace of agricultural tasks. Moreover, as casual labour they faced long periods of seasonal unemployment coupled with migration to distant areas in search of work" (MARTINS, 2003, p. 314-315, tradução nossa).

Assim, a política de incentivos fiscais (desonerações de Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural, principalmente) tornou-se instrumento da política econômica que viabilizou esse processo. Graças ao acesso facilitado aos mecanismos de crédito rural pelo Estado via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), parcelas consideráveis de recursos públicos foram direcionadas para o segmento da agricultura-indústria, conformando um sistema híbrido de política agrícola que vinculava crédito e desoneração dos riscos produtivos.

Logo, além das rendas advindas do monopólio sobre a propriedade, da localização e fertilidade, a terra passou a ser alvo de um intenso processo especulativo, comportando-se como um ativo financeiro ao permitir que o capital imobilizado na agricultura volte à circulação no circuito financeiro, semelhante aos títulos em carteira nas diversas instituições financeiras do país. A partir da década de 1970, o crédito rural, que contou com taxas negativas de juros ou com créditos subsidiados, se direcionou aos grandes produtores do centro-sul do país, sobretudo àqueles que privilegiavam as culturas de produtos exportáveis, tais como soja, açúcar, café, laranja e, mais recentemente, o eucalipto e o etanol. O que ocorre é

> [...] uma seleção na clientela que demanda crédito, com a emergência de clientes preferenciais representados por empresários rurais ligados a atividades econômicas integradas com a indústria, comércio exterior, serviços, etc. Esses, constituindo-se num grupo restrito de operadores, contando com massas de lucros apreciáveis a negociar com os bancos, podem eventualmente gozar dos benefícios financeiros da reciprocidade, obtendo taxas diferenciadas de juros, prazos e condições outras que não são acessíveis ao pequeno tomador (DELGADO, 2012, p. 30).

Essa fonte de recursos fomentou a consolidação da "indústria para a agricultura", produtora de insumos químico-farmacêuticos, de sementes, de máquinas e de equipamentos, destinados à produção agropecuária (SIMONETTI, 2009). Inserida nesse contexto, a agricultura brasileira se desenvolveu de acordo com as políticas econômicas internacionais baseadas na crescente desregulamentação e liberalização das economias nacionais, cujo comércio se conforma a partir de um modelo de integração econômica neoliberal, fundamentado nas trocas comerciais e nos fluxos de investimentos.

No entanto, tal processo modernizante não refletiu a totalidade da produção agrícola brasileira. Expandindo-se para o centro-oeste somente na década de 1980, esse processo concentrou-se inicialmente na região sul e sudeste. As demais áreas produtoras participaram desse processo cumprindo papéis complementares à modernização brasileira, ora como ofertantes de mão-de-obra migrante empregada no processo de urbanização do país (nordeste), ora como novas frentes de apropriação capitalista das terras e de exploração das florestas nativas (região amazônica e cerrado) (DELGADO, 2012).

Na virada do milênio se intensificou o papel das monoculturas, acentuando a dependência do agricultor ao complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado, e, com isso, aumentou a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e de suas famílias como a do país como um todo, visto que a agricultura camponesa é responsável mundialmente pela maior parte da produção de alimentos (PUBLIC CITIZEN, 2003). Um dos efeitos da modernização da agricultura iniciado nos anos 1970 foi acelerar o processo de expropriação dos trabalhadores. Nas grandes agroindústrias, a presença dos trabalhadores permanentes diminuiu e ampliou-se a presença dos temporários, utilizados apenas em determinados momentos do processo de produção.

> [...] Essas transformações nos padrões de emprego rural foram acompanhadas por mudanças nas forças produtivas, resultado da adoção por parte dos empregadores de insumos técnicos, mecanizados e químicos subsidiados de baixo custo. [...] Em outras palavras, a produção capitalista na agricultura brasileira tornou-se cada vez mais fragmentada em tarefas que ainda requerem trabalho manual, e aquelas em que ele não é mais utilizado. Os efeitos sobre o trabalho agrícola desta combinação transformada das forças produtivas e das relações sociais de produção foram profundos: a crescente presença de insumos técnicos/ mecanizados significava que capitalistas agrários tiveram que exercer maior controle gerencial sobre tarefas de trabalho intensivo. Trabalhadores rurais e suas famílias perderam não apenas seu acesso limitado e condicional à terra, portanto, mas também a sua capacidade igualmente limitada para controlar o ritmo e o andamento das tarefas agrícolas. Além disso, como trabalho ocasional eles enfrentaram longos períodos de desemprego sazonal juntamente com a migração para áreas distantes em busca de trabalho (MARTINS, 2003, p, 314-315)[5].

[5] "[The] capacity on the part of Brazilian industry to employ workers expelled from the land lasted only until the coup d'état of the mid-1960s, when the dynamic of accumulation shifted decisively away from labour-intensive process to a capital-intensive one. A crucial result of the technical modernization of Brazilian industry at that conjuncture was a decline in the number of jobs available to rural migrants. […] Over the last three decades, therefore, rural migrants have become slum dwellers (*favelados*) living at the margins of subsistence in the shantytowns" (MARTINS, 2003, p. 312, grifo do autor, tradução nossa).

A consequência desse processo foi a migração de parte dessa população também para os centros urbanos. No entanto, parte expressiva dessa população migrante não mais possuía o perfil almejado de trabalhadores procurados pela indústria, cujo pré-requisito educacional demandava maior escolaridade e qualificação técnica daqueles que preenchiam as vagas na indústria moderna. Verifica-se, nesse momento, um movimento de migração rural para um espaço que não mais o comporta, movimento esse que soma tal contingente populacional ao processo de favelização que já ocorria nos centros urbanos.

> [A] capacidade por parte da indústria brasileira de contratação de trabalhadores expulsos da terra durou apenas até o golpe de Estado de meados dos anos 1960, quando a dinâmica de acumulação mudou decisivamente do processo de trabalho-intensivo para um processo de capital-intensivo. Um resultado crucial da modernização técnica da indústria brasileira na conjuntura foi um declínio no número de postos de trabalho disponíveis para os migrantes rurais. [...] Ao longo das últimas três décadas, portanto, os migrantes rurais se tornaram moradores de favelas (*favelados*) vivendo nas margens de subsistência nas favelas. (MARTINS, 2003, p. 312, grifo do autor)[6].

A modernização também atingiu o campesinato, cujas famílias se deslocaram para áreas de fronteira, para se reproduzirem como camponeses, ou para os centros urbanos como os demais trabalhadores rurais. Especificamente nas áreas de fronteira, tal parcela da população se fixou em terras sem que possuíssem o título de sua propriedade, ou seja, se estabeleceram como posseiros nessas regiões. No entanto, em virtude do processo de expansão das grandes propriedades, muitas dessas terras se tornaram alvo de disputas.

> Pelo fato de os posseiros não possuírem o título da terra que eles ocuparam e cultivaram, suas pequenas propriedades foram frequentemente objeto de disputas de propriedade particularmente com os grandes proprietários de terras ou empresas do agronegócio que procuram ex-

[6] "Because squatters lacked title to the land they occupied and cultivated in this manner, their smallholdings were frequently the subject of ownership disputes, particularly with large landlords or agribusiness enterprises seeking to expand their properties by appropriating all peasant family farms in the vicinity" (MARTINS, 2003, p. 311-312, tradução nossa).

> pandir as suas propriedades através da apropriação de todas as terras de famílias camponesas nas imediações (MARTINS, 2003, p. 311-312)[7].

A modernização da agricultura, em que pese ter havido inovação no processo produtivo, não se refletiu no âmbito das relações trabalhistas. Ao contrário, esse modelo agrário-agrícola se caracterizou pelo caráter excludente e concentrador de terras e riquezas (SIMONETTI, 2009). Essa expansão imposta pelo grande capital é expressa na apropriação de novas terras ao processo produtivo baseado na grande propriedade e na monocultura de exportação, que, por seu caráter especulativo, ocorre muitas vezes de modo violento, como no caso de apropriação de terras até então em propriedade de posseiros. Esse processo é marcado pela expulsão desses posseiros sem terra, por grileiros de terras e seus capangas, gerando um número crescente de famílias, expropriadas, migrantes rurais se deslocando ou para as favelas das cidades, ou para novas ocupações na fronteira para as favelas nas cidades, aldeias e economias de pequenos produtores destruídas. Nesse cenário, enorme contingente de camponeses foram expropriados, expulsos das terras e ou assassinados e suas terras tomadas por pastagens ou por vastas plantações de soja que produzem para exportação.

Segundo Medeiros (2014),

> [...] a dinâmica da expansão da agropecuária brasileira, cerne do agronegócio, se faz num movimento complexo que tem, de um lado, as terras em produção com altos índices de produtividade. De outro, terras que estão sendo adquiridas visando à valorização futura, quer de produtores em crise que vendem sua propriedade para comprar terras mais baratas adiante, quer terras de pecuária, já desflorestadas, "limpas" e prontas para a reconversão produtiva ou mesmo terras ainda cobertas por matas. Esse movimento tem como um elemento de sua dinâmica a busca de novas áreas para serem incorporadas, mas que não necessariamente são colocadas de imediato em produção. Daí deriva a pressão sobre áreas de florestas, a luta por um afrouxamento nas regras de desmatamento, como mostraram os debates em torno do Código Florestal e a disputa que se trava hoje no Congresso em torno do poder de delimitação de terras indígenas (MEDEIROS, 2014).

[7] Usamos a expressão contra-reforma agrária de acordo com Oliveira (2013) que a utiliza em *Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula.* In: Dinámica de los Espacios Rurales y Sustentabilidad: Articulaciones del espacio rural. 2013.

Diante desse quadro, observa-se que o agronegócio se insere em um processo mais amplo de submissão de sua agricultura à lógica internacional do capital, cujas contradições se expressam com a emergência de uma agenda de conflitos atrelada à incorporação de terras à produção agrícola orientada ao mercado externo, que resulta na violência explícita aos posseiros, camponeses e indígenas.

Além disso, a política agrícola da Revolução Verde levou à centralização do poder, sujeitando os agricultores ao discurso do desenvolvimento, impondo-se um pacote tecnológico que degrada os sistemas ecológicos, submete os agricultores a uma condição dependente, aniquila o patrimônio genético, desestrutura padrões culturalmente específicos de relações sociais, substituindo-os por esquemas de poder estatal centralizado e pela uniformidade e instabilidade das relações do mercado global capitalista. Ademais, o processo de patenteamento de sementes por grandes empresas usurpa populações camponesas de um patrimônio genético socialmente construído ao longo de séculos, privatizando a vida e submetendo-a ao jogo voraz do lucro capitalista. Esse processo de mercantilização do processo produtivo amplia e acirra os conflitos no campo.

Conflitos no Campo Brasileiro (1985-2014)

Entre 1985 a 2014, a CPT registrou em diferentes regiões do Brasil 29.476 conflitos no campo (por terra, água, e questões trabalhistas) como pode ser verificado no gráfico 1. Olhando os conflitos ao longo das três últimas décadas, notamos a sua triste permanência, embora entremeada por variações ao longo dos anos. Há uma redução nos anos que se seguem à Constituição de 1988 e durante o governo do Fernando Collor de Mello que criminalizou os movimentos sociais. Inicia-se um progressivo aumento a partir dos anos 1990, seguido de nova redução ao final da década, para outro período de intensificação no inicio do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante o período do segundo governo do Fernando Henrique Cardoso, medidas de intimidação levaram ao refluxo dos movimentos e ações no campo. Em 2005, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, verifica-se o maior índice de conflitos dos últimos 30 anos, com 1.881 conflitos no campo.

Os dados do Gráfico 1 revelam que, entre 2003 a 2014, se mantém o caráter conflituoso no campo brasileiro, que, embora administrado pelos governos do PT, mantém o mesmo padrão relativo à desigualdade na distribuição da terra e no incentivo ao agronegócio em detrimento dos trabalhadores, camponeses e indígenas. Nos três últimos governos do PT ocorreram 17.386, ou 58,98% dos 29.476 conflitos no campo dos últimos 30 anos.

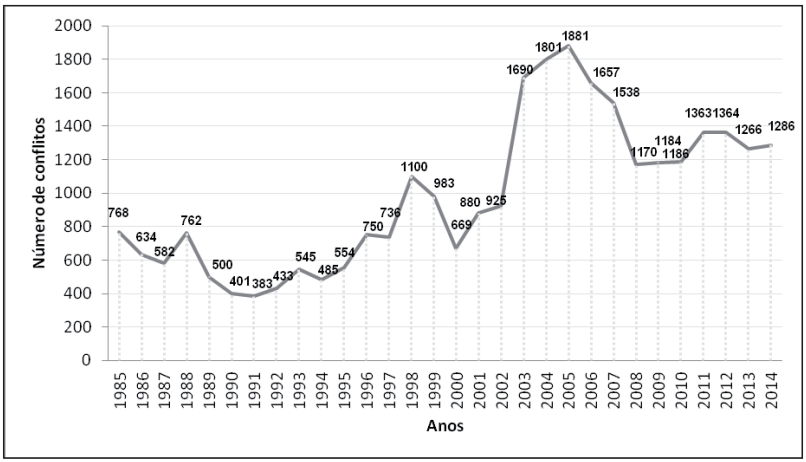


Gráfico 1. Número de conflitos por ano (1985-2014)
Fonte CPT: 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Segundo dados da CPT, a região Nordeste foi a que mais registrou conflitos entre as regiões geográficas. De 1985 a 2014, ela foi palco de 10.488 conflitos, o que representou aproximadamente 36% do total absoluto. A região Norte, alcançou a marca de 7.770 conflitos ou cerca de 27% do total. O Centro-Oeste e o Sudeste representaram, respectivamente, em torno de 13% e 15% dos conflitos no Brasil. A menor incidência foi registrada na região Sul, com 2.505 conflitos ou 9% aproximadamente do total. O fato de o Nordeste ter sobressaído entre as demais regiões pode estar associado à intensidade dos conflitos por água em tempos de seca no local (CPT, 2014).

No contexto dos conflitos no país, é importante considerar o papel dos diferentes movimentos sociais e sindicais e, principalmente as ações

no tempo e lugar dos acontecimentos. Nessas três décadas, verificamos de um lado a expansão do latifúndio e do agronegócio e com ele a concentração fundiária; o uso de tecnologia com insumos nocivos ao meio ambiente; a devastação da floresta; e a violência contra os trabalhadores, grupos e etnias; de outro a resistência dos sujeitos na luta através das ocupações de terras, principal instrumento para a conquista de terras, e a organização dos movimentos sociais tais como o Movimento dos Atingidos pela Construção de Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o movimento pela demarcação das terras quilombolas, o movimento de oposições sindicais rurais (autodenominado "sindicalismo combativo") entre tantos outros movimentos, além de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

No que se refere aos assassinatos, no gráfico 2 verificamos que esses são uma constante entre 1985 a 2014, embora tenham se reduzido sensivelmente ao longo das três décadas. Em 1985, foram identificados 139 casos, número que vai progressivamente caindo, sendo que o ano com menor número de ocorrências (2000) acusa 21 mortes. O período entre 2003 a 2014 soma um total de 440 sujeitos assassinados devido aos conflitos no campo brasileiro.

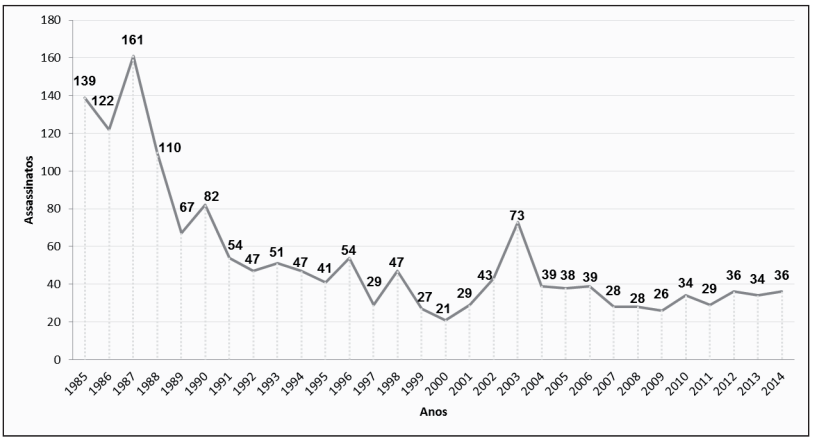


Gráfico 2. Número de assassinatos por ano (1985-2014)
Fonte: CPT 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Entre 2003 a 2014, de acordo com os dados da tabela 1, a CPT registrou em diferentes regiões do Brasil 17.272 conflitos no campo por terra, água, e questões trabalhistas. Nos últimos 12 anos, depois do pico de 2005 que apresentou 777 ocorrências de conflitos de terra, verifica-se uma estabilização do número de conflitos por terra e da violência: os casos variaram entre um máximo de 816 ocorrências de conflitos de terra em 2012 e um mínimo de 459 em 2008, voltando a subir de 2010 em diante, alcançando o patamar inicial da década considerada em 2014. Nota-se uma redução do número de pessoas envolvidas em conflitos fundiários, se considerarmos a diferença entre 2003 e 2014.

No entanto, há que se registrar um substancial aumento em 2014 em relação aos anos imediatamente anteriores. O número de assassinatos manteve-se relativamente estável, conforme os dados referentes aos conflitos de terra: de 71 em 2003, atinge seu ponto mais baixo em 2007 e 2009, pontos de inflexão para um novo aumento progressivo que redundará em 36 casos em 2014. A grande novidade é a progressiva redução de ocupações e acampamentos. Essas ações que se tornaram a marca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais movimentos sociais dos sem terra nos anos 80 e 90, tiveram uma diminuição de acampamentos que passaram de 90, em 2005, para apenas 20, em 2014.

A progressiva redução das ocupações indica que o MST diminuiu o uso dessa estratégia em sua luta pela terra. Provavelmente a redução das desapropriações pode estar vinculada às políticas de garantia de renda, como a consolidação do Programa Bolsa Família e a progressiva valorização do salário mínimo. Outra possibilidade se deve ao fato de que as organizações dos trabalhadores foram perdendo sua capacidade de mobilizar para as formas de luta que foram eficazes ao longo das duas décadas anteriores.

Tabela 1. Conflitos no campo brasileiro 2003-2014.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Conflitos de Terra												
Ooorrências de Conflito	659	752	777	761	615	459	528	638	805	816	763	793
Ocupações/Re ornadas	391	496	437	384	364	252	290	180	200	238	230	205
Acampamentos	285	150	90	67	48	40	36	35	30	13	14	20
Total Conf. Terra	**1.335**	**1.398**	**304**	**1.212**	**1.027**	**751**	**854**	**853**	**1.035**	**1.067**	**1.007**	**1.018**
Assassinatos	71	37	38	35	25	27	25	30	29	34	29	36
Pessoas Envolvidas	1.227.205	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240
Hectares	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568 755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241
Conflitos Trabalhistas												
Trabalho Escravo	238	236	276	262	265	280	240	204	230	168	141	131
Assassinatos		2		3	1	1		1			1	
Pessoas Envolvidas	8.385	6.075	7.707	6 .930	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493
Superexploração	97	107	178	136	151	93	45	38	30	14	13	10
Assassinatos	2			1				1			2	
Pessoas Envolvidas	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294
Tota Conf. Trabalhistas	**335**	**343**	**454**	**398**	**416**	**373**	**285**	**242**	**260**	**182**	**154**	**141**
Conflitos pela Água												
Nº de Conflitos	20	60	**71**	**45**	**87**	**46**	**45**	**87**	**68**	**79**	**93**	**127**
Assassinatos					2		1	2		2	2	
Pessoas Envolvidas	48.005	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075
Outros *												
Nº de Conflitos			52	2	8			4		**36**	**12**	
Assassinatos												
Pessoas Envolvidas			43.525	250	3.660			4.450		26.005	1.350	
Total												
Nº de Conflitos	**1.690**	**1.801**	**1.881**	**1.657**	**1.538**	**1.170**	**1.184**	**1.186**	**1.363**	**1.364**	**1.266**	**1.286**
Assassinatos	73	39	38	39	28	28	26	34	29	36	34	36
Pessoas Envolvidas	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102
Hectares	3.813.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241

Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.

Fonte: CPT 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Os conflitos no campo brasileiro por terra, água e por questões trabalhistas atingiram famílias e comunidades que tiveram suas terras, casas e benfeitorias alagadas pelas barragens das hidrelétricas ou que são impedidas de ter o livre acesso às fontes, ou que tem sua água contaminada pelos agrotóxicos das grandes monoculturas ou pelos resíduos da mineração. A CPT passou a registrar os conflitos por água desde 1999, a partir dessa data esses conflitos foram aumentando ao longo dos anos.

Os Conflitos pela Água, como a CPT os entende, são ações de resistência, em geral coletivas, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores etc. Esses dados não ilustram apenas o presente, mas, sobretudo, o futuro que desenhamos para as gerações que irão nos suceder. Em 2014, se registrou o maior número de conflitos pela água, desde o ano de 2003. Foram 127 conflitos (CPT, 2010).

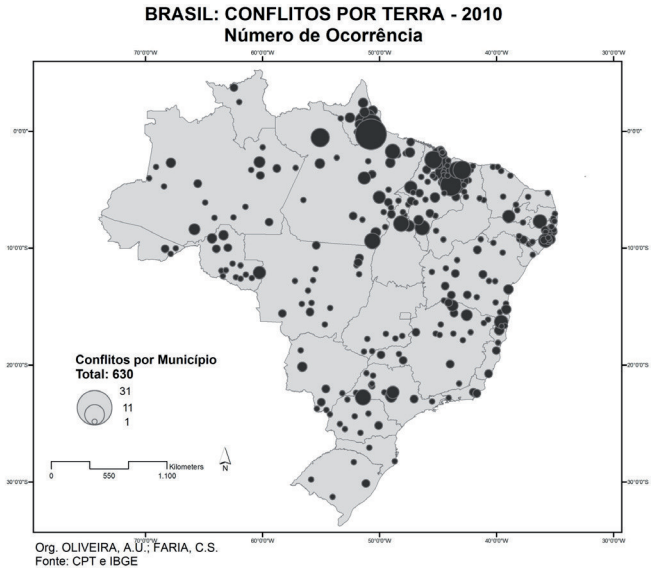
Ao lado dos conflitos pela água avolumam-se os conflitos envolvendo a mineração. São povoados, assentamentos, comunidades, povos tradicionais e povos originários que tiveram seus lugares alcançados pelos interesses do capital nesse setor (CPT, 2010). Os conflitos são desencadeados pelo aparato privado ou pelas instituições do Estado e praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras. São assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, ferimentos e prisões. Violência essa entendida através de qualquer forma de constrangimento e destruição física ou moral, exercidos sobre o campesinato e seus aliados.

As políticas dos três governos do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2014) para o meio rural deram continuidade ao padrão de ocupação do campo que tem privilegiado o complexo agroindustrial. A abertura do mercado chinês, em meados dos anos 90, explica parte do avanço sobre as terras, florestas, e áreas de indígenas e quilombolas, para criação da pecuária e para as monoculturas de soja, cana-de-açúcar, álcool (etanol), para os complexos milho/frango/porco, ferro-gusa/carvão vegetal e celulose, com seus latifúndios monocultores para exportação. Tudo isso associado, muitas vezes, ao tripé financiamento público/desmatamento/trabalho escravo.

O avanço do cultivo da cana-de-açúcar em Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e sua ampliação em São Paulo, sobretudo na ocupação das áreas de pastagens e florestas, resultou em enormes áreas com problemas ambientais. Isso devido à pressão da plantação de cana-de-açú-

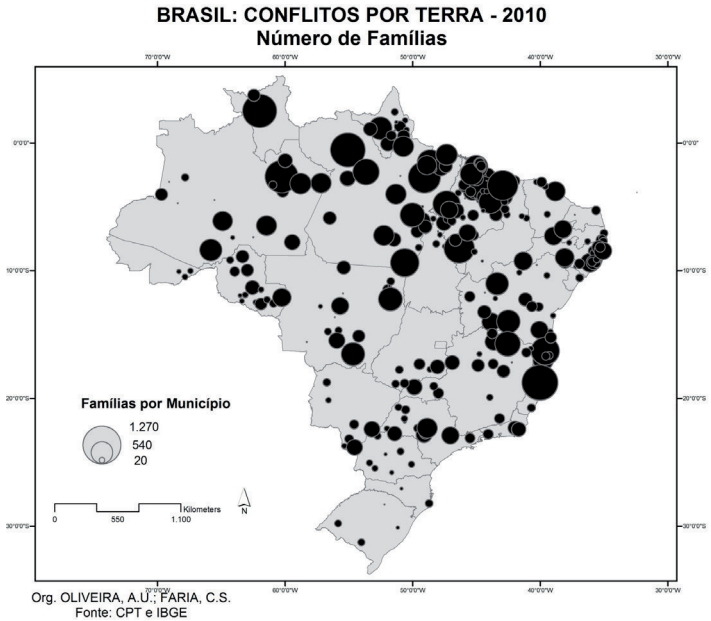
car em áreas anteriormente destinadas as pastagens de gado, que por sua vez deslocou a produção da soja para áreas de cerrado e floresta, seja no Maranhão, Mato Grosso, Pará, no Piauí, no Tocantins, oeste baiano e as pastagens para a floresta amazônica.

Esse deslocamento das áreas de pastagens, devido à pressão da produção de cana-de-açúcar e soja, nas áreas anteriormente ocupadas por ela pode ser verificado no mapa 1. Nele aparecem os municípios com Conflitos por Terra no ano de 2010 e é possível verificar a presença das ocorrências de conflitos pela terra em todos os estados da federação. Porém, a maior concentração dos conflitos aparece no norte do país, sobretudo nos estados de Roraima e Pará. No Nordeste, com maior incidência nos estados do Maranhão, Ceará e Bahia. Há uma forte incidência dos conflitos no Sudeste com destaque para o norte de Minas Gerais e na região sudoeste do estado de São Paulo. No Sul, a maior incidência de conflitos ocorreu nos municípios do Paraná. No centro-oeste, se destacam os municípios de Rondônia e Mato Grosso. Nessas áreas se expandiu as fazendas produtoras de soja ou a produção de gado levando o conflito para as populações camponesas e ou indígenas locais. No total, 630 municípios apresentaram algum conflito por terra no país (CPT, 2010).



Mapa 1. Número de ocorrência de conflitos por terra no Brasil no ano de 2010

No mapa 2 é possível verificar a localização das famílias nos municípios que registraram Conflitos por Terra em 2010. Onde existe a maior concentração de famílias envolvidas com algum tipo de conflitos por terra confirma o mapa anterior com a localização dos municípios com conflitos. A maior concentração territorial pela ordem se localiza nos estados do Maranhão, Pará, Bahia e Amazonas. Quanto à distribuição regional dos conflitos, o mapa 2 e os dados compilados pela CPT informam que, a região Nordeste contou com o maior número de famílias envolvidas com conflitos pela terra, ou 44% (21.923) . A região Norte ficou com 36% (18.026), o Sudeste com 11,3% (5.638), o Centro-Oeste com 7,2% (3.597) e o Sul com 1,5% (766). Nesse caso, também quando se adota o critério da região da Amazônia Legal verifica-se que 66,8%, ou seja, 33.357 famílias em luta concentravam-se nessa região. Também nesse caso a somatória dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins concentraram m 45,5%, ou seja, 22.753 famílias. No total, em 2010, 559.401 pessoas estiveram envolvidas em 1.186 conflitos seja trabalhista, por terra, pela água (CPT, 2010).



Mapa 2. Número de famílias envolvidas em conflitos por terra no Brasil no ano de 2010 e sua distribuição geográfica.

A distribuição territorial dos sujeitos sociais em luta pela terra está representada no mapa 3, considerando também a representação do número de famílias envolvidas em conflitos de terra. Essa distribuição territorial no ano de 2010 mostra a segmentação dos sujeitos sociais envolvidos em conflitos, segundo os diferentes estados brasileiros. Os conflitos envolvendo a luta pela terra dos posseiros estão localizados nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão e Bahia, mas, estão também, presentes nos conflitos em Minas Gerais, Rondônia, Pernambuco e Paraíba. Entre os 638 conflitos de terra existentes em 2010, um total de 235 (36,8%) deles envolveram camponeses posseiros em suas diferentes denominações regionais: posseiros, ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, seringueiros, castanheiros, vazanteiros, geraizeiros e pescadores.

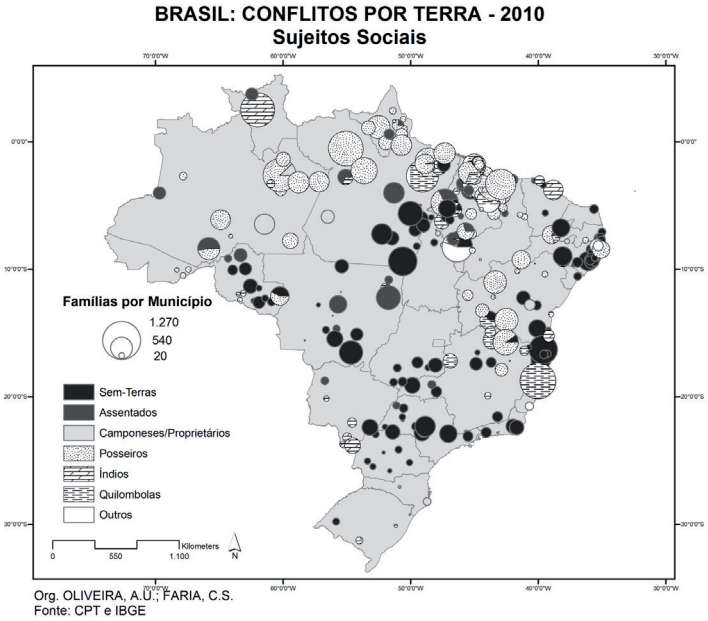
Em segundo lugar, apareceram os conflitos envolvendo os Sem-Terra com 185 conflitos (29%), e, a seguir, vieram os assentados com 65 casos (10,2%). Os camponeses Sem-Terra aparecem nos conflitos nos estados de Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Goiás, Tocantins e Rondônia. Aparecem também, parcialmente, nos conflitos dos estados do Pará e Minas Gerais.

Em terceiro lugar aparecem os quilombolas com 79 conflitos (12,4%) e os indígenas com 33 (5,2%). Esses representam a luta pelo território. Ou seja, duas dimensões diferentes têm os conflitos no campo em 2010: a luta pela terra dos camponeses e a luta pelo território dos quilombolas e indígenas.

Os povos indígenas se destacaram nos conflitos pelo território nos estados de Roraima, Mato Grosso do Sul e Ceará. Os quilombolas já apareceram mais nos conflitos nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Maranhão. Portanto, foi essa diversidade social e territorial que marcou os conflitos de terra no ano de 2010 e segue com destaque até 2014 (CPT, 2010).

Os dados da CPT destacam o crescimento da luta dos posseiros, particularmente na Amazônia Legal, e a queda na participação dos Sem-Terra. Assim, a luta pela terra e pelo território no Brasil, no último ano do segundo governo Lula revela o caráter contraditório da disputa pelas terras públicas na Amazônia brasileira, e da violência que vem junto

com ela. Esse desenho do mapa dos conflitos no campo da continuidade aos conflitos desde 1985 e avança no governo Dilma (2011 a 2014). Aos camponeses, quilombolas e indígenas não restará alternativa a não ser a luta pela terra.



Mapa 3. Sujeitos sociais envolvidos em conflitos de terra no Brasil no ano de 2010.

A análise dos conflitos no campo entre 2003 a 2014, nos governos liderados pelo Partidos dos Trabalhadores mostra, em primeiro lugar, que os conflitos permanecem e se atualizam no campo brasileiro. O ano de 2010 marcou o final dos governos dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva. Mandatos com características diferentes no que se refere à luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso a terra no país.

O primeiro mandato foi repleto de esperança na realização da reforma agrária. Esperança que foi desaparecendo com o não cumprimento das metas de assentamento de novas famílias e pela divulgação enganosa dos números das Relações de Beneficiários (RBs) emitidas, que somavam assentamentos novos com regularização fundiária; reconhecimento de assentamentos antigos; reassentamentos de atingidos por barragens etc. Era

a não reforma agrária e a política de reforma agrária do governo do PT no primeiro mandato foi marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela pudesse "ajudar" o agronegócio (Oliveira, 2010).

No segundo mandato, o governo de Luiz Inácio deu início à contra-reforma agrária[08] associada ao incentivo e à expansão do agronegócio no Brasil. O II Plano Nacional de Reforma Agrária terminou em 2006, e o governo do PT implantou apenas 149.490 assentamentos novos, ficando a diferença (231.929) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. Ou seja, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cumpriu apenas 37% da Meta 1 dos assentamentos novos deixando de assentar 250.510 famílias. Até 2009 o governo do PT assentou de fato aproximadamente 197 mil famílias, embora o INCRA declarasse que assentou 573 mil famílias.

O segundo mandato transcorreu sem que fosse elaborado o III Plano Nacional de Reforma Agrária como manda a legislação em vigor, e, em contraposição, implantou a política de contra-reforma agrária para a expansão do agronegócio. Os 67.823.810 hectares do INCRA sem destinação na Amazônia Legal, terras públicas que estão registradas em cartórios de registro de imóveis em nome do órgão e ocupadas ilegalmente pelo agronegócio, transformaram-se em objeto da ação política de segmentos dos funcionários do INCRA, que mudaram os rumos da política agrária no segundo mandato. (OLIVEIRA, 2010)

Para Oliveira (2010) as Medidas Provisórias 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e depois a 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009) que englobou os princípios da anterior, ampliaram as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal. Como consequência, ao invés do INCRA fazer o terceiro plano de reforma agrária, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Programa Terra Legal para regularizar as terras públicas do INCRA, griladas pelo agronegócio. Assim, a contra-reforma agrária foi a marca principal do segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, a política de "legalização" da grilagem das terras públicas e/ou devolutas na Amazônia Legal.

Em decorrência dessa política, os conflitos por terra aumentaram, particularmente na Amazônia Legal, e com eles os posseiros foram, em 2010, os principais protagonistas da luta pela terra no país. Basta verificar o aumento das áreas de conflito no Norte, nos estados do Pará e Maranhão, nos mapas 1, 2 e 3. Os dados da CPT situam o estado do Pará como um dos mais violentos do Brasil. Os dados da CPT indicam que é neste estado que em 2010 ocorreu a maioria das pessoas agredidas em conflito de terra, dos ameaçados de prisão, dos torturados, das prisões em decorrência dos conflitos de terra, das ameaças de morte e também das tentativas de assassinatos no campo. Alem disso, nesse estado ocorreram 40% dos assassinatos no campo em 2010.

Trata-se de uma região onde grileiros atuam contra posseiros sem terra, indígenas e demais camponeses para se apropriar de suas terras. Onde, em nível municipal, quem ocupa o poder de Estado são exatamente aqueles que agem contra da lei, ou seja, grileiros, madeireiros e pecuaristas, que formam a elite agrária local e disseminam a violência na Amazônia em geral, e no Pará em particular.

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010), que vem mostrando incansavelmente como o processo de violência está vinculado a estratégia de apropriação das terras na região da Amazônia, isso se deve à elevada quantidade das terras devolutas na região. Para Oliveira (2010), no Brasil, a área total é de 851.487.659,9 hectares, deste total, em 2003, por ocasião da elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, 436.596.394 hectares eram dos imóveis cadastrados no INCRA. As áreas indígenas ocupavam 128.465.775 hectares e as unidades de conservação ambiental 102.059.583 hectares. O INCRA tinha arrecadado um total de 105.803.350 hectares de terras para seus programas e as demais instituições públicas retinham outros 4.197.888 hectares de terras. Feita a totalização verificou-se que o país tinha ainda um total de 172.946.484 hectares de terras devolutas distribuídas por todas as unidades da federação. Este número foi possível de encontrar, pois entre as terras cadastradas no INCRA, uma parte são médias e grandes posses que foram separadas das pequenas posses e das áreas efetivamente titulada. A região da Amazônia ficou, em termos totais, com 508.866.844 hectares, enquanto que a área cadastrada do INCRA representa apenas 180.745.229 hectares. As áre-

as indígenas por sua vez, ficam com 128.109.356 hectares e as unidades de conservação com 80.091.105 hectares. As terras públicas retidas pelas instituições alcançaram 3.541.237 hectares e as arrecadadas pelo INCRA à totalidade anterior, ou seja, 105.803.350 hectares. As terras devolutas somavam 96.043.781 hectares. Assim, a região amazônica detém a maior quantidade de terras públicas e devolutas do país o que explica o seu nível de conflitualidade em torno da disputa pela terra. (OLIVEIRA, 2013).

Os dados da CPT (2013 a 2014) indicam que houve queda nas ocupações de terra, (391 em 2003 e 205 em 2014) e a queda do número de novos acampamentos, (285 em 2003 e 20 em 2014). Isso se deve devido a mudança na ação política, particularmente do MST, que desde seu quinto Congresso, em 2005, vem sistematicamente adotando novas formas de ação que demandam a luta contra o capital, vista como mais importante que a luta pela terra. Como consequência, a redução nas ocupações de terra que depois do seu ápice em 2004, com mais de 76 mil famílias, ficaram em 2006, em 46 mil famílias mobilizadas, em 2007 foram 37 mil, em 2008 pouco mais de 25 mil, em 2009 um pouco mais de 27 mil famílias, e, em 2010 apenas 16,8 mil famílias. Igualmente, o número de famílias novas que foram para os novos acampamentos também despencou: em 2003, eram 59 mil, enquanto que em 2006, foram um pouco mais de 10 mil, em 2008, 2009 e 2010 foram respectivamente apenas 2.755 famílias, 3.869 famílias, e, 3.579 famílias novas acampadas (Oliveira, 2010).

As explicações foram várias, desde a aceitação da tese da não necessidade histórica da reforma agrária, inclusive no seio de parte dos movimentos socioterritoriais e sindicais, até a análise conjuntural de que "vivia-se um período de descenso das lutas de massa". Assim, essa nova posição política do MST, de parte da Via Campesina e do setor sindical rural, trouxe como consequência, a redução das ações voltadas para a luta pela terra, e, pela primeira vez, depois de quase 30 anos, da perda do protagonismo político nacional dessa luta pelos Sem-Terra.

Diante dos dados relativos à Geografia dos conflitos no campo, o desafio hoje, portanto, é repensar a questão (da reforma) agrária de forma a incorporar toda a diversidade de protagonistas na construção da justiça e da democracia no campo brasileiro, e que são ao mesmo tempo as princi-

pais vítimas da violência perpetrada pelo Estado e o capital, no âmbito dos crescentes processos de expropriação em curso na atualidade.

Enquanto o governo vê nesse modelo agrário/ agrícola fonte de divisas e lhe dá uma política que estrutura o agronegócio, oferece aos expropriados e espoliados do campo (e da cidade) um conjunto de programas compensatórios, cujo principal êxito seja a imobilização social que produz, haja vista a decrescente capacidade de convocação para a luta por parte dos movimentos sociais. Nunca se ocupou e se acampou tão pouco no país e, por outro lado, o poder privado avança, expulsando e levando o pânico às famílias.

Compreender essa nova configuração da questão agrária, resultante da expansão desenfreada do agronegócio e suas variantes (o hidronegócio, a mineração, a exploração madeireira), que acelera os processos de expropriação e espoliação no campo brasileiro, é o desafio que se coloca para os que continuam acreditando na reforma agrária como parte fundamental da construção da democracia econômica, social, ambiental e cultural no Brasil.

Em síntese, as políticas vinculadas a Reforma Agrária (PNRA) nos governos do PT, se nivelam às políticas de reforma agrária desde 1985. Estas se transformaram em medida de atenuação de conflitos sociais, se distanciando cada vez mais de qualquer projeto de construção da democracia econômica, social, ambiental e cultural no Brasil. Entre 2003 a 2014 os governos optaram por uma reforma agrária conservadora ou convencional de um lado, e de outro, o apoio ao latifúndio e aos amplos setores do empresariado rural ligados à pecuária e a produção de grãos para a exportação (agronegócio). Esse apoio ao agronegócio manteve a reforma agrária como uma questão isolada e setorial, impedindo a desconcentração fundiária e a democratização da terra (e das relações de poder) no campo brasileiro. Dessa forma, passados 12 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores, não houve avanço no sentido de mexer na estrutura de poder dos latifundiários, produtores de conflitos e desigualdade no país.

Referências

BRASIL - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. *Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995/1996.* Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.*Plano nacional de reforma agrária:* paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: MDA, 2003.

_____. *Cadastro Rural - Estatísticas Cadastrais, 1992,1998, 2006.* Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____.*II Plano Nacional de Reforma Agrária.* Brasília: MDA, 2003. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____.*Governo Federal assenta 381 mil famílias em 4 anos.* MDA. Brasília, 2007. <http://www.incra.gov.br/htmls/impressao.php?ctuid=5560>. Acesso em 23/10/2012.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política agrária e violência no campo. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, Maria Luiza (org.). In: *Direitos Humanos no Brasil 2005:* relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Global Exchange, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo – Brasil.* Goiânia: CPT Nacional. CPT 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil 2014.* Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

DELGADO, G. C. *Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio:* mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. *O MST e as Reforma Agrárias no Brasil.* Presidente Prudente: Boletim DATALUTA 2008. ISSN 2177-4463. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera>.

MARTINS, J. de S. *Representing the peasantry?* Struggles for/about land in Brazil. In: BRASS, T. Latin American Studies. Londres: Frank Cass Publisher.

MCMICHAEL, P. Rethinking globalization; the agrarian question revisited. *ReviewofInternationalPoliticalEconomy.* Londres: Routledge, 1997, p. 630-662.

MEDEIROS, L.A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária. *Carta Maior.* 06 de fev. 2010. Disponível em: <http://cartamaior.

com.br/?/Coluna/A-polemica-sobre-a-atualizacao-dos-indices-de-produtividade-da-agropecuaria/19704>. Acesso em: 14 jul. 2015.

OLIVEIRA, A. U. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. *XIII EGAL - Encontro de Geógrafos da América Latina.* Costa Rica, 2011. Disponível em: <http://www.egal2011.geo.una.ac.cr/index.php?option=com_ remository&Itemid =180&func=startdown&id=514>.

_____. Os agrocombustíveis e a produção de alimento. In: SIMONETTI, M. C. *A (in) sustentabilidade do desenvolvimento:* meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

_____. *A "não reforma agrária" do MDA/INCRA no governo Lula.* Porto Alegre: Mimeo, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina.* Buenos Aires: Clacso-Osal, 2003. p.261-277.

_____. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. *Conflito no Campo.* Brasil 2013.CPT Nacional, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/canoadocs/docs/conflitos__no_campo_____brasil_2013>. Acesso em: 20 jul. 2015.

PORTO GONÇALVES, C. W. ; ALENTEJANO, P. R. R. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. *Conflitos no campo no Brasil.* Comissão Pastoral da Terra. Goiânia/GO. 2010.

_____.Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In: *COMISSÃO PASTORAL DA TERRA [CPT]*. Caderno conflitos no campo: Brasil –2003. Goiânia: CPT; 2004.

PUBLIC CITIZEN. *Peasants, family farmers, fisherfolk and their supporters propose People's Food Sovereignty as alternative to US/EU and G20 positions.* 2003. Disponível em: <http://www.citizen.org/documents/wtofood.pdf>. Acesso em: 20 mar.2015.

RAMOS, T. T. *A geografia dos conflictos sociais da América Latina e Caribe.* Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>. Acessoem: 22 jul. 2015.

SASSEN, S. *Expulsions:* brutality and complexity in the global economy. Cambridge: Harvard College, 2014.

SIMONETTI, M.C.L. A Geografia dos conflitos Fundiários no campo brasileiro: os dados do governo Lula. *Perspectivas:* Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impresso), 36, 2009, p. 40-55.

_____. Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010. In: CORSI, F. L. (et al.). *Economia e Sociedade:* o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global. Marília: Oficina Universitária;São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

O Governo Lula e a Tentativa de Conciliação de Classes Antagônicas: o Avanço do Agronegócio *Versus* a Resistência dos Movimentos Sociais em Defesa da Soberania Alimentar no Brasil

Thaylizze Goes Nunes Pereira

Maria Angélica Paraizo

Introdução

É sabido o estreito vínculo originário do Partido dos Trabalhadores com os movimentos sociais, dada sua formação no interior do movimento operário, numa conjuntura histórica marcada por um longo período de um regime autoritário e castrador das potencialidades de luta e de atendimento das demandas democráticas sociais. Nesse período, o PT despontou como um partido de esquerda, e por ser um partido de massas fulgurava a possibilidade de agregar diversos setores sociais e viabilizar suas lutas. Assim, o Partido dos Trabalhadores era uma "novidade": um partido de base operária, com uma política de caráter classista e em um momento de crise na esquerda nacional e mundial (OLIVEIRA, 1986).

Porém, no decorrer dos anos, o Partido dos Trabalhadores passou a institucionalizar-se e, neste processo, participou da corrida eleitoral pleiteando o Executivo Nacional por quatro vezes seguidas, atingindo o tão sonhado objetivo no ano de 2002. Todavia, o ideal classista, democrático e

popular expresso outrora pelo partido, encontrava-se alhures após a vitória de Lula como presidente.

Durante os oito anos em que Lula esteve à frente da presidência – eleito em 2002 e reeleito em 2006 – houve um afastamento do PT para com os seus princípios de origem. Ao contrário do ideal apregoado no passado petista, não houve uma radicalização de reformas políticas e estruturais no país e os compromissos com o capital foram mantidos.

Contudo, a origem do mesmo enquanto um partido de caráter popular e a imagem de Lula como membro orgânico das bases resultou no atravancamento dos movimentos sociais durante os anos em que Lula estive na presidência. O Governo passou a mediar e contornar os conflitos de classes, internalizando-os no aparelho de Estado, com ministérios dados "tanto aos representantes do capital quanto (pela primeira vez) aos representantes do trabalho." (SECCO, 2011). Tal mediação pode ser observada quando o Governo designa os ministérios, entregando o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento para as mãos dos ruralistas e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a administração dos movimentos sociais. Porém, é necessário ressaltar o peso desses dois Ministérios em relação aos recursos que cada um dispõe.

> A agricultura familiar (4,2 milhões de estabelecimentos e 70% da população ativa agrícola) está administrada pelo pequeno Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a agricultura empresarial (550.000 estabelecimentos, ou seja 12% do total para 70% das terras agrícolas) pelo potente Ministério da Agricultura, da Pesca e da Alimentação (MAPA). (SABOURIN, 2007).

Entretanto, mesmo que os créditos para a agricultura familiar tenham aumentado no governo Lula, eles representam apenas de 15% a 20% daqueles destinados ao agronegócio. Em contraponto, as estatísticas oficiais nos revelam que o setor familiar e camponês assegura 40% do PIB agrícola do Brasil, e só tem acesso a 25% das terras e dos financiamentos públicos (SABOURIN, 2007).

O Partido dos Trabalhadores: dos movimentos sociais à ascensão presidencial

No final da década de 70 e início dos anos 80 surge no interior do movimento operário, mais precisamente diante do contexto histórico que ficou conhecido como as grandes greves do ABC paulista, o Partido dos Trabalhadores. Desde sua formação, por caracterizar-se como um partido de massas, o PT nunca buscou uma política homogênea, vindo a agregar diversos setores como a esquerda católica, sindicalistas, intelectuais, camponeses, pequenos proprietários e organizações operárias.

No *Manifesto do PT*, documento aprovado em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion, ocasião e local onde o partido fora de fato fundado, há elementos que dão ao partido ares democrático-popular (SECCO, 2011, p. 35-36). Em sua gênese, o PT apresentava um programa de caráter classista, incorporando demandas dos movimentos sociais, bem como dos setores populares, contrapondo-se à política neoliberal que se espraiava pela América Latina neste período.

Como exemplo, temos o vínculo direto do PT com o surgimento do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – no ano de 1984. A imensa desigualdade social e violência no campo fez com os trabalhadores rurais condensassem forças políticas e se organizassem de maneira análoga aos trabalhadores urbanos no contexto das grandes greves que deram origem ao Partido dos Trabalhadores (FERNANDES, 2000).

Nas discussões iniciais do Partido dos Trabalhadores a questão da reforma agrária no país era latente, perpassando por pontos como a necessidade de mudança na estrutura fundiária existente e a crítica à estrutura produtiva da agricultura voltada para o mercado externo em detrimento das potencialidades do mercado interno.

Em documento oficial elaborado a partir do Seminário realizado nos dias 15 e 16 de abril de 1989[1], o PT apresentava o seguinte teor de debate a respeito da situação do meio rural no Brasil:

> 5. Respaldada na mudança de relação de força, a política do PT para o campo não deve descuidar de uma ofensiva frontal na questão das relações fundiárias e reforma agrária, enfrentando tanto a concentração

[1] Que originou o livro intitulado "PT: Um Projeto Para o Brasil, 1989".

> da terra e o poder em áreas rurais, como, sobretudo*, atendendo reivindicações por terra de grande setor de sua base social no campo.* A ofensiva do PT deve ser de forma a ir quebrando a lógica dominante e ir permitindo a emergência de outra lógica de desenvolvimento, com novas formas de integração e participação econômica e política. Para *enfrentar a concentração de terra e distribuí-la várias iniciativas são possíveis, mesmo com a limitada legislação atual. Aqui, de novo, o elemento fundamental é a vontade política e a legitimidade para a promoção de mudanças.* (GRZYBOWSKY, C., 1989, p. 171-189. Grifo nosso).

No excerto acima é possível notar que além de questionar as relações e a estrutural rural brasileira, o Partido dos Trabalhadores expressa que para a realização da necessária reforma agrária, era preciso "vontade política", uma vez que o próprio legado constitucional que diz que a terra tem que cumprir sua função social. Porém, após um longo histórico de militância e defesa dos movimentos sociais, as definições programáticas e a postura política do Partido dos Trabalhadores para questões antes candentes transformaram-se de maneira crassa, beirando a infâmia. Ora, para onde foi canalizado todo o vigor e a "vontade" para a realização de alterações fundamentais nas estruturas do país em benefício popular após a vitória de Lula como presidente?

Desta forma, no ano de 2002, após sucessivas derrotas eleitorais (1989, 1994 e 1998), o PT ascende ao Executivo Federal tendo a icônica figura de Lula como presidente. Para muitos que acreditavam no potencial transformador do Partido dos Trabalhadores, a atuação deste governo se mostrou uma triste surpresa. Os princípios anteriores, originais da formação do Partido dos Trabalhadores, pautados em demandas democrático-populares, sobretudo advindas dos movimentos de massas foram solapados pela adesão e adaptação ao receituário das organizações multilaterais.

Sem dúvidas, o traço mais marcante da trajetória petista, desde sua formação até a ascensão à presidência da República, fora sua adaptação ao modelo político e econômico então em vigor no país, antes criticado com veemência pelo PT. A campanha eleitoral de 2002 esforçou-se para apresentar Lula como um candidato que não agiria com intransigência frente aos compromissos com a burguesia e com o capital financeiro. Neste contexto, fora lançada a *Carta ao Povo Brasileiro*, que ressaltava elementos

como a valorização do agronegócio, redução da taxa de juros de forma sustentada, manutenção do equilíbrio fiscal e do superávit primário.

De acordo com Ricci (2010) o lançamento deste documento é o exemplo mais enfático da mudança na postura política do partido, configurando-se como um novo paradigma econômico petista, surtindo críticas advindas dos próprios membros do PT. Contudo, Secco (2011) destaca que a *Carta Ao Povo Brasileiro* não fora a principal causa da vitória em 2002. O PT, em sua transformação política, esforçou-se para demonstrar seu respeito às instituições vigentes. Há algum tempo o Partido vinha se comprometendo com o mercado[2]; a *Carta* de Lula seria apenas o detalhe que faltava com relação ao comprometimento com o contexto econômico vigente.

Assim, Segundo Cerqueira (2007) Carta – conhecida também como *Carta aos banqueiros* – relatava que não se iria mexer na estrutura política macroeconômica que foi implantada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esta carta representou uma guinada na formulação programática do PT e dos compromissos desse governo, ainda que o objetivo da mesma tenha sido acalmar o mercado financeiro, ante à iminente vitória de Lula e às incertezas sobre as primeiras medidas que esse tomaria.

Na avaliação de Pinheiro (2003), a vitória de Lula no pleito de 2002 seria uma alternativa oposta e distinta do perfil presidencial do período democrático pós-ditatorial. A surpresa estaria no fato de uma parcela da camada empresarial ter aderido à sua candidatura e também devido ao PT ter movido esforços para conseguir esta base de apoio durante sua campanha.

Com a eleição de Lula chegar-se-ia a um final ambíguo de um processo eleitoral cujo elemento principal fora, justamente, a ambiguidade. O candidato petista, sempre identificado como oposição, assumira em sua campanha aspectos e compromissos continuístas, para "catalisar a tendência oposicionista; movimento que é confirmado pelas primeiras medidas do governo Lula." (PINHEIRO, 2003, p. 12).

[2] O autor cita como exemplo do comprometimento anterior do PT com o mercado, a ida de Aloísio Mercadante a um Encontro Estadual do PT Paulista em Serra Negra (SP) nos anos 90 para atacar a proposta de suspensão da dívida externa, sendo vitorioso em sua proposta. (Cf. 2011, p. 202)

Diante deste quadro político, Antunes (2006) rememora os tempos remotos das greves do ABC quando, num período de vácuo de representação trabalhista brasileira devido ao longo período de repressão militar, a figura de Lula surge como um representante da classe trabalhadora, consolidando-se como uma liderança popular notória diante do Partido dos Trabalhadores. Mas, no meio do caminho havia o processo de institucionalização partidária, e deste modo, o autor expressa "os inimagináveis desvios de rota de seu governo e partido":

> Em pouco mais de trinta anos, Lula migrou do mundo do trabalho industrial para subir a rampa do Planalto. Lá, no passado, ficou estancada a sua viva espontaneidade. Antes dessa crise estonteante, imaginava-se como o Messias que vinha do povo e seria capaz de "ensinar" e "converter" as elites. Não conseguiu perceber que foi tranquilamente tragado por elas. E que hoje depende do PSDB e dos bancos para permanecer onde está. (ANTUNES, 2006, p. 90).

Desta maneira, as mudanças programáticas e de postura política do Partido dos Trabalhadores garantiram a plena institucionalização do mesmo, sobretudo com a chegada de Lula ao quadro do Executivo Federal. Porém, é importante destacar como se delimitou a governança do PT diante das distintas classes sociais que configuram a sociedade brasileira. Pois, mesmo assumindo a postura de um chefe de Estado com boa conduta governamental aos olhos da política institucional, o presidente-operário mantinha sua empatia direta com as massas, o que o transformou na expressão de um presidente que falava para os pobres, vivenciava os benefícios de estar no poder e garantia as boas vindas aos grandes capitais (ANTUNES, 2006).

O governo Lula e suas contradições: seus descaminhos rumo ao fortalecimento do agronegócio em detrimento da agricultura familiar

O agronegócio, também conhecido como *agrobusiness*, pode ser definido como uma rede que abarca todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. O mesmo envolve o conjunto das atividades de produção, processamento, distribuição e comercialização dos produtos agrí-

colas. Na maioria dos casos, a produção é destinada ao mercado externo ou às agroindústrias, com objetivo do lucro (MATOS; PÊSSOA, 2011).

De acordo com Fernandes e Welch (2004), o agronegócio na verdade, foi o novo nome inventado para o modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, teve sua origem no sistema *plantation*, onde grandes propriedades foram utilizadas na produção para exportação. Desde os primórdios do capitalismo e em suas diferentes fases, esse modelo passou e vem passando por adaptações e modificações, aumentando a produtividade e intensificando a exploração da terra e do homem, desta forma, adaptando-se as crises e a cada etapa desse sistema. Porém, a alteração de seu nome – agora conhecido como agronegócio – teve e tem um papel fundamental na nossa sociedade, consistindo em tirar a visibilidade dos problemas gerados pelo latifúndio. Em suas palavras,

> Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária.
>
> A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para "modernizá-la". É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. (FERNANDES; WELCH, 2004, p. 2).

Segundo Stédile (2012) podemos dizer que o agronegócio é uma grande aliança que uni os grandes proprietários capitalistas e as empresas transnacionais, que hoje são as principais responsáveis pelo controle dos insumos, dos preços dos produtos agrícolas e ate mesmo do mercado internacional, cujo enfoque é apenas a produção de mercadorias que tenham um alto índice de produtividade e lucro para os mesmos.

Isto posto, afirmamos que o agronegócio tem como características: a produção especializada em algumas *commodities*, os monocultivos em alta escala, a utilização de transgênicos, a produção destinada à exportação, a dependência do mercado do que e quanto produzir, uso intensivo de capital (máquinas e equipamentos) e tecnologia com uma dependência de elementos externos à propriedade. Além isso, o preço dos produtos não se dá pelo custo de produção, mas sim, é definido pelos mercados de ações, ou seja, pelo capital financeiro (FERNANDES, 2008; OLIVEIRA, 2006; STÉDILE, 2012).

Assim, com a internacionalização da agricultura e dos complexos agroindustriais, ocorre cada vez mais na agricultura o processo de padronização dos sistemas produtivos, onde, mesmo a natureza nos fornecendo múltiplas fontes de matéria-prima, passamos a padronizar com a passar do tempo determinadas espécies de plantas, grãos, etc., sobressaindo um único padrão produtivo e alimentar para todo o mundo (SILVA apud AGRA; SANTOS, 2007).

Durante o governo Lula, mesmo diante da conjuntura internacional favorável ao desenvolvimento da economia nacional neste período, a postura macroeconômica assumida seguiu a lógica destacada acima, vindo a limitar o desenvolvimento do país, perdendo a extraordinária oportunidade de retirar o Brasil da trajetória de instabilidade e crise e colocá-lo numa trajetória de desenvolvimento econômico dinâmico (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 58). Pode-se afirmar, então, que não houve um avanço em termos industriais com relação à inserção da economia brasileira no comércio internacional, na qual as exportações continuam sendo de produtos de baixa e média capacidade tecnológica, bem como de produtos não industrializados (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

A exemplo do fato supracitado, temos as exportações do agronegócio que cresceram 4,2%, ultrapassando R$ 100 bilhões, entre os meses de julho de 2012 a junho de 2013, onde os principais produtos exportados foram, a soja, a carne bovina, o frango, o açúcar, o milho e o café (BRASIL, 2013). Fator que tornou o Brasil um dos grandes competidores no mercado externo, onde 38 das 100 maiores empresas voltadas ao agronegócio que atuam no país tem predominantemente capital estrangeiro.

Em outras palavras, na boa onda do comércio internacional para as exportações de *commodities,* o governo Lula estimulou a grande produção agrícola monocultora, ao invés de viabilizar a pequena produção voltada para o mercado interno, mantendo a velha estrutura fundiária do país (BARREIRA, 2014). O governo Lula melhorou a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder (BOITO JR., 2012). E neste sistema, a política de exportações alia-se e subordina-se ao grande capital financeiro, não atendendo aos interesses das classes populares.

Em súbito, o agronegócio possui a maior parte das terras no Brasil, mas são das pequenas e médias propriedades que veem a maior parte dos alimentos responsáveis por abastecer o mercado interno. Dito isto, os camponeses e agricultores familiares mesmo estando em desvantagem em relação ao agronegócio, são os responsáveis por abastecer a mesa dos brasileiros, produzindo mais da metade de toda a comida consumida no Brasil, produzindo alimentos tais como: mandioca, tomate, banana, feijão, batata-inglesa, caju, café, guaraná, cacau, uva, ovos, leite, rebanho suíno, etc.; além de produzirem a maioria absoluta de legumes e hortaliças. Diante disto, pode-se dizer que o agronegócio é responsável por produz *commodities* para o mercado mundial e não alimentos para consumo da população local, não contribuindo para a viabilização da soberania alimentar em nosso país:

> Para um total de 4.900.000 estabelecimentos, 4.150.000 (85%) correspondem ao setor familiar e camponês e 550.000 (12%), ao setor patronal. Mas a agricultura familiar responde por 38% da produção agrícola nacional, ocupa 75% da população ativa agrícola quando só se beneficia de 30% da superfície agrícola e de 25% dos financiamentos públicos destinados ao conjunto do setor [...]. (SABOURIN, 2007).

Em consulta aos documentos do II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula 2003-2006, podemos observar que a agricultura familiar/camponesa corresponde a,

> [...] 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite,

> milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes. (OLIVEIRA, 2007, p. 151).

Segundo Oliveira (2001), verifica-se assim a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista, que concentra as terras nas mãos de poucos proprietários, criando uma imensa população despossuída dos meios de produção, que não obtém outro meio de sobreviver a não ser vendendo suas forças de trabalho. A economia do agronegócio ou as agroestratégias estão assentadas "[...] na captura e superexploração das vantagens comparativas naturais" ou na renda fundiária (DELGADO, 2013, p. 64), materializando verdadeiras lutas por território. Aumentando assim a crise no campo brasileiro devido ao fato de o território não estar nas mãos daqueles que colhem os frutos da terra para a nação, mas sim sob controle das multinacionais e dos latifundiários, que se apropriam dos bens comuns, como da água, biodiversidade, terra e territórios, gerando o extermínio de comunidades tradicionais.

A soberania alimentar e seus desafios para os movimentos sociais frente ao avanço do agronegócio.

O conceito de soberania alimentar surgiu na década de 90, fruto de discussões dos movimentos sociais do campo, em questionamento as políticas agrícolas neoliberais implantadas na América Latina e no mundo através da Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial que desenvolviam debates junto a FAO sobre projetos de segurança alimentar. Os debates em torno da segurança alimentar eram no sentido da adoção de políticas de combate a fome, produzindo alimentos em larga escala, pois o que se constatava segundo a Food and Agriculture Organization (2005) era que se nada fosse feito, ainda haveria 680 milhões de pessoas famintas no mundo ao redor do ano 2010, mais de 250 milhões na África Subsahariana.

Os movimentos sociais adentraram a esse debate da segurança alimentar, porém, com uma proposta distinta de solução para a questão. Iniciou-se então por parte dos movimentos sociais inúmeros questiona-

mentos sobre o conceito de segurança alimentar que defendido pela FAO, alegando que a segurança alimentar era baseada no modelo neoliberal e favorecia o agronegócio e as grandes corporações:

> Segurança alimentar significa que cada criança, cada mulher e cada homem devem ter a certeza de contar com alimento suficiente para cada dia. Porém este conceito não diz nada com respeito a procedência do alimento ou a forma como é produzido. Desse modo, Washington, pode argumentar que a importação de alimentos baratos dos Estados Unidos é uma excelente maneira que tem os países pobres de alcançar a segurança alimentar, mas sem a produção de alimentos próprios. (CAMPOS, 2006, p. 155).

Assim, os movimentos sociais juntamente com a Via Campesina começaram a realizar debates com os seguintes questionamentos: que não se era necessário apenas garantir os alimentos a população, mas, sobretudo que se soubesse a procedência desses alimentos, a qualidade dos mesmos, sua não padronização respeitando a diversidade cultural alimentar dos povos, garantindo que esses fossem alimentos saudáveis e não frutos do agronegócio, da monocultura e da produção de transgênicos em larga escala.

Através destes debates a Via Campesina propôs um novo conceito o qual denominou de Soberania Alimentar, que seria,

> [...] o direito dos povos de definir usa próprias política e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais [...]. (CAMPOS, 2006, p. 154-155).

O conceito de Soberania Alimentar desenvolvido pela Via Campesina inclui ainda a,

> Prioridade à produção local para alimentar a população; Acesso dos camponeses e dos sem terra à água, sementes e crédito; Reforma agrária integral; Posse e uso da terra reservados a quem nela trabalha e quem nela vive. A terra não é uma mercadoria, mas um bem em benefício da sociedade – princípio da propriedade social; Fim do monocultivo e prioridade à produção diversificada; Que os governos desenvolvam uma política de preços remuneratórios de forma a garantir a democratização dos meios de produção e controlo dos mecanismos de comercialização; Estímulo à agricultura familiar e cooperativa e o controlo dos processos de transformação pelos trabalhadores; Acesso à educação e segurança social para agricultores e famílias; Criação de bancos de sementes públicos, geridos por agricultores; Desenvolvimento de modelos tecnológicos respeitadores da saúde e do ambiente; Produção sem OGM; O direito ao uso público e democrático da água de boa qualidade; Participação dos povos na definição das políticas agrárias; Política de reordenação territorial que delimite zonas agrícolas e garanta infra-estruturas – caminhos rurais, electrificação, regadio; Ordenação dos cultivos, contra a imposição dos não tradicionais; Direito dos países a protegerem-se das importações agrícolas subsidiadas; O direito dos camponeses em produzir os alimentos que entenderem e dos consumidores decidirem o que consumir; Preços agrícolas ligados aos custos de produção, a favor da produção camponesa sustentável, controlando o mercado interno para não haver excedentes; Reconhecimento do papel essencial dos produtores na agricultura e na alimentação; Saída da OMC do sector alimentar, hoje tratado como mercadoria e não como direito dos povos; Não aos Acordos de Livre Comércio (TLC) e aos Acordos de Parceria Económica (EPA); Contraponto às políticas do Banco Mundial sobre a terra e o desenvolvimento rural; Oposição ao domínio de 62,6% da economia mundial pelo G8, que representa apenas 13,5% da população mundial. (NICHOLSON, [200?], p. 3).

Desta forma, Thomaz Jr (2007), diferencia segurança alimentar e soberania alimentar destacando que,

> [...] enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a idéia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global. (THOMAZ JR., 2007, p. 9).

Desta forma, o conceito de Soberania Alimentar se transformou numa bandeira política dos movimentos sociais ligados à Via Campesina, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Brasil, defendendo principalmente a preservação da biodiversidade, da diversidade alimentar cultural dos povos, a sementes como sendo um patrimônio do povo a serviço da humanidadee o não patenteamento das mesmas, a luta contra os transgênicos, e a luta pela reforma agrária integral, de modo que seja garantido aos camponeses o direito à terra e aos frutos dela, para que assim possam produzir e garantir o abastecimentos das populações locais a partir das demandas culturais e biodiversidade regional. Esse conceito se baseia na implementação do direito à alimentação, mas vai além dele, defendendo o acesso dos camponeses aos recursos para a produção de alimentos que respeitem a cultura, diversidade regional e sustentabilidade ambiental. Segundo Paul Nicholson da Via Campesina: "A Soberania Alimentar constitui o centro da alternativa que se está a construir frente ao fracasso do actual modelo agro-industrial." (NICHOLSON, [2004], p. 2).

Como podemos perceber, o debate da soberania alimentar é mais amplo que o da produção de alimentos saudáveis à população, ele nos coloca a agricultura camponesa e/ou familiar como alternativa ao agronegócio e a seus impactos destrutivos ao meio ambiente, garantindo através da agricultura camponesa e/ou familiar maior sustentabilidade ambiental e econômica para dos países a qual por ela aderem.

Além disso, a soberania alimentar nos levanta o debate da revitalização do mundo rural e da valorização dos agricultores locais. Vale destacar também os impactos negativos que a não consolidação a soberania alimentar gera em nossa sociedade, como por exemplo, a exclusão do camponês e agricultores familiares de suas terras, perdendo o direito fundamental à alimentação e trabalho, gerando um esvaziamento do mundo rural na mesma medida em que ocorre um superpovoamento das grandes cidades, empobrecimento da qualidade e variedade dos alimentos que altera os hábitos culturais da população, agressivos danos ao meio ambiente em decorrência da produção de monoculturas em detrimento da biodiversidade agrícola local, entre outro. Portanto, a revitalização de um mundo rural com agricultores é urgente. Valorizar o papel dos produtores locais para que não sejam meros fornecedores de matérias-primas e formar con-

sumidores empenhados em fazer um consumo crítico e responsável no seu dia-a-dia, é parte da estratégia da Soberania Alimentar.

Assim, ao analisarmos os movimentos sociais de luta pela soberania alimentar e em defesa de seus territórios, verificamos uma pluralidade de conflitos em seus respectivos interesses e até mesmo ideais que traçam os rumos do agronegócio. A inserção desses territórios na lógica capitalista ampliou as disputas e os conflitos territoriais, evidenciando ainda mais a lutas dos agricultores e camponeses que buscam o retorno e/ou a permanência na terra, frente à expansão do sistema agrícola do agronegócio (FREITAS, 2012).

Segundo Rodrigues o agronegócio diz respeito,

> [...] a um novo padrão espacial que nega as comunidades camponesas existentes, envolvendo diferentes desigualdades, identidades, regionalismos historicamente construídos. Paralelamente à expansão do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, que se estrutura no argumento neoliberal de internacionalização da economia, aumentam os conflitos entre perspectivas de espaço diferenciadas dos agentes do agronegócio que chegam às regiões de expansão da fronteira. (RODRIGUES, 2012, p. 5).

A ocorrência de conflitos nas regiões de expansão do agronegócio é sem dúvida, a expressão da resistência de grupos camponeses ao modelo neoliberal imposto. Os conflitos são a tentativa de se apoderar desse espaço em disputa ou de manutenção da posse do mesmo. Pois, o agronegócio para se expandir necessita se apropriar cada vez mais de mais terras e imprime uma política por vezes devastadora dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc., baseada na falsificação de documentos, compras de grandes propriedades, isolamento de povoados, entre outras.

Vale ressaltar que esses movimentos sociais vão além da luta pelo território e em defesa da soberania alimentar, mas requerem as justas transformações nas condições sociais desses povos que são excluídos desde o processo de colonização. Diante disso, a Via Campesina se manifestou em relação aos territórios tradicionais, dizendo que o período que vivemos é de intensa pressão do capital e ela pode ser observada pelo avanço das hidroelétricas, rodovias, ferrovias, e principalmente pelo avanço do agronegócio

e de suas praticas aos territórios tradicionalmente ocupados e pertencentes as populações camponeses, indígenas, quilombolas, etc.

Considerações finais

Nesta lógica o agronegócio teve toda a complacência por parte do governo Lula em detrimento da luta histórica pela reforma agrária travada pelos movimentos sociais do campo, principalmente pelo MST, apoiada outrora pelo PT. E, de acordo com Machado (2009, p. 33), as mudanças político-ideológicas pelas quais o PT passou ao longo do tempo, consolidando-se no governo Lula, dificultam o resgate dos compromissos históricos que tal partido teve para as classes trabalhadoras.

Segundo Barreira (2014, p. 66), isto se deu devido às expectativas em torno da ascensão do PT ao Executivo Federal, de modo que este fator subjetivo, além de ter servido para aumentar a mobilização popular, também gerou um sentimento de insegurança por parte dos ruralistas, que temiam políticas de reforma agrária. Lula, por sua vez, buscou mediar os conflitos reconhecendo a legitimidade da luta pela terra, ao mesmo tempo que buscava atender as reivindicações dos agronegocistas.

Durante o referido governo houve a diminuição no número de assentamentos, onde, se observou, no primeiro mandato o governo assentar um pouco mais de 100 mil família – lembrando que a meta do II PNRA eram 400 mil famílias – porem alega ter assentado 381 mil família, pois incluíram nesses números até um assentamento da época de Getúlio Vargas, de 1942, maquiando os reais números alcançados (OLIVEIRA, 2007). Vale ressaltar também o crescente aumento da violência no campo onde tivemos de 2003 a 2010 um total de 304 pessoas assassinadas no campo em virtude dos conflitos territoriais entre os movimentos sociais e os ruralistas desse país.

Inquestionavelmente, para o governo Lula a reforma agrária passou a não ser mais considerada como uma necessidade história e potencializadora de importantes transformações no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Pensou-se a reforma agrária apenas como política social com o intuito de acabar localmente com o problema da fome no país (OLIVEIRA, 2007). Assim, a reforma agrária foi abandonada, dando lu-

gar a algumas políticas públicas consertadas e vinculadas a dois princípios fundamentais: de não realiza-la nas áreas de domínio do agronegócio; e fazê-la apenas nas áreas onde elas possam servir de apoio ao agronegócio:

> [...] Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar [...]. (OLIVEIRA, 2008).

Ao mediar os antagonismos de classe, o governo petista teria cumprido com maestria a função política do Estado (POULANTZAS, 1980, 2007), dando garantias às classes dominantes – neste caso específico à uma fração da burguesia brasileira representada pelo agronegócio – ao mesmo tempo em que devido ao vínculo existente entre a (pretérita) tradição política de militância petista e a imagem de Lula, conseguiu desmobilizar as lutas dos movimentos sociais no país. Desta forma, as lutas sociais, os conflitos territoriais e a expropriação capitalista no campo aumentaram incisivamente, associadas às políticas neoliberais implementadas no Brasil. O acúmulo de terras nas mãos desses poucos proprietários nos retrata a desigualdade, onde encontramos uma estrutura agrária arcaica, sendo responsável por marginalizar e excluir uma significativa parte da população que permanece na luta em defesa da reforma agrária, da soberania alimentar e de seus territórios.

Referências

AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. *Agricultura brasileira*: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. 2007. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2014.

ANTUNES, R. *Uma esquerda fora de lugar*: o governo Lula e os descaminhos do PT. Campinas, SP: Armazén do Ipê; Autores Associados, 2006.

BARREIRA, M. Movimentos sociais e reforma agrária: um balanço crítico. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 22, p. 63-68, fev. 2014.

BOITO JUNIOR, A. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JUNIOR, A.; GALVÃO, A. (Org.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. p. 67-104.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. *Informativo de Economia Agrícola*. ano 06, v. 01, set. 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/INFORMATIVO%20DE%20ECONOMIA%20Agri_%20ano%206%20vol_%201.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo: uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina: UEL, n.1, p. 146-162, 2006..

CERQUEIRA, K. C. História do pensamento econômico do PT: as propostas econômicas do partido dos trabalhadores nas eleições presidenciais de 1989 a 2002. (Trabalho Final Apresentado à Disciplina Sistemas Partidários Brasileiros)-IPOL, Universidade de Brasilia, 2007.

DELGADO, G. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista Reforma Agrária*, edição especial, p. 61-68, jul. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Monitoring progress since the World Food Summit.2005. Disponível em: <www.fao.org/wfs>. Acesso em: 15 set. 2014.

FERNANDES, B.M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. Modelos de desenvolvimento em conflito: o agronegocio e a via camponesa. 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitooagronegocio.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

FILGUEIRAS, L: GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2007.

FREITAS, B. M. C. Expansão da fronteira agrícola capitalista e disputas territoriais na Chapada do Apodi, Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., Uberlândia, MG, 2012. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2012.

GRZYBOWSKI, C. Política agrícola e reforma agrária: subsídios ao programa do PT. In. *PT*: um projeto para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 21/22, 2º sem. 2008-1º sem. p. 23-34, 2009.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da Agricultura no Brasil e os novos usos do território. *Geo UERJ*, v. 2, n. 22, v. 2, p. 290-322, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acesso em: 25 set. 2014.

NICHOLSON, P. Soberania alimentar: por uma agricultura com agricultores. In: *Anauá*: a outra margem do Comércio Justo. [200?]. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17495>. Acesso em: 25 out. 2014.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados,* São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>. Acesso em: 22 set. 2014.

_____. *Sem enfrentamento, não há reforma agrária.* [maio 2007]. Entrevistador: Correio da Cidadania. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/4175>. Acesso em: 14 out. 2014.

_____. O governo Lula dá adeus à reforma agrária*. Brasil de Fato*, 22 dez. 2008. Disponivel em: <http://www.brasildefato.com.br/node/3444>. Acesso em: 22 out. 2014.

_____.O uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G.; (Org.). *Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil.* Goiânia: UCG, 2006. p. 29-78.

OLIVEIRA, F. Qual é a do PT? In.SADER, E. ; OLIVEIRA, F. *E agora, PT?*: caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9-34.

PINHEIRO, J. Três tipos de candidatura no pleito presidencial de 2002: oposicionista, governista e continuísta. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo: PUCSP, v. 9/10, p. 9-18, 2003.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. *Poder politico y clases sociales en el estado capitalista.* Mexico, D.F.: Siglo XXI Editores, 2007.

RICCI, R. *Lulismo: Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira.* Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

RODRIGUES, S. J. D. *Conflitos e resistências no sertão maranhense.* In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21. 2012. *Anais...* Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1063_1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*, v.22, n.3, p. 715-751, set./dez. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922007000300009 >. Acesso em: 15 out. 2014.

SECCO, L. *História do PT 1978 – 2011.* Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

STEDILE, J. P. Entrevista à revista Estopim. [20 ago, 2012]. *O diário.info*. Disponível em: <http://www.odiario.info/?p=2586>. Acesso em: 15 set. 2014.

THOMAZ JR., A. Trabalho, Reforma agrária e soberania alimentar. *Scripta Nova*: Revista Geocrítica, Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/thomaz.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

TERRA DE DIREITOS. Organização de Direitos Humanos. Posição da via campesina Brasil sobre a questão dos territórios: camponeses, indígenas, quilombolas e pesqueiros. 2013. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/notas/nota-posicao-da-via-campesina-brasil-sobre-a-questao-dos-territorios-camponeses-indigenas-quilombolas-e-pesqueiros/>. Acesso em: 20 set. 2014.

PARTE 3

A QUESTÃO AGRÁRIA, EDUCAÇÃO NO CAMPO E O RURAL NO CINEMA BRASILEIRO

A Questão Agrária e os Desafios da Construção da Reforma Agrária Popular

Selma de Fatima Santos
Marcio José dos Santos
Angelo Diogo Mazin

Introdução

O presente texto trata de reflexões sobre o debateem torno da luta pela Reforma Agrária, no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o qual resultou na elaboração do Programa de Reforma Agrária Popular, tal programa é resultado de um amplo debate constituído no interior do movimento Sem Terra (MST), e que contou também com a articulação de vários setores da classe trabalhadora (movimento sociais, organizações políticas, sindicatos), além da contribuição de intelectuais e professores universitários.

O programa de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST é resultado de um amplo debate construído no interior do Movimento, que contou também com a articulação de vários setores da classe trabalhadora (Movimentos Sociais, Organizações Políticas, Sindicatos), além da contribuição de intelectuais e professores universitários.

Em diferentes lugares ocorreram iniciativas pontuais que resultaram em processos de distribuição de terras pelo próprio capitalismo. Esses tipos de reforma agrária, (que não foram generalizados, e nem continhan

conteúdos progressistas) tiveram como principal objetivo o desenvolvimento do mercado interno, formar uma população consumidora e produtora de bens de consumo interno e que cumprisse com papel de ser a mantenedora de produção de comida para o operariado urbano, ou seja, de fornecedora de cesta básica. Assim, proletários urbanos e camponeses foram contemplados com uma parcela de terra e algum incentivo para a produção.

Durante décadas setores da esquerda brasileira alimentou uma proposta de reforma agraria nos moldes acima citados, na qual pressupunha uma aliança com a burguesia "interna" para derrotar o capital e a burguesia internacional, superar a condição de dependência, o atraso representado pelo latifúndio improdutivo, desenvolver a economia e o mercado interno, produzir bens de consumo interno, alimentar a população da cidade com preço mais barato e comida de boa qualidade.

No entanto, a evolução dos desdobramentos políticos e econômicos demonstraram que esta tese, não se aplica ao Brasil, pois a herança do modelo de colonização estabelecida por Portugal, casado com a construção histórica da inserção na divisão internacional do trabalho do país, afirmam o latifúndio como elemento estrutural não só da economia como também da política, e das relações de poder como um todo. No Brasil o latifúndio é parte estruturante do capitalismo.

O agronegócio é a síntese da evolução deste processo, é a resposta concreta à contradição estabelecida pela luta de classes no campo brasileiro das últimas cinco décadas. Uma luta intensa, que não foi capaz de superar o latifúndio atrasado, mas que forçou-o a se reciclar e se apresentar minimamente compatível com conjuntura econômica do século XXI.

Neste sentido, o agronegócio derrotou os argumentos da necessidade de uma ampla reforma agrária como instrumento de desenvolvimento da economia brasileira, o atraso é parte fundante deste capitalismo, ou seja, é a forma comm que ele se reproduz neste espaço.

O agronegócio se utiliza de propagandas ideológicas para mostrar que revolucionou o "arcaico" latifúndio e construiu a modernidade no país através da agricultura moderna, produtivista, com alto padrão tecnológico, desenvolveu a economia brasileira, produz comida, mantem-se

como o carro-chefe do PIB (Produto Interno Bruto) sendo o responsável pelo saldo positivo da Balança Comercial, entre outros.

Assim se insere o debate da Reforma Agraria Popular: uma tentativa de superação da proposta de reforma agrária clássica e de construção de um projeto que contemple a dimensão humana e de qualidade de vida em sintonia com o ambiente, a biodiversidade, os recursos naturais que contemplam as diversas formas de vida. E não simplesmente a dimensão econômica da renda, do lucro e do individualismo burguês, pautado na propriedade privada da terra, no controle dos recursos naturais e da força de trabalho como fonte de lucro. Há uma construção recente em torno da reforma agrária popular que nos leva a um outro rumo de discussão e outra lógica de conceber as relação com a terra, com os seres humanos e com a natureza.

1 Sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento do Capital no Campo

O atual desenvolvimento das forças produtivas no campo coloca a questão da Reforma Agrária num patamar superior de discussão, elevando também o nível de enfrentamento de luta entre as classes sociais. Este desenvolvimento carrega consigo alguns elementos que modificam o debate da Questão Agrária feita até então, a qual ainda pautava a necessidade de reforma agrária característica do modelo clássico, cujo fundamento estivera voltado para o desenvolvimento interno do país, do mercado interno próprio, que pudesse resolver o problema da concentração fundiária, da produção de comida, da geração de emprego e renda para a população do campo e da cidade, que trouxesse melhoria das condições de vida junto com acesso a escola, saúde, lazer, etc. Esse tipo de Reforma Agrária continha os traços característicos de uma teoria que levasse em conta o desenvolvimento interno do país e para tanto necessitava de um programa de governo que o desenvolvesse.

Mesmo que tenha ocorrido processos de distribuição de terras pontualmente, sob o capitalismo, é importante destacar que neste modo de produção ocorreu e se desenvolve um processo inverso, que é a reconcentração de terras. Essa tendência histórica da expropriação dos camponeses no capitalismo foi analisada por Eric Hobsbawm (2007, p. 284): "a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste

século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato". Inúmeros são os exemplos que o autor da *Era dos Extremos* cita:

> [...] No Japão, por exemplo, os camponeses foram reduzidos de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985, isto é, entre a época em que um jovem soldado voltou para as batalhas da Segunda Guerra Mundial e aquela que se aposentou de sua posterior carreira militar. Mas já em 1970 *não* havia na América Latina – fora dos mini-Estados da tripa de terra centro-americana e do Haiti – um único país em que os camponeses não fossem a minoria. A situação era semelhante nos países do islã ocidental. (HOBSBAWM, 2007, p. 285).

Outros autores também se debruçaram sobre essa tendência do fim do campesinato, que é submissão da propriedade camponesa ao Modo de Produção. Lênin, a partir de seus estudos sobre Capitalismo e Questão Agrária, escreveu em 1915 a obra: *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América – novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.* Nessa obra, faz um estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, destacando os níveis de capitalização das propriedades no Estados Unidos. Estuda a intensificação da produção através da utilização de meios de produção (maquinaria, fertilizantes, técnicas de trabalho), e os níveis de assalariamento na agricultura estadunidense. Uma das suas conclusões é que:

> A América confirma, com evidência particular, a verdade ressaltada por Marx no livro III do Capital, a saber, que o capitalismo na agricultura não depende das formas de propriedade e usufruto da terra. O capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a "campesina de nadiel" (isto é, a propriedade de camponeses dependentes), a de clã, a comunal, a estatal e etc. O Capital faz pesar seu jugo sobre todas as formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos. (LENIN, 1980, p. 167).

As mudanças ocorridas no campo nas últimas décadas no Brasil, produziram forte discurso por parte do agronegócio o qual afirma que o mesmo revolucionou o latifúndio improdutivo, elevou a produtividade do trabalho, revolucionou as relações sociais de produção, dissolveu elementos anacrônicos que o campo ainda apresentava como: parceria, meeiros, forma, sub-assalariamento, etc., embora ainda persista estas relações, elas são

exceções. Argumenta que desenvolveu o aumento da produtividade de comida, avançou em ciência, tecnologia, biotecnologia, engenharia genética, assistência técnica, mecanização. Um dos principais objetivos foi o de anular os processos de Reforma Agrária, uma vez que tinha força na sociedade a legitimação de que transformava a função social da terra de latifúndios improdutivos para terra com fartura, comida, gerando trabalho, emprego, etc.

O agronegócio organiza a dinâmica da produção baseado no conceito atual de "cadeia produtiva" de determinada *commodity.* As cadeias produtivas, em geral, são controladas por monopólios de determinados ramos de produção os quais controlam os diversos momentos, desde a produção até o momento final quando o produto chega ao consumo final – geralmente para exportação.

As empresas mudaram completamente sua imagem e assumiram o discurso da sustentabilidade. O discurso atual é atuar em consonância com o ecossistema e em ética com as relações trabalhistas. No site de empresas como a Monsanto, Suzano Papel e Celulose S.A., Louis Dreyfuss, Basf, Dupont, entre outras, aparece o compromisso com o ambiente e os seres humanos, pautada na ética das relações trabalhistas, justiça social e defesa do desenvolvimento do país.

Estas empresas organizam projetos sociais nas escolas e comunidades de periferia (algumas destas tentam inclusive uma inserção nas áreas da Reforma Agrária). Formam opinião sobre o agronegócio e mapeiam e disputam o potencial mercado de trabalho. A Monsanto, por exemplo, tem uma fábrica de *roundap* granulado em São José dos Campos/SP. Procurando manter boa relação com os trabalhadores que moram no entorno para evitar problemas futuros, ela fornece cestas básicas mensalmente para a população dos bairros dessa cidade, independente se trabalha ou não na empresa. E também faz "trabalho educativo" com os jovens, na manutenção de um viveiro de mudas no mesmo local, entre outros projetos. Vale ressaltar que a produção do glifosato é proibido em vários países do mundo, mas liberado pela ANVISA - Agencia Nacional de Vigilância Sanitária no Brasil.

O Estado cumpre um papel fundamental no financiamento do agronegócio com créditos subsidiados, com juros baixos e direito a renegociações infindáveis, aumentando a dívida pública interna. O Estado brasi-

leiro é o principal parceiro do agronegócio, uma vez que garante todas as condições de infraestrutura, recursos, etc. para que o mesmo continue garantindo o saldo positivo da balança comercial. Com isso, também, as empresas financiam campanhas eleitorais e formam bancadas no Congresso Nacional, a exemplo da Bancada Ruralista, que defendem seus interesses, especialmente na disputa de recursos públicos e alteração das leis, como ocorreu com a Reforma do Código Florestal. Frações de classe disputam no âmbito da luta de classes para que seus interesses não sejam atacados.

A modernização da agricultura através do agronegócio no Brasil preservou a estrutura fundiária baseado no latifúndio e nos mostra que as configurações de classes no campo mantêm a clássica definição entre burgueses e proletários. Apresenta não mais as oligarquias localizadas, mas sim, uma burguesia internacional, associada e fundida às grandes corporações transnacionais, as formas de *joint ventures,* as corporações, associados com o capital financeiro internacional: os trabalhadores vão desde o braçal no eito até os consultores diversos. Desafio para aprofundamento da leitura das classes sociais (no caso das associações como a ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio), bem como, as formas de lutas a serem adotadas.

Por outro lado, verifica-se cada vez mais um processo violento de concentração da terra, dos meios de produção, da riqueza e de capital. Observamos no caso brasileiro, um processo que está sendo caracterizado como "reconcentração das terras". O número de propriedades rurais, caracterizada como Grande Propriedade (TEIXEIRA, 2010) em 2003 era 112.463 unidades, sendo que em 2010 evoluiu para 130.515 unidades. A área concentrada respectivamente evoluiu de 214.843.868 hectares para 318.904.739 hectares. Em 2003, a Grande Propriedade concentrava 51,6 % das terras disponíveis para a agricultura, sendo que em 2010 passou a 56,1 % das terrras disponíveis para a agricultura.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma) pactuou com o agronegócio. Isso mostra a continuidade de períodos anteriores, desde o período colonial em que o latifúndio cumpre com a função de produção de matéria prima para exportação na forma de monocultura, em larga escala, mantendo o latifúndio concentrado em poucas mãos, produzindo lucro para a burguesia internacional. Não houve numa reforma agrária que rompesse com a burguesia agrária atrasada, que hoje pousa de

moderna, como se tivesse revolucionado esse setor atrasado e levado o país parar a modernidade.

Os governos do PT escamoteando a realidade e escondendo as contradições com pesada artilharia ideológica, adotam o discurso conservador e denominam a pequena produção camponesa como *agricultura familiar* (que nada mais é que uma espécie de "agronegocinho" e sua razão de existir é a de servir como mão de obra para o agronegócio, produzindo em suas pequenas propriedades matéria prima para o agro, usando o mesmo pacote tecnológico da revolução verde). Trata o público da agricultura familiar como se fossem os quais, ignorando que existe um processo de luta brutal e de enfrentamento para mudar a concepção de agricultura, que se baseia em valores de tais como: a agroecologia, a cooperação, o trabalho, que busca modificar a matriz tecnológica, produtiva, tendo em vista a apropriação coletiva e igualitária dos bens da natureza e dos frutos do trabalho.

Por isso, acreditamos que é necessário combater o conceito de agricultura familiar e reforçar nossa identidade de Sem-Terra, assentados e acampados do MST, ribeirinhos, quilombolas, comunidades tradicionais, enfim, assumir uma posição de classe e se firmar enquanto um campesinato heterogêneo mas em luta. E para que isto ocorra, as organizações de luta por reforma agraria precisam também se opor a esse conceito e qualificar o discurso da reforma agrária, pois aqueles que argumentam no sentido do aumento da produtividade e desenvolvimento do campo já foram capturados pelo agronegócio.

2 Reforma Agrária Popular: elementos para uma transição contra a ordem

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, foi fundado em 1984, no 1º Encontro Nacional, em Cascavel – PR. Fruto das contradições modernas no campo, surge enquanto ferramenta que organiza os trabalhadores para a conquista do território. Esses assentamentos estão em constantes conflitos com o espaço capitalista. Ou seja, os assentamentos são expressão do contrário da monocultura. Atualmente essa conflitualidade passa pela forma de produção na agricultura que em 2010, 80% das commodities e das terras por elas utilizadas se destinavam a soja,

milho, cana de açúcar e pecuária extensiva (IBGE, 2006). Esse forma de produção totalizante (monocultura) além do controle do espaço, dos territórios, modificam constantemente a paisagem. Hoje, é milho, amanhã: soja. Ano que vem, pinus ou eucaliptos. Resultado desse processo é uma mudança na paisagem dinamizando o território de acordo com a dinâmica do Capital, ou seja do mercado.

Onde se encontra a principal contradição que se depara os trabalhadores e trabalhadoras que defendem e lutam pela Reforma Agrária no Brasil: a forma de produção capitalista, em especial, no campo. Os produtos do agronegócio, não são para atender as necessidades da população atualmente. São simplesmente: mercadorias. Hoje pode ser uma determinada mercadoria, amanhã pode ser outra. A questão é a forma de produção que extrai um certa quantidade de valor do trabalhador e, no caso da agricultura, varia de acordo com a Renda da Terra e com lugar relativo a divisão Nacional, Regional e Local da produção.

Essa modernização do Agronegócio, incrementa a correlação entre as classes sociais em disputa no campo brasileiro, pois reconfiguram os interesses e os grupos em disputas. Vejamos por exemplo esse fenômeno conhecido como internacionalização das terras brasileiras. Em 2009 a multinacional Monsanto, adquiriu as empresas Cana Vialis e Alellyx, especializadas no melhoramento genético e na área de biotecnologia da cana-de-açúcar. As duas empresas faziam parte da Votorantim Novos Negócios. A Cana Vialis detém participação superior a 15% do setor sucroalcooleiro brasileiro, além de possuir mais de 1.1 milhão de hectares de terras. Já a Alellyx produz pesquisas relacionadas ao controle de pragas em eucalipto, laranja e cana-de-açúcar.

Outro exemplo foi a associação da empresa Santa Elisa, empresa brasileira com sede em Sertãozinho – SP, que moeu 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (7% da produção nacional) na safra de 2008/2009, associou-se a Amyris, empresa controlada por Capitais da Califórnia, nos Estados Unidos. Nessa associação, a Amyris passou a concentrar 70% das ações do novo Grupo chamado: Amyris Cristalsev Biocombustíveis. Em 2012 meta estabelecida foi de produzir 1 bilhão de litros de diesel de cana-de-açúcar, o que representaria perto de um quinto de toda a importação do derivado pelo Brasil, que atingiu 5,099 bilhões de litros em 2011.

Aquisição, associação, fusões e etc., são formas que as grandes empresas encontram para valorizar-se através de concentração e centralização de Capital e estrangeirizar-se. Outro exemplo de estrangeirização das terras e das empresas do setor sucroalcooleiro do Brasil, foi anunciado pelo jornal "Estado de São Paulo" em 2009, quando publicou que a multinacional Bunge, gigante do agronegócio mundial, se tornaria a 3ª maior produtora de açúcar e álcool do Brasil, a partir da aquisição do Grupo Moema, com sede em Oríndiuva – SP. O valor do negócio tinha estimativa de aproximadamente 1.35 bilhão de US$. Segundo dados da "Revista Exame" de dezembro de 2009, a Bunge já concentrava 80% da Usina Santa Julia, localizada no Triângulo Mineiro, possuía dois projetos em construção no Tocantins (Usina Pedro Afonso) e no Mato Grosso do Sul (Usina Monte Verde).

Estima-se que no Brasil mais de 30 millhões de hectares de terras sejam controlados pelo Capital Estrangeiro. No Estado de São Paulo, são aproximadamente 521 mil hectares (fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA). No Estado de São Paulo, Segundo Sauer e Leite (2012, p. 78):

> Uma atualização dos dados para 2010, valendo-nos da mesma base cadastral elaborada pelo Incra, indica, a existência de 34.371 imóveis rurais sob a propriedade de estrangeiros, abarcando um total de 4.349.074 hectares. Pela mesma tabela é possível observar que a maior parte do número de imóveis está concentrada nos estados de São Paulo (35,7% do total), Paraná (14,9%), Minas Gerais (7,68%) e Bahia (6,38%). Quando tomamos o total de área o quadro se altera, apontando a liderança para os estados de Mato Grosso (19,4% da área total), Minas Gerais e São Paulo (com 11,3% cada) e Mato Grosso do Sul (10,9%). Em ambos os casos, coincidindo significativamente com a expansão das fronteiras agrícolas.

Esse processo que esta sendo caracterizado como "estrangeirização das terras no Brasil, esta se dando principalmente nos territórios que atualmente produzem a *commoditie*cana-de-açúcar, visando a produção de açúcar e etanol. Segundo Alvin (2009, p. 55):

> […] a produção industrial de biocombustíveis foi a atividade que apresentou uma tendência clara de crescimento na captação de investimentos estrangeiros no Brasil, sendo esta concentrada preponderantemente

> nos estados do Sudeste. Os IEDs em álcool e biocombustíveis passaram de 4 milhões de dólares em 2002 para 1,64 bilhões de dólares em 2008.

De acordo com o Jornal "o Valor" de 15/09/2010: "Sete grandes grupos de usinas já dominam 67% da comercialização de etanol no Brasil. A concentração avançou rapidamente no setor nos últimos anos - era de 25% em 2000 -, sustentada por fusões e aquisições e estimulada por ganhos de produtividade." Os custos para a produção de etanol no Brasil é mais barato do planeta, chegando a 0.22 US$ por litro, contra 0.30 US$ dos Estado Unidos da América e 0.53 US$ na União Europeia. Na safra 2011/2012, cerca de 283,9 milhões de toneladas da cana foram esmagadas para a produção de açúcar, enquanto 287,6 milhões de toneladas foram destinadas para a produção do etanol (MAPA, 2012). Dos 27.172.488,4 litros de etanol produzidos na Safra de 2013/2014 no Brasil, 13.908.376,8 litros foram produzidos no Estado de São Paulo, o que corresponde a 51,2% da produção nacional. Não é a toa que neste Estado está plantada 55,3% de toda a cana-de-açúcar existente no Brasil. Em 2003 as áreas consideradas como Grandes Propriedades no Estado de São Paulo concentravam 8.883.699 hectares, chegando em 2010 com 9.205.101 hectares (IBGE, 2006).

Diante de um quadro tão adverso para a reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vem desenvolvendo nos últimos anos um esforço em atualizar a análise sobre a questão agrária atual, e propor uma reforma agrária de acordo com seu tempo histórico.

A grande questão que paira, sobre o modelo de reforma agrária a ser defendido é a superação definitiva a respeito da chamada "Reforma Agrária Clássica" que segundo o MST:

> No processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, o desafio de desenvolver o mercado interno para suas fábricas confrontou-se com a enorme concentração da propriedade da terra e o fato de que a maioria da população vivia no campo e sem renda, estava excluída desse mercado. Para resolver essa contradição, as burguesias industriais, que controlavam as estruturas do Estado, impuseram contra os interesses das oligarquias, dar a propriedade da terra aos camponeses. (MST, 2013, p. 22).

Este foi o grande argumento para a realização da reforma agrária no Brasil, ou seja, uma reforma que antes mesmo de resolver o problema de acesso à terra pelos camponeses, pudesse atender as demandas do

próprio capital, uma vez que a reforma agrária clássica seria uma etapa da industrialização e do desenvolvimento pleno do capitalismo, como aponta a análise do MST:

> Essas mudanças nas estruturas fundiárias, feitas pelo Estado burguês, são chamadas reformas agrárias clássicas burguesas... em comum, elas têm as seguintes características básicas: eram realizadas pelas burguesias industriais; potencializavam o mercado interno através da democratização da propriedade da terra; e, buscaram transformar os camponeses em produtores e consumidores de mercadorias. (MST, 2013, p. 22).

O problema é que no Brasil na totalidade de seu território, esta etapa nunca foi posta em questão pelo próprio capitalismo, deixando órfãos os defensores deste tipo de reforma, pois, se a mesma é uma bandeira do capital industrial, e este capital empreende uma coexistência pacífica e harmoniosa com o latifúndio, os anseios por reformas não encontram ressonância, por alguns motivos chaves como aponta o movimento.

> A burguesia industrial brasileira nunca se constituiu como uma burguesia nacionalista, que queria desenvolver a nação; a industria brasileira já nasceu dependente (do capital estrangeiro e de um mercado não de massas); a burguesia precisava ter ganhos com a superexploração da mão de obra fabril, e para isso era preciso ter um enorme exercito industrial de reserva, formado pelos camponeses que migravam todos os anos para as cidades e pressionam os salários para baixo. (MST, 2013, p. 25).

Outro fator determinante está relacionado a herança colonial brasileira que alicerçou todo o processo de desenvolvimento do capitalismo baseada na grande exploração latifundiária, produtoras de monoculturas a fim de encontrar vantagens comparativas na divisão internacional do trabalho.

Até o início do século XXI, o MST, principal Movimento de luta pela reforma agrária no Brasil, ainda se pautava pela reforma agrária clássica, pois, apesar de saber que ela não se apresentava como uma necessidade do capital doméstico, ainda mantinha a esperança de que, com a eleição de um governo do campo popular, pudesse alterar minimamente as correlações de forças na sociedade, minimizar as influências externas e convencer uma parte da burguesia nacional da necessidade histórica de se implemen-

tar uma reforma agrária para desenvolver um capitalismo interno, menos dependente e mais estável e menos concentrador.

O problema é que o referido "Governo Popular" fez exatamente o contrário, alicerçou ainda mais as antigas bases latifundiárias, ao eleger como setor fundante da economia exatamente o agronegócio.

> Com esse modelo, a burguesia, o Estado e os governos assumem plenamente a posição política de que não é mais necessária uma reforma agrária burguesa para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira... então passam a combater a reforma agrária, mesmo a de versão clássica... e os movimentos populares que lutam pela terra... Ou seja, do ponto de vista do capital, considera-se que a questão agrária no Brasil está resolvida. (MST, 2013, p. 30).

O que fazer então diante de tal dilema? Seria trágico se os Movimentos de luta pela Reforma Agrária sucumbissem diante de tal cenário, pois como analisamos, a Reforma Agrária independente da vontade da burguesia e de governos, é uma necessidade de primeira ordem, inclusive para corrigir anomalias históricas do processo de desenvolvimento do capital neste território, na qual submetem a maioria absoluta da população a uma eterna penúria diante da concentração absoluta da terra e da riqueza.

Evidentemente algumas Organizações de trabalhadores, diante deste cenário, abrem mão da luta e tentam se encaixar de alguma forma nesta realidade, abrindo mão de bandeiras históricas e contentando-se com seduções feitas pelo capitalismo ou pelo próprio Estado através dos governos. Estas seduções estão materializadas no processo de dominação do capital à agricultura familiar, no arrendamento das parcelas dos camponeses para as agroindústrias do agronegócio, na aceitação de políticas públicas mínimas para atenuar as desigualdades, e na cooptação dos setores populares do campo para se adaptar como mão de obra para o agronegócio e desistirem da luta pela terra, sendo que, agora é possível amenizar a fome aguda com as políticas da bolsa família.

O MST, inserido nesta conjuntura, realizou durante anos uma ampla consulta em sua base social e ciente destas políticas, lança uma proposta concreta, como cunha tática de combate a homogeneização do campo imposta pelo agronegócio, lançando em seu VI congresso um programa

agrário que rompe definitivamente com o pensamento de reforma agrária clássica e propõe uma nova plataforma de luta em torno da reforma agrária.

Para isso reforçamos a urgência histórica de uma ampla Reforma Agrária que transforme radicalmente as bases da estrutura fundiária brasileira e,

> Um novo projeto de país que precisa ser construído com todas as forças populares, voltado para atender os interesses e necessidades do povo brasileiro. Buscando assim, com a luta pela reforma agrária popular, acumular forças, obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais, organizar e politizar nossa base social, ampliar e consolidar o apoio da sociedade à nossa luta. É dessa forma que iremos construir nossa participação nas lutas de toda a classe trabalhadora para construir um processo revolucionário, que organize a sociedade e um novo modo de produção, sob os ideais do socialismo. (MST, 2013, p. 33-34).

O documento em questão rompe no sentido de que supera uma proposta de Reforma Agrária que parta da necessidade do capital, ao contrário, parte da necessidade dos trabalhadores em antagonismo ao capital, entendendo que este, não precisa de reforma agrária.

Na prática a Reforma Agrária Popular também não é um programa socialista, como bem reconhece o MST, mas já não repousa também sobre uma estratégia capitalista, por isso apontamos para a estratégia de reprojetar a Reforma Agrária a partir do interesse dos trabalhadores.

Quando se propõe um controle social, significa uma mudança na forma social da propriedade, ou seja, uma mudança estrutural, e não localizada. Para tanto, defende o MST:

> devemos lutar para: a) Democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia. b)Impedir a concentração da propriedade privada; c) Estabelecer o tamanho máximo de propriedade da terra; d) Eliminar o latifúndio; e) Garantir a função social do uso, posse e propriedade da terra; f) Assegurar a devolução para o povo de todas as terras, territórios, minérios e biodiversidade hoje apropriados por empresas estrangeiras. g) Demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicionais. (MST, 2013, p. 34).

O MST é defensor de uma nova forma de sociabilidade que vai além de uma mudança no que se produz (se commodities ou alimentos), mas fundamentalmente na transformação na forma como se produz. Um elemento que consideramos importante destacar no Programa Agrário do MST, é que entendemos como a produção através do trabalho associado:

> Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação. a) Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos. b)Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos a lógica do lucro. c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza. e) Promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais. f) Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres. (MST, 2013, p. 35)

A abolição da exploração, opressão e alienação, só será possível se houver uma ruptura com a forma que produz tais elementos: a forma do Capital. Conforme observamos anteriormente, o capitalismo se consolidou historicamente através da separação dos trabalhadores dos meios de produção. O controle de tais condições para a produção da subsistência do trabalho só será possível num processo onde esteja em disputa a possibilidade de emancipação da humanidade. Nesse contexto de controle do espaço pelo capital, tal mudança só alcança êxito, se se apresentar como portadora de propostas de uma nova ordem espacial, que rompa com a divisão social e técnica do trabalho.

Associado a essa questão do controle da produção por parte dos trabalhadores, justifica-se enquanto estratégia o controle das sementes, a produção de energia e a proposição de que a educação e a cultura possam ser elementos fundantes para a superação do Agronegócio.

Diante das questões colocadas no plano estratégico, o MST, apresenta um caminho tático, traduzido em 9 elementos, sendo esses: 1. A democratização da terra; 2. Agua, um bem da natureza em benefício da humanidade; 3. A organização da produção agrícola; 4. Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura; 5. A industrialização; 6. Política agrícola; 7. A educação do campo; 8. O desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas e 9. Mudanças na Natureza do Estado e suas funções Administrativas. Essas propostas reúnem as condições básicas para a implementação de uma Proposta de Reforma Agrária Popular. São um conjunto de medidas que objetivam a transformação de áreas dominadas pelo latifúndio sob a forma do Agronegócio e Territórios dos Assentamentos controlados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Fazem uma inversão que vai da democratização das terras à mudança na natureza do Estado (MST, 2013).

Uma questão colocada nesse momento, é que a Reforma Agrária Popular não é somente uma bandeira defendida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Pela sua natureza transformadora necessita das articulação de vários segmentos dos trabalhadores e trabalhadoras na defesa de tais propostas.

Concluindo

O debate da Reforma Agrária Popular se insere no contexto de abandono de uma estratégia de Reforma Agrária clássica. Ao mesmo tempo em que há esse abandono, por outro lado se fortalece a concepção da Agricultura Familiar, que representa o desenvolvimento do agronegócio na pequena agricultura. Inclusive, há o debate da concepção de Reforma Agrária. Programa de Reforma Agrária numa mistura de vários elementos que representam elementos do novo com recuperação de alguns elementos do antigo debate.

Consideramos necessário pensarmos que tipo de Reforma Agrária precisamos construir nesse momento histórico? Que tipo de assentamento devemos debater/construir nesse momento? Quais formas de cooperação, organização dos assentamentos e concepção de agroecologia precisamos desenvolver nesse tempo histórico? Que tipo de educação, cultura, lazer a

reforma agrária popular deve produzir? Esse debate devemos retomar para retomar a condução da Reforma Agrária nesse tempo histórico. Nossas posições são acumuladas de acordo com um determinado tempo histórico. As lutas, a história, o processo de formação nos possibilita compreender como se dá determinadas questões na realidade. Por isso a concepção e construção material da reforma agrária popular está sendo gestada dentro das nossas possibilidades reais e de acordo com um acumulo teórico organizativo atual.

Nesse sentido, pensamos que a Universidade (professores aliados e alunos comprometidos com a justiça social) devem ajudar a produzir um pensamento para além do senso comum (muitas vezes alienado e limitado) e fazer uso da ciência como ferramenta de interpretação da realidade no sentido de uma postura de construção de uma práxis política que junte teoria e pratica: conhecimento do real e transformação do mesmo.

O desafio para as Organizações de esquerda que mantém no horizonte a perspectiva da transformação desta realidade, devem combinar a luta direta com as possibilidades que a mesma produz na mudança das consciências. Vale ressaltar que o ensinamento marxiano de que as ideias dominantes de uma determinado modo de produção são as ideias da classe dominante. Cada dia fica mais evidente que a luta deve ser produzida de forma consciente. Não se pode cometer equívocos tais como construir uma vanguarda iluminada distante da situação concreta dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse é um dos elementos que o MST compreendeu nos seus 31 anos de existência. Portanto, a Reforma Agrária Popular e sua implementação concreta será possível com trabalhadores do campo (nos mais distintos setores) e da cidade (independente do chão onde pisam) conscientes de sua tarefa histórica.

Referências

ALVIM, A. M. *Investimentos estrangeiros diretos e suas relações com os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil*: projeto de cooperação técnica "Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural" (PCT IICA/NEAD), Brasília, 2009 (Relatório de Pesquisa).

BATISTA, F. Cresce concentração nas vendas do etanol. *Valor Econômico*, 15 set. 2010. Disponível em: <http://sistemafaeg.com.br/noticias/4973-valor-economico-15092010-quarta-feira>. Acesso em 20 out. 2014.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914 – 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. *Censos Agropecuários 2006*. Brasília, DF. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/>. Acesso em 23 out. 2013.

LÊNIN, V. I. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA ABASTECIMENTO. *Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira*: Principais produtos e mercados. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/estudos/PUBEstudosComExtMAPAP2012.pdf >. Acesso em 21 set. 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Programa Agrário do MST. In: CONGRESSO NACIONAL. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 6. São Paulo, 2013. *Anais...* São Paulo, 2013.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v.50, n. 3.p. 503-524, 2012.

TEIXEIRA, G. O agravamento do quadro de concentração de terras no Brasil? Brasília, 16 jun. 2010. (Mimeo).

Sites consultados

Estadão: http://www.estadao.com.br/noitcia/geral/bunge-pode-se-tornar-a3--maior-dobrasil-em acucar-e-alcool,471016.

Exame: http://www.exame.amil.com.br/negocios/noticias/bunge-adquire-5-usinas-grupo-moema-us-1-5-bi-522279.

O Valor: : http://www.ovalor.com.br/arquivo/847035/

IBG: : www.ibge.gov.br/73.

As Políticas de Educação Básica e Educação do Campo no Brasil

Silvia Aparecida de Souza Fernandes
Bruno Lacerra de Souza

Introdução

Diversas pesquisas têm se realizado em torno do tema Educação do Campo no Brasil. Fernandes (2006) afirma que este é um tema novo, fruto da luta dos movimentos sociais organizados e trabalhadores que buscam a permanência no campo. A I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, é expressão dessa organização. A Resolução CNE/CEB 01/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo também é fruto desse processo. Ao mesmo tempo em que a trajetória de luta e realização de projetos de educação do campo se constitui, a legislação vai se instituindo, por um lado, reconhecendo e certificando a luta social, por outro, modificando as demandas dos movimentos sociais.

Para Bernardo M. Fernandes, o termo campo foi adotado como "[...] sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho." (FERNANDES, 2006, p. 137).

A educação do campo pretende, desse modo, diferenciar-se da educação rural, oferecida no Brasil desde as primeiras décadas do século XX. Isso porque,

> [...] a concepção de educação rural expressa a ideologia governamental do início do século XX e a preocupação com o ensino técnico no meio rural, considerado como lugar de atraso. Já a educação do campo expressa a ideologia e força dos movimentos sociais do campo, na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local sustentável." (SOUZA, 2006, apud SOUZA, 2008, p. 1098).

Neste capítulo resgata-se a trajetória da educação rural e educação do campo no Brasil, com o intuito de discutir essas diferenças e identificar de que modo a educação do campo tem se constituído como experiência de ensino e campo de pesquisa no Brasil.

Na primeira seção apresentaremos a trajetória da educação rural e as manifestações populares que resultaram na instituição do termo educação do campo. Na segunda parte, apresentaremos resultados de pesquisa bibliográfica e análise dos documentos oficiais, realizada sobre o tema. Em seguida, analisaremos algumas experiências de educação do campo no Brasil.

A Educação Rural e Educação do Campo no Brasil

No contexto de transição da república no Brasil, a república velha se encarregou de inserir o país no processo de modernidade do século XX, *"escolarizando"* o povo brasileiro e criando uma alavanca para o progresso; esse movimento tinha como intenção inserir o Brasil na disputa econômica junto às grandes potências da época. Neste contexto *"escolarizar"* significava abrir mão da escolaridade formal que era exclusividade das classes elevadas e leva-la às classes médias e inferiores do meio urbano. Para Leite (1999), essa transição já dava sinais desde antes do final do império quando um número significativo de congregações religiosas instalou escolas de ensino médio nas principais províncias. Apesar das inspirações positivistas da república, não se desenvolveram políticas educacionais destinadas à escolarização rural devido ao maior interesse das elites na formação do operariado e de experiências urbanas.

Para Florestan Fernandes (1973) surge nesse contexto de criação de um novo modelo econômico, a industrialização dependente, que se explica pela condição de não romper política e economicamente a dependência com países desenvolvidos, nem romper o vínculo com a oligarquia rural brasileira, mas criando-se um novo cenário, de subordinação da agricultura à lógica da indústria. Stédile (2005) aponta que alguns estudiosos chamaram esse período de "*projeto nacional desenvolvimentista*" e de "*Era Vargas*", pois a coordenação política foi executada por Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945.

Para a consolidação do processo industrial no Brasil necessitava-se importar máquinas, tecnologia e mão de obra operária o que, segundo Stédile (2005), gerava dividas justificava a consequente dependência, nesse contexto surge também a necessidade de uma indústria para a agricultura que importasse insumos, ferramentas, máquinas, adubos, venenos, criando-se então a agroindústria e consequentemente uma burguesia agrária. A agroindústria dinamizou e criou também um mercado interno incorporando os camponeses à indústria e ao mercado. Nesse contexto os camponeses passaram a fornecer mão de obra barata para as indústrias, passaram pelo processo de êxodo rural e de proletarização, consequência da lógica capitalista que desestimulou os filhos de camponeses a sonharem em se reproduzir socialmente enquanto classe camponesa e se desestimulassem com a sua permanência no campo.

A educação brasileira só deu sinais de preocupação com o rural neste momento, face ao grande movimento migratório dos rurícolas (nos anos de 1910-1920) para as grandes cidades em busca de emprego e está representada pela corrente do Ruralismo Pedagógico que defendia as virtudes do campo e da vida campesina, mascarando a sua maior preocupação, o esvaziamento populacional das áreas rurais e a possível oposição à movimentação progressista urbana (MAIA, 1982). Essa corrente permaneceu até a década de 1930 ainda fortemente ligada às origens coloniais e somente após as transformações mais profundas do modelo agroexportador é que a educação no Brasil deu alguns sinais de mudanças.

Frente as forças liberais da década de 1930 algumas mudanças são incorporadas na sociedade brasileira seguindo os moldes do estado de bem-estar social, onde o estado é o promotor da vida social e organizador da

economia, implementando a noção de direitos e participação da população. Essas mudanças estão fortemente presentes na constituição de 1934 e foram *"incrementadas"* de forma nacionalista no período Vargas, reforçando a consolidação de um processo de industrialização de base, possibilitando o equilíbrio social e sustentando a condução do Estado Novo. Nesse contexto a escolarização ganha nova função, passa a ser suporte para a industrialização, mas não tem olhares voltados para o processo de educação rural, ainda está ligada ao desenvolvimento de sujeitos para o trabalho urbano (capacitação profissional) e sujeitos que permaneçam no campo, ou seja, ainda era de caráter *ruralista pedagógica.* Apesar da pouca atenção para a educação rural nesse período existem dois momentos marcantes, foi criada em 1937 a *Sociedade Brasileira de Educação Rural* que tinha como meta a preservação da cultura, da arte e do folclore rural e em 1942 durante o *VIII Congresso Brasileiro de Educação,* foram reforçadas as tendências ruralistas pedagógicas e as tendências nacionalistas-burguesas do Estado Novo.

Com o fim da II Guerra e do Estado Novo e com surgimento da tendência de redemocratização, solidificou-se ainda mais a influência da política externa norte americana e criou-se no Brasil a *CBAR – Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais* que tinha como programa a implantação de projetos na zona rural brasileira para o desenvolvimento de comunidades camponesas, trazendo através de centros de ensino, conhecimentos técnicos aos camponeses, criando conselhos, clubes e representações camponesas. Esse tipo de ação tinha por finalidade organizar o campesinato brasileiro de acordo com os padrões norte-americanos - nesse caso o padrão Farmer - no qual os camponeses passariam a produzir em grandes propriedades voltadas para a exportação. O governo brasileiro possuía fortes alianças com os Estados Unidos, emblematicamente representadas pela *Inter American Foundation Inc.* que propunha a criação de missões rurais, que segundo Ammann (1991) funcionavam como missões que realizavam o adestramento de brasileiros naquele país e pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) a qual se transformou em EMATER após alguns anos, famosa pelos programas de extensão rural.

Observamos que a criação do novo modelo econômico brasileiro ocorreu necessariamente segundo as coordenações políticas e influencias intelectuais do modelo norte-americano, ligadas ao ideal de bem-estar so-

cial e desenvolvimento assegurados pelo Estado, com o propósito de ensinar a "ajudar" as famílias camponesas a "ajudarem" a si mesmas usando tecnologia para conseguir uma maior produtividade e atingirem os padrões de bem-estar, incorporando consequentemente o modelo liberal no Brasil. A extensão rural tinha como princípio o combate à carência, às doenças, à subnutrição e à ignorância dos classificados como desprovidos de valores, trabalho e de integração à sociedade, assistindo e protegendo a população rural. Ampliar e melhorar as condições de vida do campo é uma questão política e ideológica na medida em que ela silencia as possíveis forças camponesas revolucionárias que nesse contexto poderiam se rebelar frente ao imperialismo no Brasil.

A partir dos anos 1950 crescem no Brasil as atividades educacionais voltadas para a população rural, temos a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural (SSR) que continuam seguindo o modelo extensionista visando construir um desenvolvimento comunitário no campo e desconsiderando as contradições naturais dos grupos campesinos. Para Leite (1999) apesar dos esforços dessas organizações para manter o homem no campo, intensificaram-se os fluxos migratórios para as grandes cidades nos anos subsequentes. Com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos anos 1960, reforçou-se ainda mais as contradições da educação no Brasil, para Freitag (1980) apesar da lei possuir elementos populistas ela não deixava seu caráter elitista de lado e explicitava claramente a relação de dependência e subordinação em relação aos países dominantes que vinha acontecendo desde a colônia. Ao mesmo tempo em que a LDB consolidava a perspectiva liberal no Brasil, os movimentos populares, sustentados pelas ligas camponeses e pelos movimentos sindicais passaram a reivindicar a superação das contradições sociais, culturais e escolares. Essas reivindicações são importantes pois são parte das lutas pela reforma agrária e pela educação de base ligadas a movimentos populares que se organizavam e se solidificavam enquanto grupos que lutavam por seus interesses. Em todos os momentos em que surgia na sociedade brasileira uma nova força resistente no campo ou na cidade, em contraposição, era criado e executado mais um programa norte americano; nesse momento criou-se a *Aliança para o Progresso* que tinha como objetivo reajustar a estrutura econômica da américa latina através

de um programa assistencial que não modificava nem um pouco a relação de dependência em relação aos Estados Unidos. O programa servia como ferramenta de controle para que o presidente norte americano em exercício John F. Kennedy, conseguisse manter o nível de bem-estar social no país e diminuísse as possíveis contradições sociais que impulsionavam as ideologias comunistas. Nesse momento criou-se as superintendências para o desenvolvimento do Nordeste e do Sul, SUDENE, SUDESUL, INBRA, INDA e o INCRA e outros subprogramas que estavam preocupados com o desenvolvimento territorial das áreas agrícolas, trabalhando questões políticas (como a educação e a organização de camponeses) e questões econômicas (como o aumento da produção) que fundamentalmente serviam para controlar os movimentos migratórios e as rebeliões camponesas.

A partir dos anos 1960 consolida-se então no Brasil uma agricultura capitalista moderna e um setor camponês completamente subordinado aos interesses do capital industrial. Esse período é marcado pelo caráter monopolista ou imperialista do capital, no qual se desenvolveu de forma abrangente a tecnologia e a ciência, construindo novos polos de concentração de renda e conhecimento, grandes indústrias ligadas a grandes centros de estudo e pesquisa. Com a formação de grandes conglomerados financeiros e industriais, aumentou-se ainda mais a dependência dos países pobres através da dívida externa e o endividamento gerado pela lógica da industrialização dependente, como mencionado acima, para Florestan Fernandes (1973), a implantação de uma política neocolonial.

Nos anos subsequentes no Brasil temos a entrada do governo militar que solidificou ainda mais a dependência e a aproximação brasileira ao fundo monetário internacional, temos a agravação das ondas de migração e o desenvolvimento do milagre econômico, fatores que coordenaram as ações voltadas para a construção do rural neste momento. A extensão rural consolidou a sua ideologia e substituiu os professores do ensino formal no campo, pelo técnico e pelo extensionista - subsidiados pela organização norte americana Inter-American Foundation; esse cenário, tanto no campo quanto na cidade, demonstra a preocupação com a educação de sujeitos para minimamente operarem máquinas e executarem tarefas técnicas para se inserirem no mercado de trabalho, retirando o conteúdo de reflexão crítica e uma pedagogia na qual poderiam se criar sujeitos para construir

e modificar a sua sociedade. Podemos dizer então que a nova estruturação curricular partiu das mesmas premissas tanto para o campo quanto para a cidade, buscando educar os sujeitos para o trabalho capitalista. A lei 5.692 elaborada pelos governos militares, conferia poderes municipais para cuidar das escolas rurais e acentuava a profissionalização pelo ensino, ou seja, considerava a formação de um exército de reserva para o processo produtivo cada vez mais sofisticado e elaborado.

Os movimentos sociais percebendo os problemas da educação no Brasil buscaram outras formas de educação, utilizando-se da metodologia de Paulo Freire o Movimento de Educação de Base (MEB) popularizou a alfabetização de diversos sujeitos nas comunidades rurais utilizando seu próprio repertório cultural e simbólico. Essa metodologia possuía também um forte caráter combatente, conscientizando os sujeitos das pressões advindas do capitalismo exploratório.

Para a manutenção de um estado de bem-estar social o estado brasileiro continuou criando programas para vincular capital, trabalho e educação. O Programa nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o meio rural (Pronasec) instituído pelo governo militar trabalhava com a participação da comunidade, com a ampliação das oportunidades de renda, de suas manifestações culturais e visava a inclusão dessas pessoas na previdência social e no ensino formal. Porém, na prática, o programa não se preocupava com a formação urbana dos professores que lecionavam no campo, não se preocupava com a inadequação do material didático e com as precárias instalações da escola no campo. O programa nada mais foi do que um agravante da precarização das relações entre trabalho e educação. Nesse momento a política educacional teve seu discurso mudado, vinculado a participação e à redistribuição de renda, elementos chaves na tentativa do Estado garantir a sua legitimidade, mas que foram inúteis, já que não foram cumpridas em decorrência do quadro de crise que impulsionava cada vez mais o governo. Em 1975 o ensino sofreu uma municipalização, ou seja, os encargos educacionais do 1º grau como previa a lei 5692/71 foram transferidos aos municípios, com a justificativa de que somente o governo municipal tinha condições de identificar as necessidades de sua população, e assim transpor a educação tradicional e criasse uma que equalizasse as oportunidades, promo-

vesse a ascensão social e proporcionasse um planejamento participativo que permitisse o desenvolvimento de suas ações.

O governo militar para manter sua hegemonia perante a sociedade brasileira, criou políticas de redistribuição de renda e de participação da população na formulação de uma sociedade democrática com acesso livre a oportunidades, isso ocorreu pela necessidade de legitimidade por parte do Estado frente às manifestações das elites contra a ditadura. A educação, neste quadro, foi colocada pelo governo como a "salvadora da pátria" aquela que teria o poder de modificar a vida social brasileira, já que era vista como a propulsora de ascensão social, mas que era enfatizada que dependia da força de vontade de cada indivíduo. Sobre a educação durante o regime militar é claro, segundo Leite (1999), que o sistema escolar controlado pela ideologia de caserna limitou-se aos ensinamentos mínimos e necessários para a garantia do modelo capitalista-dependente e dos elementos básicos de segurança nacional.

No período subsequente, com o término do regime militar, são importantes as mudanças trazidas pela LDB de 1996 para a educação, que em partes, descolou o ensino rural do ensino urbano, tornando o calendário escolar rural mais adequado às peculiaridades locais, climáticas, econômicas, respeitando o sistema de ensino sem reduzir o número de horas previsto nessa lei e favorecendo a escolaridade rural com base no tempo do plantio/colheita com as dimensões sócio culturais do campo. Para Leite (1999) essa nova concepção difere consubstancialmente do modelo militar pela sua consciência ecológica, pelo seu interesse na preservação dos valores culturais e da práxis rural juntamente à ação política dos rurícolas. Para o autor, apesar da legitimação através da lei de novos parâmetros para a educação rural, ainda existem diversos problemas na escola rural até os dias de hoje, problemas que surgiram e que permanecem desde o início do modelo urbano/industrial de educação, dentre esses fatores estão as condições estruturais da escola no campo, a formação urbana dos professores que não estão preparados para lidar com outras práticas culturais e temporais, as distâncias percorridas pelos alunos para se locomoverem até as escolas, a não participação dos rurícolas na elaboração do currículo das escolas – o que consequentemente gera um currículo inadequado e inadaptado para essas realidades e a ausência de recursos financeiros para a escola rural.

As Pesquisas em Educação do Campo

As publicações recentes sobre o tema educação do campo no Brasil contemplam relatos de experiência e de pesquisa divulgados em eventos, livros e periódicos científicos. Para a redação deste texto, analisamos livros, documentos e artigos científicos publicados em periódicos da base de dados Scielo, tendo como palavra de busca o termo "educação do campo". Esta seção apresenta os principais resultados encontrados na pesquisa bibliográfica realizada.

No que se refere às publicações em livros, nos pautamos em Molina (2006, 2011); Dal Ri e Vieitez (2008); Caldart (2012); Bezerra Neto, Bezerra e Leite Neto (2014); Caldart e Alentejano (2014), entre outros. Como algumas das publicações em livros se referem a coletâneas, foi possível na pesquisa realizada identificar várias experiências de educação do campo e de pesquisas em realização, ampliando o universo de autores aqui abordados.

Os documentos analisados são a Resolução CNE/CEB 01/2002, que define as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo e a Resolução CNE/CEB 02/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Na pesquisa de revisão bibliográfica realizada em periódicos científicos, na base de dados Scielo Brasil, identificamos artigos em periódicos das áreas de educação e Geografia.

Dois artigos referem-se a divulgação de resultados de pesquisa bibliográfica em que a autora realizou levantamento de teses e dissertações no banco de teses da Capes, bibliotecas digitais de universidades que possuem Programas de Pós-Graduação em Educação, consulta a alguns coordenadores dos programas de Pós-Graduação em Educação, consulta à lista de referências bibliográficas das teses e dissertações identificadas na primeira busca. A pesquisa bibliográfica identificou 170 trabalhos, dos quais 110 foram analisados por Souza (2007, 2008). A autora analisa os fatores que contribuíram para o aumento de pesquisas sobre a temática educação e/no MST e educação do campo. Tendo em vista a relevância da pesquisa

como síntese de produção já realizada sobre o tema, trazemos aqui as ideias sínteses da pesquisadora.

Na concepção de Souza (2008) um desses fatores foi a inserção da educação do campo na agenda política do país. Segundo ela a elaboração dessa agenda ocorre a partir dos seguintes eventos: a) criação do Setor de Educação no MST (1987); b)o trabalho desenvolvido por organizações sociais como a Associação de Estudos, Orientação e assistência Rural (ASSESOAR), que desenvolvem projetos alternativos para escolas do campo, com sustentação teórica na obra de Paulo Freire e as Casas Familiares Rurais, que propõem atendimento às necessidades escolares dos filhos de agricultores a partir de um projeto pedagógico com base na *Pedagogia da Alternância* (caracterizada por um projeto pedagógico que reúne atividades escolares e outras planejadas para desenvolvimento na propriedade de origem do aluno); c) realização do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (1997) e I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo (1998); d) Lançamento do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998; e) aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001); f) realização de seminários estaduais de educação do campo – por exemplo Paraná(2003), g) criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2004, vinculada ao MEC, com uma coordenação de educação do campo e um Grupo Permanente de Trabalho sobre educação do Campo, que elaborou o documento "Referências para uma política nacional de educação do campo"; h) realização da II Conferência por uma Educação Básica do Campo (2004). (SOUZA, 2008, p. 1093-1099)

Nessa agenda política,

> a educação do campo se fortalece por meio de uma rede social, composta pelos sujeitos coletivos que trabalham com a educação do campo e que dela se aproximam. Nessa rede encontramos ONGs, universidades, secretarias estaduais e municipais de Educação, movimento sindical, movimentos e organizações sociais, centros familiares de Formação de Alternância. Ainda que o MST seja o sujeito forte na rede social, como já foi dito, ele irradia o debate da educação do campo e atrai os sujeitos que com ela trabalham, fortalecendo assim a sua própria atuação política na organização de uma proposta pedagógica que valoriza a "cultura camponesa" e que questiona as relações de classe que marcam, particularmente, a realidade do campo brasileiro. (SOUZA, 2008, p. 1098).

Em relação às pesquisas realizadas sobre o tema, a autora agrupou as dissertações e teses analisadas em 8 eixos, a partir dos seus objetos de pesquisa.

1. *Organização do trabalho pedagógico e projeto político pedagógico* – são pesquisas que se dedicam a compreender o processo pedagógico na escola, o planejamento do ensino, o processo de avaliação da aprendizagem, enfim, o trabalho do professor e do gestor escolar. Dedicam-se à análise do projeto políticopedagógico e das propostas pedagógicas elaboradas pelo MST, em sua relação com o trabalho pedagógico nas escolas rurais.
2. *Formação de professores* – são pesquisas que enfatizam o curso de magistério oferecido pelo Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra); outras que se dedicam a compreender o curso pedagogia da terra e da via campesina; aquelas que buscam compreender parcerias entre governo, movimentos sociais e universidades e as ações voltadas para a formação do professor.
3. *Prática educativa e temáticas relacionadas ao PRONERA*. Existem duas dimensões analisadas nas pesquisas: uma diz respeito à prática educativa em sala de aula, seja nas escolas localizadas nos assentamentos e acampamentos, seja nos cursos de formação de professores. Estudos sobre prática educativa e educação de jovens e adultos, no contexto do PRONERA, têm sido frequentes. A outra dimensão diz respeito ao movimento social como processo educativo. São estudos que analisam o discurso do movimento social e sua prática política.
4. *Papel da escola e da educação na reforma agrária* – são estudos que focalizam a pedagogia da alternância, a educação escolar, a aprendizagem social, enfim, o papel da escola no MST.
5. *Consciência política* – existem estudos que focalizam os trabalhadores jovens e adultos na busca de compreender o que eles apreendem no processo de luta, que consciência surge da experiência no movimento social.
6. *Identidade* – reúne estudos que analisam a trajetória das lideranças e sua identificação com o movimento social e outros que buscam compreendera identidade política entre os jovens assentados.

7. *Trabalho e educação* – são estudos que, ao discutir formas de produção nos assentamentos,dão ênfase à aprendizagem gerada na prática coletiva, no âmbito da atividade produtiva. Demonstra o quanto as experiências nas diversas formas de produzir no assentamento são educativas.
8. *Educação do campo como política pública* – são estudos atuais que se dedicam a compreender a inserção da educação do campo na agenda política e que focalizam experiências – parcerias – em desenvolvimento no país desde o final dos anos de 1990. (SOUZA, 2007, p. 449)

A Educação do Campo na Legislação Educacional Brasileira

No capítulo II, o artigo 14 das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio traz as formas de oferta e organização do ensino médio e indica que esta etapa final da Educação Básica deve "assegurar sua função formativa para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos", o Inciso I afirma que

> o Ensino Médio pode organizar-se em tempos escolares no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (BRASIL, 2012).

Entende-se deste modo, que a Pedagogia da Alternância se encontra contemplada na legislação federal. Se contemplada em termos legais, por que são poucas as experiências que a realizam? Quais fatores levam os governos estaduais e municipais a não oferecerem vagas neste modelo de organização e em escolas do campo? Sabe-se que as vagas para o ensino médio no Brasil são oferecidas majoritariamente pelos sistemas estaduais de ensino e sistema federal. Poucos são os municípios responsáveis pela oferta desta etapa da escolarização básica.

Na concepção de Caldart (2012, p. 215) devemos ocupar a escola no sentido de "[...] produzir a consciência da necessidade de aprender, ou de saber mais do que já se sabe". Neste sentido, cabe discutir sobre como os sem terra já assentados produzem o conhecimento em experiências ino-

vadoras de Educação do Campo. Alguns desses assentamentos já contam com pesquisas sobre a formação cultural dos jovens (FIRMIANO, 2009) e experiências em Pedagogia da Terra. Cabe investigar como estas experiências se realizam e refletir sobre o currículo oferecido na educação básica

Uma das políticas que tem impulsionado a educação do campo por meio da ação dos sujeitos coletivos é o PRONERA. Por meio do PRONERA, mais de 400 mil trabalhadores da área rural começaram ou deram continuidade aos estudos. A parceria do com o MST, e outras entidades, permitiu ampliar o acesso à educação. Esse Programa funciona por meio de parcerias com instituições de ensino e com sistemas de ensino que são as secretarias estaduais e municipais de educação. No início, o INCRA buscou algumas universidades para iniciar a expansão da escolaridade para os assentados da Reforma Agrária. O INCRA faz convênios ou termos de cooperação com essas instituições, além de financiar o pagamento de professores, dos coordenadores do curso, material didático pedagógico e hospedagem, alimentação e transporte para viajar para a universidade durante o período de estudo. São cursos formais que têm certificação reconhecida. Calcula-se que 400 a 450 mil jovens e adultos foram beneficiados pelo PRONERA. Ao longo de 15 anos de existência é possível contabilizar 70 instituições de ensino parceiras do PRONERA e a adesão de praticamente todas as universidades federais.

O PRONERA objetiva permitir que os assentados continuem em suas terras se estabelecendo por direito e também com a possibilidade de fazer daquela terra uma melhor qualidade de trabalho, sem sair do campo. A atividade de um Programa como esse ajudaria a superar a ideia de que povo do campo não pode ir além de pegar no cabo da enxada. O objetivo do PRONERA é formar profissionais para ajudar no desenvolvimento dos assentamentos. É uma iniciativa importante, pois traz uma oportunidade de ter a identidade rural valorizada e construída dentro do campo, promovendo melhorias na própria comunidade.

É grande a preocupação do MST em ter professores preparados para contribuírem com o "acompanhamento político e organizativo, e acompanhamento pedagógico para garantir que as escolas não percam o vínculo com o Movimento e realizem um projeto educativo coerente com a realidade dos Sem Terra e com os valores construídos em sua organização."

(MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2001, p. 5). Tendo em vista que o Movimento entende que a ação faz parte da dimensão educativa, o MST forma seus professores por meio da coletividade e da auto-organização, além de considerarem a importância de cultivar em si e nos educandos a "sensibilidade humana, os valores humanos" (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA 1999, p. 11). Para ser educador(a) em uma escola do MST é preciso ser

> [...] conhecedora da realidade do campo e sensível aos seus problemas; a favor da reforma agrária, lutadora do povo e amiga ou militante do MST. É preciso se desafiar a compreender a história do MST e a conhecer as marcas deste Movimento, que é político e pedagógico ao mesmo tempo. Isto implica em procurar entender a cada dia os traços do MST que em seu movimento constrói a sua identidade: o ser Sem Terra. Isto exige: sensibilidade humana e abertura para reeducar nas relações os seus valores; disposição de participar de um processo construído coletivamente pelas educadoras nele inseridas, com a participação ativa dos educandos e de toda a comunidade; capacidade de trabalho cooperado, de ser um coletivo educador; romper com a visão de repasse de conteúdos a se desafiar a trabalhar saberes e a tratar pedagogicamente a luta, o trabalho, a vida como um todo. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999, p. 16-17).

Visando a formação de professores, o MST sugere que "Todas as educadoras precisam de uma formação diferenciada e permanente em vista de compreender seu papel no processo educativo, por isto devem participar pelo menos do coletivo das educadoras." (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999, p. 17). Esta participação nestes coletivos seria impraticável para professores urbanos e sem vínculo com o Movimento, pois devido aos seus contratos com o Estado, eles não seriam liberados para exercer tal atividade.

Pesquisas já concluídas (CAMACHO, 2014, RODRIGUES, 2007) ou com resultados parciais apresentados em eventos e periódicos tem se debruçado na análise de cursos realizados por meio do PRONERA, que desde que foi instituído em 1998, possibilitou a escolarização de mais de 400 mil trabalhadores da área rural. Esse programa, como já apresentado na primeira parte deste texto, foi elaborado a partir das demandas dos movimentos sociais, inserido na agenda política do governo federal desde

então, é uma conquista dos movimentos aos instituir uma política de educação específica, que possibilita a formação na educação básica e ensino de graduação.

Camacho (2014) ressalta a importância da gestão do PRONERA no modelo tripartite, em que é possível identificar claramente as ações governamentais. Podemos afirmar que esse modelo, que considera a possibilidade de democratização e inserção dos movimentos sociais nas diretrizes das políticas educativas, é um dos grandes avanços na ligislação educacional na educação do campo

Considerações finais

A partir da reflexão levantada entendemos que o surgimento da escola no Brasil está estritamente ligado ao modo pelo qual o capitalismo se desenvolveu em nosso território, tendo a escola o papel de criadora de mão de obra operária em favor do crescimento econômico e como elemento disciplinador dos cidadãos frente aos movimentos revolucionários que surgiam por todo o mundo. A relação da escola com os povos do campo também acompanhou os moldes internacionais, priorizando primeiramente a educação das cidades, pois acreditava-se que o desenvolvimento industrial era mais vantajoso economicamente, somente depois dos movimentos de êxodo rural é que o Estado passou a discutir as questões educacionais do campo.

Observamos também na história da educação do campo, que o Estado sempre executou e priorizou políticas educacionais que seguiam os desejos do capital internacional e das classes burguesas brasileiras, o Estado foi e ainda é o principal agente facilitador de financiamento para o agronegócio e serve de alavanca para as determinações do capital financeiro, ele nada mais é do que nas palavras de Marx (1848) um *"comitê para gerir os negócios da burguesia"*. Embora o Estado, afirme sua neutralidade num contexto marcado por interesses de classe antagônicos, ele na verdade atende aos processos de acumulação e legitimação do capital, marginalizando os interesses da maioria trabalhadora.

Um cenário de mudanças é percebido nos anos 2000, quando a educação do campo reconhecida como modalidade de ensino pela legislação

educacional e são elaboradas diretrizes específicas para a educação do campo. Associado a esse marco legal está a definição de programas e políticas públicas específicas de financiamento da educação do campo e reconhecimento de algumas das reivindicações dos movimentos sociais, como por exemplo, a alternância como princípio organizativo da escola do campo.

Apesar desses avanços legais e institucionais, mesmo com a Pedagogia da Alternância, contemplada na legislação federal, são poucas as experiências que a realizam, sendo restritas às parcerias entre movimentos sociais e Universidades, o que reafirma o protagonismo dos movimentos sociais neste processo.

Referências

AMMANN, S. B. *Participação social*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Moraes, 1978.

_____. *Movimento popular de bairro*: de frente para o estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

BELTRAME, S. A. B. Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa. *Educação e Pesquisa,* v. 28, n.2, p. 129-145, 2002.

BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. S.; LEITE NETO, J. (Org.). *Na luta pela terra a conquista do conhecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17417&Itemid=866>. Acesso em: 22 set. 2014.

CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem terra*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____.; ALENTEJANO, P. (Org.). *MST:* universidade e pesquisa. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone; Fapesp, 2008.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (Org.). *Educação do campo e pesquisa*: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006, p. 27-39.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de janeiro: Zahar, 1973.

FIRMIANO, F. D. *A formação cultural dos jovens do MST*: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP). São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade.* 6. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

LEITE, S. C. *Escola rural*: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAIA, E. M. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos. *Em Aberto*, Brasília: INEP, v. 1, n. 9, p. 27-33, 1982.

MOLINA, M. C. O caminho aberto pelas experiências piloto: limites e possibilidades das licenciaturas em educação do campo. In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. S. *Licenciaturas em educação do campo*: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UNB; UFBA; EFS). Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 343-356.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Caderno de Educação*: Como fazemos a escola de educação fundamental, Porto Alegre, n. 9, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Boletim da Educação*: Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas, Porto Alegre, n. 8, jun., 2001.

SOUZA, M. A. A pesquisa sobre educação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) nos programas de pós-graduação em educação. *Revista Brasileira de Educação,* São Paulo, v. 12 n. 36, p. 443-548 set./dez. 2007.

_____. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

STEDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil*: o debate tradicional 1500-1960. São Paulo: ExpressãoPpopular, 2005.

Educação do Campo e os Desafios das Lutas de Classes no Campo

Delwek Matheus

Introdução

O objetivo deste texto consiste em fazer uma reflexão sobre a educação do campo enquanto política pública e enfatizar a importância dessa modalidade de educação na condição de conquista da luta dos trabalhadores. A educação sempre esteve presente na história de lutas da classe trabalhadora brasileira, não sendo diferente com a educação no meio rural. As raras possibilidades emergiram e se constituíram nos processos de construção contraditória da sociedade capitalista, buscando como perspectiva o fortalecimento da identidade de classes na correlação de forças com o objetivo de alcançar mudanças na estrutura de sociedade, que sempre se manteve sob o domínio das elites. "A realidade que deu origem a este movimento por uma educação do campo é de violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturais urgentes." (CALDART, 2002, p. 20). Em relação aos camponeses não foi diferente, as mudanças ocorridas foram possibilitadas mediante iniciativa dos trabalhadores camponeses, principalmente nos momentos de enfrentamento com o anseio de provocar transformação estrutural no meio rural brasileiro.

As lutas no campo, sintetizadas com a bandeira da reforma agrária, significam a demanda de um conjunto de realizações de interesses econômicos e sociais da classe trabalhadora, sujeitos que resistem em defesa de sua identidade camponesa. "São sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo." (CALDART, 2002, p. 20), sujeitos que fazem a luta em busca do direito ao conhecimento, com o objetivo de efetivar no campo um desenvolvimento mais equilibrado, com distribuição da riqueza e com justiça social, bem como buscam a ampliação da democracia, consequentemente superar a condição de marginalidade em que vive a população do campo e romper com o autoritarismo antidemocrático, marca do sistema socioeconômico excludente exercido pelo poder político dos grandes proprietários de terras.

Passos e Descompassos da Educação no Campo

Na agenda socioeconômica que permaneceu por vários séculos na sociedade brasileira enraizada no poderio do latifúndio, materializado no modelo de desenvolvimento denominado agroexportador, embora com a maioria da população residente no campo, não estava colocada a necessidade educacional enquanto direito universal. A rudimentar forma de produção agrícola dependia essencialmente da exploração humana enquanto força de trabalho e o dispêndio brutal esforço físico, "[...] para as elites dominantes, a educação para os camponeses não tinha importância alguma, fundamentalmente porque esses lidavam com técnicas rudimentares." (BOGO, 2013, p. 92), de forma que as classes dominantes brasileiras, especialmente as que viviam no campo, sempre demonstraram desconhecer a importância da escolarização para a classe trabalhadora, com isso "[...] a educação rural situa-se no contexto de dependência às idéias trazidas da Europa, de onde procediam os colonizadores," (LOUZADA, 2008) e a possibilidade de acesso ao sistema de ensino educacional era um privilégio de um setor reduzido da população. No que se refere ao meio rural, a escolarização sempre se manteve como uma ação descontínua e desordenada.

> O campo educacional moveu-se como prática constituída e constituinte destes projetos societários. Até os anos de 1930 dominam as forças

> da república velha, cujo poder centra-se em oligarquias agrárias em que a educação era privilégio de poucos. As classes populares são relegadas ao analfabetismo ou, para alguns poucos, o ensino primário. (FRIGOTTO, 2013, p. 227).

Somente no início do século XX surge um despertar para a necessidade de escolarização da população no meio rural, devido à disputa de hegemonia entre a manutenção do modelo agroexportador e a incipiente transição do modelo de desenvolvimento para uma economia industrial-urbana, "[...] ao longo da década de 1920 abre-se, no plano contraditório das lutas burguesas industrial emergente e da burguesia agrária, um espaço favorável para a ampliação do acesso à escola publica. (FRIGOTTO, 2003, p. 228). Fruto dessa contradição na correlação de forças houve alterações na política educacional para atender a população do campo:

> [...] dado o comportamento dessas elites com a visão urbano-industrial que se cristalizou no país nas primeiras décadas do século, a concentração dos esforços políticos e administrativo ficou vinculada às expectativas metropolitanas, de modo que a sociedade brasileira somente despertou para educação rural por ocasião do forte movimento migratório intenso dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde só iniciava um processo de industrialização mais amplo. (LEITE, 1999, p 28.)

Em virtude dessa contradição surgem as ideias que embasaram o chamado "Ruralismo Pedagógico", conforme Leite (1999), a educação deveria atender a uma vocação agrária e ajustar os trabalhadores rurais aos interesses da classe patronal rural latifundiária consequentemente afastar a possibilidade de uma instabilidade social com a migração campo-cidade. Dessa forma justifica-se a preocupação do setor colonialista em manter inalteradas as relações sociais de produção sob o domínio da oligarquia rural. Frente ao processo de industrialização a educação para as populações rurais passa a ser pensada com o objetivo de conter o movimento migratório e elevar a produtividade, mantendo a população no campo condicionada a uma compreensão utilitarista da produção agrícola e do capital. "Ao mesmo tempo, ideologicamente, o ruralismo esteve vinculado a outras fontes sociopolíticas e culturais da época (o movimento nacionalista e mo-

vimento católico do inicio do século) [...]" (LEITE, 1999, p. 29), com isso valorizando a concepção de uma tendência de desenvolvimento sustentado em bases econômicas com uma visão de um Brasil agropecuário.

> Neste período, o Ministério da Agricultura do governo Vargas patrocina vários projetos destinados à capacitação da população rural, dentre os quais se destacam: as colônias agrícolas de núcleos coloniais para incentivar e fomentar o cooperativismo e créditos agrícolas (1934), os cursos de aprendizado agrícola, com o objetivo de formar capatazes rurais (1934) e os cursos de adaptação e qualificação profissional do trabalhador rural. (LOUZADA, 2008).

As contradições que limitavam o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas no campo - uma nova fase e projetada com o processo de transferência da matriz econômica que até então se mantinha predominante o modelo agroexportador, conhecido como "Plantation", caracterizado pela forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas continua, praticando a monocultura para exportação - com o deslocamento da prioridade para o setor industrial promoveu uma nova dinâmica produtiva atrelada aos interesses das elites, exigindo do Estado brasileiro uma responsabilidade forçando a lançar mão de políticas capazes de garantir a inserção da população ao sistema de economia mercantilizada, isto necessitava que a população tivesse um mínimo de escolarização.

> Nesta perspectiva, ocorrem os primeiros programas de escolarização, sob a responsabilidade do poder público, com o intuito de reverter o quadro de analfabetismo, fixar o homem no campo, atender às exigências de qualificação da força de trabalho e adequar a classe trabalhadora rural a ordem capitalista de produção industrial [...] (LOUZADA, 2008).

Este período de transição que coincide com as primeiras décadas do século XX teve um processo de reajustamento na economia brasileira que significou uma desagregação da economia até aquele momento, devido às mudanças ocorridas com a possibilidade de expansão do comércio exterior, e com a consequente queda da capacidade para a importação veio afetar diretamente o setor rural de forma que a nova dinâmica da economia passou a ser constituída, a partir do estabelecimento de uma base indus-

trial, com expectativa da organização de mercado interno com o consumo de mercadorias. Neste contexto,

> [...] a escolarização urbana passou a fazer parte desse ideário como suporte para a industrialização, e, a priori, o processo escolar rural permaneceu inalterado [...] o Estado Novo de certa forma mantiveram a tradição escolar brasileira, garantindo a obrigatoriedade e a gratuidade da escolaridade, porém, dando ênfase ao trabalho manual nas escolas primárias e secundárias e ao desenvolvimento de uma política educacional voltada para o ensino vocacional urbano, destinado especialmente às classes populares. (LEITE, 1999, p. 30).

Com isso, podemos verificar que um novo período marca a história econômica do Brasil e as saídas para a crise, principalmente no complexo rural, resultou em novas iniciativas, isto é, uma aliança entre as elites políticas, a incipiente burguesia industrial e a oligarquia rural. Isso possibilitou mudanças na economia como um todo, sendo que no campo gestou um novo modelo de produção capitalista baseado na indústria e na agricultura. Formava-se uma nova burguesia com características urbanas. Na educação é reforçado o seu papel ideológico, tendo em vista o momento transitório que possibilitava movimentações populares mais consequentes, debate reforçado por ocasião de realização do VIII Congresso Brasileiro de Educação, em 1942. Apesar da falta de políticas para o meio rural e a falta de perspectivas de solução para a degradação social, devido ao elevado número de analfabetos residentes na zona rural e o crescente movimento migratório, levando a reduzir a mão de obra na produção agrícola,

> [...] esse Congresso de Educação apenas preconizou que, se a antiga oligarquia já não mais existia, no momento, nova oligarquia estava no poder, tão conservadora quanto a anterior, porém referindo-se obviamente à burguesia em ascensão. Indiretamente, em termos de educação, esse congresso foi porta-voz dessa "nova oligarquia". (LEITE, 1999, p. 31.).

Diante do questionamento social desencadeado nesse período e com a tentativa de consolidar um novo padrão de desenvolvimento ainda mais subordinado ao capital externo, as novas perspectivas educacionais buscam objetivos bem definidos ideologicamente e as proposições suge-

rem nesta direção "[...] a qual ficou determinada como fator de Segurança Nacional, como exigência de desenvolvimento comunitário-social e co-responsável pelo progresso de expansão e desenvolvimento econômico do País". (Leite, 1999, p. 32). Amparados por estes princípios se efetiva a organização de inúmeras instituições, iniciando um conjunto de programas direcionados para a zona rural, com o objetivo de promover o desenvolvimento social das comunidades campesinas, contudo, voltado para atender às necessidades da estabilidade econômica e política. Neste sentido,

> Conforme destaca ainda Calazans (1993), na década de 1940 surgiram programas voltados para educação rural coordenados pelo Ministério da Agricultura sob o patrocínio de programas norte-americanos, que juntos constituíram a Comissão Brasileiro-Americanos de Educação das populações rurais (CNER). Em 1947 iniciou-se a primeira Campanha de Educação de Adultos. Na década de 1959 surge a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR), com o intuito de preparar técnicos para atender as necessidades da educação de base. (BOGO, 2013, p. 92).

É importante salientar que nesse período de aproximadamente meio século, 1900/50, com a tentativa de efetivar a transição do modelo de desenvolvimento, abriu-se um período de efervescentes debates na sociedade, principalmente em relação às demandas sociais, no contexto da educação como "tentativa de superação do descompasso das relações culturais, escolares e sociais para as classes menos favorecidas do campo. O estadismo informal da educação rural possibilitou, indiretamente, a criação do espaço necessário para o aparecimento de movimentos populares, como os Centros Populares de Cultura (CPC) e, mais tarde, o Movimento Educacional de Base (MEB), (LEITE, 1999, p. 40). São iniciativas ligadas aos movimentos contra-hegemônicos sustentados pelas organizações comprometidas ideologicamente com a classe trabalhadora. Esse movimento gerou intensa mobilização social, contudo não suficiente para projetar as mudanças necessárias na estrutura educacional do país. Frente a essas perspectivas, as elites também se mobilizam diante do quadro de instabilidade social e política, quando as reivindicações dos trabalhadores assume a dimensão de lutas de classe, exigindo mudanças estruturais, principalmente

no campo, como a reforma agrária e educação de base e universal para população no meio rural, eventos que justificaram a tendência conservadora.

A ação educativa para o meio rural foi reafirmada, com interesses ideológicos mais acentuados de manutenção do *status quo*, a educação é um meio para a superação das deficiências do sistema, cabendo ao Estado à responsabilidade de tomar iniciativas. Neste sentido, é criada uma série de programas e campanhas voltadas para a população campesina. A educação rural é impulsionada por diretrizes voltadas para garantir a modernização do campo, direcionada para a internacionalização da economia e aos interesses monopolistas,

> [...] Consequentemente surgem, nas décadas de 1940 e 1950, diferentes programas oficiais de educação e extensão rural que pretendem atingir as bases populares para atender às necessidades culturais, produtivas e industriais do país". (LOUZADA, 2008).

Ente elas, a parceria que revela o caráter de submissão aos interesses da política externa, "aliança para o Progresso", uma parceria com o governo Americano, que teve como finalidade promover, por meio do assistencialismo, o atendimento às populações rurais, caracterizando de maneira formal o sentido ideológico dessas políticas. Desse modo percebe-se a orientação dos organismos internacionais nas políticas educacionais no meio rural brasileiro.

Podemos constatar um período de grandes enfrentamentos de ideias no debate sobre o papel da educação. De um lado dirigentes políticos e das instituições públicas reforçando a proliferação de programas para o meio rural na perspectiva integradora ao desenvolvimento e expansão do capital, de outro, um forte movimento conduzido pelas forças sociais sob a perspectiva da classe trabalhadora, motivado pela grande desigualdade social, principalmente no interior do país, mobilização constituída de propostas objetivas, que demandavam uma educação diferenciada das políticas oficiais por entender a educação como um processo educativo e cultural importante para conceber um projeto de transformação social. Apesar do questionamento da população a situação é agravada devido ao baixo grau de desenvolvimento econômico e crescimento das desigualdades sociais, seguida pela crise no meio rural, emerge uma inquietação polí-

tica na sociedade. As elites, diante de uma possível instabilidade, projetam novas mudanças. No entanto as mudanças que ocorreram neste período não foram suficientes para superar os limites que o capitalismo enfrentava para organizar o modelo de produção no campo brasileiro.

> [...] em meados da década de 1960, o país vivenciou o início da crise do modelo desenvolvimentista através: a) do desenvolvimento das ondas migratórias as populações carentes (principalmente as nordestinas e/ou do meio rural para o urbano) e outros problemas de ordem sócio-politica que desordenaram a sociedade nacional; b) do golpe militar de 1964, que modificou extremamente a estrutura sócio-politica da Nação e cristalizou o modelo de dependência econômica do país em relação aos países do bloco capitalista; c) da anulação dos direitos civis e da cidadania (levando-se em consideração as ações repressoras do regime militar); d) do desenvolvimento do "milagre econômico" e da aproximação do país do Fundo Monetário Internacional. (LEITE, 1999, p. 42).

Tratando-se de uma nova ordem política, foi necessário projetar novas medidas para a agricultura, tendo em vista os interesses de uma economia capitalista em desenvolvimento naquele período. Esta nova fase compreende o processo de industrialização da agricultura. A partir de 1960, tem-se uma nova marca na história política e econômica do Brasil, promovendo a reorganização da agricultura capitalista, pois havia a necessidade de formular rearranjos tendo em vista a superação das contradições vivenciadas no campo que limitavam o modelo capitalista de produção, bem como promover saídas para a crise, iniciada nas primeiras décadas do século XX, mas que se caracterizou por um período de transição inconcluso.

Neste contexto é que se projeta um novo modelo no qual se promovem alterações significativas nas relações sociais de produção principalmente no campo, tratando-se, da substituição de um sistema de produção artesanal com base manufatureira e uma economia sustentada totalmente no mercado exportador. Neste novo cenário no meio rural a educação assume papel fundante, como afirmativa de uma economia mercantilista redefinindo seus objetivos, promovendo uma mudança cultural na população com o apelo para o consumo de mercadorias industrializadas e a formação de profissionais para o mercado de trabalho, "[...] constatamos a penetração incisiva da extensão rural e sua ideologia no campo, substituindo a professora do ensino formal pelo técnico e pela extensionista",

(LEITE, 1999, p. 42), reforçando uma concepção de educação centrada no desenvolvimento econômico.

É importante observar, também, a intencionalidade política das medidas adotadas na década de 1960, principalmente sob o regime dos governos militares, em que se evidencia a função ideológica, na perspectiva de manter o controle e evitar possíveis tensões sociais que colocassem a governabilidade em risco,

> [...] a critica que se faz, atualmente, sobre as mudanças educacionais ocorridas no país com o advento dos militares, é que o sistema escolar controlado pela ideologia de cesura limitou-se aos ensinamentos mínimos necessários para a garantia do modelo capitalista-dependente e dos elementos básicos de segurança nacional. (LEITE, 1999, p. 52).

Portanto, compreende uma nova fase para o desenvolvimento do setor agropecuário, com esta nova política, a indústria passa a direcionar as formas e o ritmo do processo de mudanças na base técnica da produção agrícola, transformando a agricultura em um ramo da indústria, a dinâmica de funcionamento do novo complexo agroindustrial continuou atrelada e dependente da política externa, sem trazer mudanças estruturais. Essa mudança na agricultura, classificada por alguns pensadores como "modernização conservadora" reelabora uma nova matriz produtiva sustentada pela proposta da "Revolução Verde", intensificando um processo de tecnificação da agricultura com a mecanização e o uso intensivo de agroquímicos aliados à monocultura.

> Mesmo no período da "revolução verde", de matriz norte-americana, estruturada a partir da década de 1960, contra os camponeses, embora eles também fossem alvo do alto consumo de insumos, máquinas, sementes híbridas, etc, a escola não teve importância alguma para os camponeses nem para os capitalistas agrários. (BOGO, 2013, p. 101).

Ele consiste fundamentalmente na subordinação da produção agrícola à indústria, significando a dependência da agricultura à lógica industrial, intensificando assim, o modelo de produção capitalista no campo. Todavia, o ciclo desenvolvimentista, embora tenha cumprido papel determinante que possibilitou a transição das técnicas de produção rudimen-

tar para um sistema industrializado, não conseguiu superar os processos de instabilidade social e econômica, devido à sua dependência do sistema macro-econômico como um todo. Mediante o esgotamento do modelo até então adotado, o país vê-se novamente em uma crise. Desta forma, fruto de um questionamento popular emerge um grande movimento pela democratização, "[...] as contradições internas da ditadura e as lutas pela democratização protagonizaram uma longa travessia que marca a década de 1980." (FRIGOTTO, 2003, p. 229).

No bojo da luta pela democratização, a pauta da educação estava incluída nas reivindicações das organizações populares, inclusive a educação para o campo, como bandeira estratégica da classe trabalhadora. Neste contexto, as lutas pelo estabelecimento de uma sociedade democrática e pela garantia de direitos sociais culminaram na aprovação da Assembleia Constituinte e a construção da Constituição Federal de 1988. Pode-se afirmar que houve um relativo avanço em relação à política de educação para o campo, por ocasião das mobilizações, o que possibilitou a participação popular, na elaboração de políticas públicas, buscando-se garantia de direitos e conquistas, inclusive a educação. A nova constituição significou um marco na qualidade da educação. Nas Diretrizes operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002) este movimento é expresso da seguinte maneira:

> Quanto ao texto da Carta de 1988, pode-se afirmar que proclama a educação como direito de todos e, dever do Estado, transformando-a em direito público subjetivo, independentemente dos cidadãos que residem nas áreas urbanas ou rurais. Deste modo, os princípios e preceitos constitucionais da educação abrangem todos os níveis e modalidades de ensino ministradas em qualquer parte do país. (BRASIL, 2002, p. 43).

Dessa forma, na década de 1990 retomam-se as perspectivas para um debate em torno das formulações e concepções da educação. A educação do campo é discutida como parte das conquistas da classe trabalhadora, buscando mudanças estruturais na sociedade, com o objetivo de organizar um projeto democrático e popular. A educação rural, por outro lado, é destinada a atender às demandas do agronegócio com a produção de *commodittes* através do avanço das forças produtivas e divisão social do trabalho, que coloca a necessidade de escolarização produtivista e mercantilista.

A partir dos anos 1990, um novo arranjo do campo brasileiro foi apresentado como demanda da macroeconomia, pois, a aplicação das políticas neoliberais que tem como características a privatização de empresas estatais, a liberação do comércio, uma maior liberdade para o capital, a redução de investimentos nas áreas sociais, (educação, saúde, reforma agrária, entre outros) com o objetivo de implementar, os "ajustes estruturais", cuja meta é garantir o pagamento das dívidas públicas e manter saldo positivo na balança comercial no mercado exterior. A desregulametação/eliminação de um conjunto de direitos sociais é um traço dessa política, com a intenção de maximizar os lucros da classe dominante e executar medidas que possam facilitar a reprodução ampliação do capital. A reestruturação do modelo econômico adotado no Brasil, nesse período, aprofunda a subordinação do território aos interesses do capital financeiro internacional. A nova dinâmica produtiva exige a cada instante introdução de inovações tecnológicas criando uma demanda de mão de obra qualificada, "tecnicista", com isso as políticas da educação são direcionadas, para atendimento a este mercado de trabalho do chamado novo mundo rural.

A nova fase de reorganização da agricultura capitalista, comprometida com os interesses do capital financeiro, orientado por uma concepção ideológica, com fundamentação para o agronegócio, torna-se peça fundamental para a implementação das políticas neoliberais no campo. Sob o argumento da importância do agronegócio para a estabilidade da economia, acompanhado de um esquema de propaganda midiática, a modernização do campo impõe sua estratégia: a junção da grande propriedade da terra com o capital financeiro e a indústria, apoiadas pelas políticas de Estado, de tal forma a orientar e definir o caminho encontrado pelo capitalismo, para a manutenção da reprodução ampliada do capital no campo.

As políticas governamentais para educação no atual contexto atuam em duas direções, na medida em que atendem as reivindicações dos trabalhadores, em particular do Campo, criando programas, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no final dos anos 1990 e legislações, como as Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo, elaborada em 2001, após amplo processo de participação dos movimentos sociais do campo e aprovada pelo Conselho de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação em 2002. Esses pro-

gramas e leis significam valorosas conquistas, no entanto no âmbito geral da educação os governos optaram em privilegiar os interesses do capital, com medidas que levaram à privatização do sistema de ensino transformando-o em mercadoria, com as parcerias público/privadas, como ocorre no chamado "Sistema S", de direito privado, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), desta forma constitui políticas direcionadas para o empreendedorismo, bem como para a formação de profissionais com o objetivo de atender às grandes empresas.

Considerações finais

Neste texto buscamos evidenciar como a educação no meio rural sempre esteve atrelada aos modelos de desenvolvimento econômico. Os dirigentes políticos brasileiros reservaram o direito à escolarização como um instrumento para viabilizar os interesses das elites, de modo que nunca houve mudanças significativas na estrutura educacional direcionada para a população campesina. Como afirma Mézáros (2005, p. 26) "Não surpreende, portanto, que as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólico.".

Os passos e descompassos na conquista de políticas educacionais para a classe trabalhadora do campo foram frutos de insistentes processos de luta, que ocorreram principalmente nos períodos de crise de hegemonia da classe dominante capitalista. No entanto, a indissolúvel parceria entre o Estado burguês e o capital manteve com propósito, sob seu controle, a formação escolar como um aparato ideológico, para garantir a exploração e a manutenção da relação capital e trabalho, "[...] logo, são como aparelho privado e público que estão a serviço do projeto do capital e não o contrário". (BOGO, 2013, p. 99).

Todavia a existência da sociedade de classes pressupõe contradições, que por sua natureza produzem o enfrentamento de interesses por meio da luta de classes. A luta dos camponeses pela reforma agrária, pela educação do campo bem como outras políticas publicas, possuiu um sig-

nificado de classes ao construir processos de resistência que se manifestam em acúmulo de forças no tempo histórico. Dessa forma nos diferentes períodos, a luta pela educação desenvolvida pelos camponeses constitui um marco para os dias de hoje, ao garantir que o Estado brasileiro reconheça a existência dos sujeitos sociais camponeses como protagonistas das atuais conquistas. "Foi pela primeira vez na historia do país que a Educação do Campo chegou mais próximo das mãos de próprios sujeitos e estes principiaram a aprender a manejá-la, apesar das limitações políticas já apontadas. (BOGO, 2013, p. 102)." A recente conquista da educação do campo faz parte deste processo histórico de resistência dos campenses, constituídos, no conjunto de lutas, buscando a sua identidade enquanto, sujeito social, na construção de espaços de participação democrática, que viessem a garantir aos camponeses direitos às políticas públicas para o campo. A bandeira da educação se somou à luta pela reforma agrária.

A construção da educação do campo, portanto, embora motivada por conquistas imediatas a partir de direitos institucionalizados, na forma de políticas públicas, que trazem benefícios aos trabalhadores do campo, com valorosas experiências, deve ser entendida no contexto da luta pela educação do campo e deve estar inserida numa perspectiva de acúmulo de forças para um projeto maior. "[...] a educação não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrária e com transformações profundas na política agrícola do país". (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 63), como parte de um projeto democrático e popular.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes operacionais para educação do campo. In: CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). *Educação do campo*: identidade e políticas públicas. São Paulo: ANCA**,** 2002. p. 32-60.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). *Educação do Campo*: identidade e políticas públicas**.** São Paulo: ANCA**,** 2002. V. 4. p. 18-25.

BOGO, A. A questão da educação do campo e as contradições da luta pelo direito. In: CHAVES, R. M. R.; NASCIMENTO, A. D.; SODRÉ, M. D. B. (Org.). *Educação do campo e contemporaneidade.* Salvador**:** UFBA, 2013.

FRIGOTTO, G. Escola pública brasileira na atualidade: lições da história In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M.; SAVIANI, D. (Org.). *Escola p*ública no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 221-259.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. *Por uma educação b*ásica do *campo*. São Paulo: MST, 1999.

LEITE, S. C. *Escola rural*: urbanização e políticas educacionais: questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 1999.

LOUZADA, I. T. K. Educação Rural: Política Pública e a Educação que Interessa ao Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1. E SEMANA DA PEDAGOGIA, 20., 2008, Cascavel. *Anais...* Cascavel, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/2/Artigo%2001.pdf>. Acesso em: 30 maio 2014.

MÉZAROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Ruralidades e Ruralismos no Cinema Brasileiro dos Anos 2000

Célia Tolentino

Mundo rural ou espaços rurais: o debate na sociologia

As questões colocadas pelos debates na Sociologia Rural dão ideia de que a realidade brasileira se transformou em passos largos e impôs problemas para os conceitos clássicos no Brasil depois de tê-los posto à Europa nos anos 60, 70 e 80, quando o rural foi pensado segundo a perspectiva do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Nesse sentido, o agrário seria o lado frágil da economia industrial e as populações rurais as mais atrasadas e desprovidas das benesses modernas e urbanas. Mas, hoje, é possível falar em mundo rural, como o definia esta sociologia específica até bem pouco tempo atrás? E na vida brasileira existe ainda um chamado mundo rural, no sentido de uma cultura própria, circunscrita? Não seria mais justo hoje dizer que existem espaços rurais e espaços urbanos? Não seria mais afinado com a vida nacional em curso reduzir os termos para agro e industrial?

Nos anos 90, representantes do Movimento dos Sem Terra viriam a público, mais de uma vez para dizer que o assentado em nada se pareceria com os velhos caipiras e caboclos pois, em termos de produção, os assen-

tamentos deveriam ter em mira os imperativos do mercado, em termos sociais e culturais reclamariam educação, formação técnica e científica. Dialogando com a sobrevivência do projeto de reforma agrária e a pressão contra ele advinda de setores retrógrados (em política, não necessariamente em economia) da sociedade brasileira, o assentado propunha um novo modelo de agrário e agricultura, em consonância com o tempo do mercado, dizendo-se um não herdeiro do Jeca Tatu, tal como foi pensado na literatura por Monteiro Lobato e no cinema por Mazzaropi. De modo que o ruralismo do homem pobre e integrado à natureza, vivendo dos mínimos vitais, estaria definitivamente superado na perspectiva do assentado rural. Quase ao mesmo tempo, a questão ambiental chegaria ao Brasil colocando em pauta a necessidade de uma agricultura preservacionista, da integração com a natureza, valorizando e relendo conhecimentos tradicionais, desprezados pela ciência e pela técnica do período áureo do industrialismo.

Paralelamente a isso, podemos observar que a produção de mercado imposta ao agricultor familiar – assentado ou não –trazia o sentido da resistência contra o agrarismo poderoso, isto é, contra os defensores da grande propriedade rural e das prerrogativas que essa sempre gozou na história brasileira, em termos políticos e sociais, cuja expressão mais aguerrida nessesanos90 se concentrava no partido ruralista de extrema direita, a UDR.

No cinema e na literatura, o rural poderoso, na figura do grande proprietário, cafeicultor, coronel, como vimos em nossa pesquisa publicada em *O rural no cinema brasileiro* (2001), sempre foi representado como sujeito da sua própria história. O rural pobre, caipira, caboclo ou sertanejo, seria desenhado quase sempre como anacrônico em relação ao seu tempo e, sem autonomia na vida moderna, reclamaria a proteção de um forte, aspecto que nas obras politizadas miravam o Estado, um líder ou um partido político. Mas, o que diz o cinema hoje, quando o também rural pobre reaparece carregado de novos sentidos?

Há que se considerar, ainda, como observa José Eli da Veiga (2004a) que, como ocorreu aos pesquisadores europeus nos finais dos anos 70, já se pode dizer da existência de um rural não exclusivamente agrário e de um agrário não exclusivamente rural também no Brasil. Também aqui começa a haver uma importante mudança de sinal para o que antes foi tratado como subdesenvolvido ou atrasado. Hoje, quanto menor a chance

de uma grande agricultura, maior a chance da integração com a natureza, dos apreciados produtos do extrativismo e das chamadas culturas biológicas, que em termos narrativos é traduzido quase sempre – como lembra Raymond Willians (1990) – por uma associação do campo como lugar da simplicidade, harmonia, da recriação da identidade perdida e, do ponto de vista ambiental, dos paraísos perdidos. Conforme Veiga (2004a), há sobretudo na Europa uma corrente que defende a cidade como o lugar do trabalho e do lazer e o campo como aquele que oferece liberdade e beleza.

Portanto, pode-se considerar que o atrasado de ontem tem novo lugar social no mundo de hoje. Entretanto, segundo nossa hipótese, a ideia de rural em nossa vida cultural deixou uma herança problemática, como dá mostras a própria discussão no campo da Sociologia Rural. Observemos mais esta fala de Eli da Veiga (2004):

> *O Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula, pois a essa dimensão pertencem 80% dos municípios e 30% da população.Um atributo que nada envolve de negativo*, já que algumas das principais vantagens competitivas do século XXI dependerão da força de economias rurais. São estas as duas principais conclusões a que se chega quando se analisa a atual configuração territorial do país tendo presente os mais recentes indicadores sobre o destino da ruralidade nas sociedades humanas mais avançadas. Para isso é preciso superar a abordagem dicotômica, mas sem cair na ilusão de que estaria desaparecendo a histórica contradição urbano-rural. (VEIGA, 2004b, grifo nosso).

A ruralidade ganha outros contornos e nova importância nos projetos de desenvolvimento mundial, mas ainda é preciso dizer ao leitor brasileiro que ser definido como rural "nada envolve de negativo". Uma afirmação que, por si só, dá pistas de quanto tem sido problemática a dimensão rural na identidade brasileira, particularmente, na dimensão dos próprios sujeito envolvidos. Se o rural não comporta nada de negativo quando está em jogo o agrário, a economia, o mercado ou ainda o endereço, o mesmo não se pode dizer quando usado para adjetivar o perfil cultural de quem ou do que quer que seja. Rural parece, ser ainda, uma identidade que ninguém quer para si.

O QUE NOS CONTA O CINEMA HOJE

> Há mais sociologia rural de alto refinamento em obras de Gabriel Garcia Marquez, Manuel Scorza, John Steinbeck, José Saramago, Juan Rulfo ou Guimarães Rosa do que em muitas de nossas análises complexas e elaboradas. (MARTINS, 2001, p. 34).

Nossas pesquisas têm dado razão a José de Souza Martins, aqui citado como epígrafe. As obras de cultura se revelam como lócus profundamente fértil para reflexão sociológica, não só a grande literatura, mas também o cinema e obras de menor espessura artística. Como observa Frédric Jameson em *O inconsciente político* (1992), cuja análise parece tornar-se palavra de ordem entre os estudiosos da cultura no Brasil, mesmo a arte degradada é capaz de trazer e evidenciar as utopias de um tempo que cabe ao crítico desvendar. É capaz de trazer não significa dizer que haverá sempre utopias progressistas nas obras de cultura, mas significa dizer que são carregadas de questões sobre o tempo social, inclusive ideias conservadoras, românticas e, claro, até reacionárias. Nas nossas pesquisas realizadas nos últimos anos, constatamos que o rural é um destes temas que impõem dificuldades ao narrador cinematográfico brasileiro. Mas, ainda assim, escovando as obras a contrapelo, como nos propõe Benjamin (1996) em relação à história, entendemos que podemos encontrar, e temos encontrado, nexos entre os rumos de nossa história recente e a sua representação cinematográfica. Não se quer aqui dizer que a obra de cultura retrate, fotografe, substitua o historiador ou sociólogo, mas uma interlocução entre essas instâncias produz um fértil campo de reflexões.

Fazendo um sobrevoo por algumas obras cinematográficas dos anos 2000, comentaremos aqui tanto aquelas de grande sucesso como aquelas que tiveram lançamento e visionamento restrito. Não faremos distinção entre as obras de ficção e o documentário, justamente porque estamos querendo fixar quais as questões mais recorrentes no discurso da nossa cinematografia hoje, absorvendo uma lição proposta por Pierre Sorlin (1992) e que o autor define como *pontos de fixação*. Ou seja, aquelas imagens e discursos tantas vezes reiterados que acabam traduzindo um tipo de pensamento sobre a época. Comecemos por filmes que falam da região nordeste do Brasil que, nos anos de 1960, era traduzida como o nosso rural por excelência.

Nordeste: notícias graves da terra do sol

Uma das narrativas que impressionam pela forma como coloca em questão as misérias e belezas da vida rural nordestina, lucidamente sugerindo que não é diferente do restante do país, é o *roadmovie Viajo porque preciso e volto porque te amo*, de Kaïrin Ainouz (2009). Esse é mais um dos filmes que problematizam o processo de multiplicidade e diferenças de temporalidades que convivem na realidade brasileira, tanto rural como urbana, sugerindo que, por vias tortuosas, caminhamos do céu (pobre economicamente, mas rico de relações afetivas) ao inferno (miserável econômica e afetivamente). Na própria forma do filme há uma multiplicidade de olhares que se materializa no tratamento do imagético feito com câmeras fotográficas, aparelhos celulares, filmadoras digitais e também com a câmera analógica. Em determinados momentos, o registro assume formato de documentário e em outros uma espécie de vertigem sugerindo que as novas formas de inflação imagética cegam ao invés de esclarecer.

Viajo porque preciso, volto porque te amo, a pretexto de seguir a viagem de um geólogo que realizaria um levantamento topográfico para a obra de um imenso canal que levaria água para a região litorânea para da caatinga, faz um percurso do nordeste profundo até a periferia das grandes cidades. No ponto de partida, o rural é agrário e sertanejo, representado por um casal de idosos que vive e dorme junto há 50 anos, filmados no interior de uma casa de adobe, em frente à parede da sala adornada por retratos de santos e familiares. Paralisados em frente à câmera, como posando para uma foto de *lambe lambe*, o marido chega a sair do quadro para desligar o rádio, de modo a não atrapalhar a concentração da fotografia (ou da filmagem). Está lá, paralisada, congelada a ideia de um sertão feito de família patrilinear, gente pobre e isolada no meio da caatinga, de rostos crispados pelo trabalho agrícola, pelo sol e pelo desconhecimento dos aparatos modernos, exceto pelo rádio. O traçado do canal, isto é, da tecnologia que levaria alguma benesse para a região árida, transformando a paisagem, passaria, necessariamente, sobre a casa da família, destruindo-a. Uma metáfora terrível, e realista, sobre a forma do desenvolvimento brasileiro e sua sanha destruidora em nome do progresso material.

Este ponto de partida de *Viajo* pode ser considerado o ponto de não retorno: o rural sertanejo dos anos 60, idealizado e filmado pelo

cinema político de Nelson Pereira e Glauber Rocha estaria com os dias contados, como mostra a sequência da viagem, pois a própria estrada é portadora de novas necessidades e da degradação além da comunicação: as crianças pedem esmola, a paisagem vai ficando cada dia mais povoada de pessoas em situações distintas de pobreza e ruralidade. A medida em que as realidades agrário/rural/urbana/industrial vão se interpenetrando a precariedade aumenta e passa a ser o signo mais frequente. A presença de bares à beira da estrada traz as quinquilharias da indústria, inclusive asiática, os aparelhos eletrônicos e, como se fosse parte da mesma oferta de mercadorias, a prostituição, não raramente, infantil.

A barragem como forma destrutiva é também o tema de N*arradores de Javé* (2004), tratando de um rural nordestino fictício, mas não menos concreto. Lá está o agrário e comunitário dos pequenos povoados, aquele onde o mecanismo de controle de pessoa para pessoa abarca do compadrio à fofoca, colocando em evidência as diferentes questões do mesmo dado: a vida coletiva sobrevive graças à ausência da modernização e também de modernidade, já que a modernização, como problematiza *Viajo porque preciso*, acaba operando o desmonte das relações de coletividade. O artigo da historiadora Heloisa Cardoso sobre a narrativa de Eliane Caffé coloca em cena aspectos desta questão não percebida, o que sugere que o filme suscita polêmicas:

> Para o espectador, o que se destaca à primeira vista, nas imagens projetadas, é a pobreza, associada à exclusão social, percebida na falta de conforto e nas ausências, seja de educação formal, seja de assistência à saúde, ou de outras benfeitorias urbanas. As imagens da precariedade das moradias, das ruas sem calçamento, da energia elétrica deficitária, entre outras, *reforçadas por um imaginário sobre o nordeste como o lugar da pobreza, parecem emergir como problemática central*. No entanto, a importância de Javé não está nas ausências de uma modernidade que ainda não chegou (tão importante para os moradores das grandes cidades), mas nos sentimentos de pertencimento que são manifestados nas falas dos seus diversos habitantes. (CARDOSO, 2008. p. 4, grifo nosso).

Sentimentos de pertencimento que sobrevivem em uma modernidade que ainda não chegou, associados ao imaginário da exclusão, termo que visto segundo a narrativa de *Viajo* nos levaria a perguntar: exclusão de que? Na perspectiva desta obra, a inclusão é o desastre: o caminho do

sertão à cidade conduz à miséria e à solidão. Não por acaso o canal e a represa sejam os temas da "inclusão" e suas "desmontagens". Árido Movie (2006), também comenta de modo desencantado a relação entre arcaico e moderno, sugerindo que a cultura rural das lealdades e vinganças, portanto, não necessariamente boa e pacífica, está cada dia mais fora de lugar. O ruralismo sobreviveria na cidade através da cultura do mando, quando os jovens herdeiros do rural poderoso se arvoram em donos da lei e da ordem.

Em *2000 Nordestes* (2001), o documentário feito a partir da coleta de material para filme *O caminho das nuvens* (2003), o rural nordestino é múltiplo o suficiente para ser chamado pelo diretor Vicente Amorim de "tecno-pop-impressionista", uma definição de pluralidade cultural que, de certo modo, fala da impressão imagética, aquela que o próprio cineasta tenta, em vão exorcizar:

> Encontramos uma região muito diferente da que conhecíamos de Vidas Secas e Deus e o Diabo na Terra do Sol [...]. O Nordeste é muito menos óbvio e mais pop do que se imagina, com uma capacidade de deglutir a cultura de massa de forma muito diferente da que ocorre no Rio e em São Paulo.(O IMAGINÁRIO..., 2000).

Ao dizer "encontramos uma região muito diferente da que conhecíamos de *Vidas Secas* e *Deus e o diabo*", o próprio cineasta aponta para um dado surpreendente: em plenos anos 2000, a construção imagética de dois filmes que anunciam claramente narrativas construídas sobre os anos de 1940 funcionaria como o parâmetro de verdade sobre uma região. Essa fala sugere que a construção do estereótipo (que ambos os filmes citados tentavam desmontar) é algo que pode perpassar a visão de mundo das pessoas comuns, mas também a de um especialista das imagens, como o cineasta.

E quando o cineasta propõe escapar desta armadilha, do falso colorido, ou tecno-pop-impressionista? Fugindo deste termo, José Padilha propõe o documentário *Garapa* (2009), afirmando sua intenção de "colocar o dedo na ferida dos problemas nacionais". Em preto e branco, filma o cotidiano de três famílias vivendo na extrema pobreza, em três situações distintas do mesmo estado, o Ceará, sendo uma na metrópole Fortaleza, outra no povoado de Choró e terceira do sertão. A relação particularização/generalização define esta câmera que recolhe os detalhes mais estranhos

para esse olhar urbanocêntrico, vendo aquilo que pode definir o localismo em detrimento dos diferentes influxos que perpassam a vida dos envolvidos, como nos dá notícia o comentado *Viajo porque preciso*. Se em *2000 Nordestes* o olhar reafirma o imagético, *Garapa* pretende fugir dele buscando o que a crítica de cinema chama de olhar "sociológico" em oposição ao poético. Neste sentido, explicam-se as crianças nuas e essa câmera que os estranha insistindo em evidenciar seus corpos, sujos e cobertos de moscas, ou alternando fotogramas dos meninos pelados e os porcos no terreiro. O mesmo sentido tem a carcaça de galinha (ou ave) pendurada em um galho de árvore. A paisagem vai compondo o olhar, a câmera mostra os pés das mulheres que caminham em busca do leite doado pelo Posto de Saúde de Choró, define a estrada por onde passam fazendo-nos ver a cerca de galhos tortos em contraponto com o carnaval do Rio de Janeiro transmitido na TV de uma das casas do município. Os discursos dos envolvidos, aos pedaços, vão compondo a tese central do filme: essas pessoas vivem de esmola, esperam a esmola e vivem como bichos. Se o ser bicho era um discurso crítico na fala de Sinhá Vitória, do filme *Vidas secas* (1961), pensada como sujeito histórico, aqui as pessoas estão na condição de objeto de um jogo político nefasto, segundo o olhar que os observa.

Dessa forma, é significativo que o olhar da câmera se detenha nas imagens do homem que pega água num açude com um jegue no qual montam duas crianças. A câmera curiosa nos mostra o trabalho de encher os corotes com a água suja do açude e depois foca o que parece ser doença de pele do menino pequeno que monta o animal. Assim, fazemos uma relação imediata entre uma coisa e outra. Ao *close* no rosto sujo da criança, a água suja que entra no caldeirão amassado e adaptado como funil. Já de saída entrevemos que outra família se abastece ali com o mesmo sistema: o jegue, o corote, o caldeirão e uma criança montada, como um duplo e um espelho. Deste ponto de vista, a canalização da água, metáfora para o progresso material, de *Viajo porque preciso*, surge como uma necessidade imperativa, pois se a região se mantém miserável, o subsídio governamental aumenta e mantém a miséria. A câmera alta observa as crianças que comem sentadas no chão e enfatiza o zumbido das moscas que lhes cobrem os rostos. A preocupação da mãe em forrar o chão para que não sentem à terra logo após tomarem banho, ou o discurso de fundo para que as crian-

ças não discutam e comam, fica em segundo plano. Os homens bêbados ou com sinais visíveis de dependência do alcoolismo comuns nas três famílias, fecha a tese de *Garapa*: o nordeste é o mundo da miséria rural, subdesenvolvida, e não parte também da miséria do mundo (ou no mundo) de que dá sinais *Viajo porque preciso*, *Céu de Suely* (2006), *Baixio das bestas* (2007) e mesmo *2000 Nordestes*.

Rural enquanto sertão, pobreza e fome. O tríptico que fará da mãe de Luís Inácio uma grande heroína no dramalhão *Lula, filho do Brasil* (2010): ela teria todos os elementos para permanecer na indigência como as mulheres de *Garapa*. Migra com os filhos num pau de arara em busca de melhores condições de vida, vai parar na periferia da cidade grande, enfrenta o marido alcoolista como os desenhados pelo filme de Padilha e faz do seu filho o presidente do Brasil. As duas obras, uma falando de ontem e a outra falando de hoje, olham para o rural pobre com a mesma perspectiva: escapar dele é um ato de heroísmo, uma ação individual e o progresso material é um lugar de chegada. O cinema da década de 1960 já disse a mesma coisa, o pensamento nacional acreditava nessa ideia e mandou milhões de brasileiros para a cidade.

A Amazônia: massacre, violência e enigmas

Sobre a região amazônica teremos um dos filmes mais complexos e importantes da década, *Serras da Desordem*, de Andrea Tonacci, de 2006. Lidando com imagens documentais, reconstituição ficcional, material jornalístico, põe em pauta a região em relação ao projeto nacional dos últimos 40 anos. É uma das poucas obras que se preocupam hoje com a totalidade da vida nacional e ainda reclamam um debate projetual, colocando em cena parcela dos resistentes e perdedores nesse processo de modernização que, como o filme anuncia, se fez com base na perda trágica do que tínhamos de mais coletivista e integrado à natureza. Emblematicamente complexa, conta a trajetória de um índio e do massacre da sua família após um ataque de madeireiros à sua aldeia. Da linguagem estética, à língua propriamente dita, do ritmo à montagem, tudo neste filme comenta a vida nacional apesar de falar da história de um indivíduo, Carapiru.

***Serras da desordem* (imagem de divulgação)**

Surpreendido em meio à floresta, Carapiru perde mulheres e filhos e foge, apesar de ferido, conseguindo escapar aos agressores. Depois de vagar sem rumo por muitos meses, acaba acolhido por uma comunidade rural pobre do interior da Bahia, quase mil quilômetros distante do local do massacre. Junto aos pobres camponeses, viverá por muitos anos até ser resgatado por agentes do Estado, responsáveis pelas populações indígenas. Será reintegrado ao seu grupo, com a identidade fraturada, pois os parentes que encontra na aldeia já não correspondem aos que ficaram na sua memória, aquela traduzida como um tempo de total integração com a floresta. Evidenciando as duas pontas do rural brasileiro nas suas faces mais opostas, o filme de Tonacci ao contar a história deste personagem, com lastro real, põe em cena o que há de mais nefasto no processo de expansão capitalista no campo, no qual os madeireiros comparecem como a ponta de lança de um processo complexo que termina na exploração dos territórios de florestas pelo plantio da soja ou do pasto para pecuária, até o que o há de mais bonito no atraso das comunidades rurais pobres: vivendo de modo muito próximo à vida do indígena, num local isolado do interior baiano, os camponeses acolhem o índio como membro do grupo, aprendem com ele algumas palavras e dados da sua cultura, ensinam o português precário que eles próprios falam e o salvam da morte. Nesta obra, novo e velho, arcaico e moderno, expansão criminosa associada ao capitalismo legalizado,

o coletivismo indígena e o coletivismo camponês, a mídia televisiva na melhor e na pior forma são os elementos que comparecem formando o intrincado processo da modernização nacional e não um mosaico de tudo, com um suposto e equilibrado hibridismo, comum nas obras mais comerciais. Esse é um narrador é politizado e os sinais são outros. A potência da vida coletiva, indígena ou camponesa, estará sempre ameaçada pelos aviões que passam sobre as suas cabeças como na cena em que o índio ataca o aeroplano com arco e flecha.

O rural poderoso que avança sobre a Amazônia em nome do progresso não tem rosto em *Serras*, tem prepostos, como os matadores a mando dos madeireiros e depois do grande capital extrativista de minério. Em *Corumbiara*, de 2010, documentário que traz imagens de mais de 20 anos de filmagens, Vincent Carelli retoma a questão colocada por Tonacci sobre o massacre das populações indígenas a mando do grande capital, e dá rosto aos seus agentes na figura do advogado dos madeireiros, expressão mais concreta, caricatural se não fosse documentarística, da ganância selvagem, cujos signos são as correntes de ouro e o imponente relógio dourado que exibe no pulso. Porque manter as comunidades e suas tradições atravancando o progresso? Destroem-se os vestígios desta existência e a Amazônia legal entre na ordem do tempo, da produção para o grande mercado da soja ou da carne, dizem os agentes do "progresso" em *Corumbiara.* E o filme dá mostras do que o capital é capaz: sob os interesses do agrobusiness se incendeia, massacra e destrói as pistas de um povo para avançar sobre o seu território. *Serras da desordem* confirma a catástrofe amazônica, colocando a questão nacional como agente do desastre: é a via de desenvolvimento predatório que puxa o gatilho da pistola dos matadores de aluguel, frutos da mesma Amazônia profunda, agindo como mercenários pobres para a entrada dos megaempreendimentos, como a Vale do Rio Doce.

A festa da menina morta (2009) é um filme complexo por outras vias, tendo a Amazônia por cenário. Lidando com o tabu do incesto, atualizando o misticismo religioso, coloca em cena as relações comunitárias, a ingerência dos interesses modernos em apropriação dos ritos tradicionais e a exigências da consciência individual, também ela dividida entre os dois tempos. O povoado a meio caminho entre urbano e rural é composto por pessoas que reverenciam uma menina morta em uma festa anual, cuja me-

mória seria reatualizada através de um jovem que diz "receber" suas mensagens, organizando práticas e comportamentos como liderança espiritual. E se as ações coletivas de preparação da festa dão colorido especial para o evento, o capricho, as idiossincrasias e as crises psicológicas do jovem místico, a ação manipuladora do pai que fecha um patrocínio da festa com uma marca de cerveja, desconstroem a magia da celebração. Ao lado do ambiente preparado com bandeirolas coloridas, estão os bares vendendo as bebidas industrializadas trazidas pelos barcos através do rio, onde se reúnem pessoas que extravasam suas carências materiais e afetivas regadas a álcool. A preparação do ritual, cercado de exigências religiosas, como a coleta das ervas para os banhos são contrastados com o sangue dos animais para a comilança. A fé messiânica parece ser então apenas mais uma alternativa, entre outras, de buscar alívio para as crises de ordem individual (solidão, desafetos, dores de amores, males físicos) e social (falta de dinheiro, falta de casa e dificuldade nos negócios). A imagem final do povo em festa, celebrando a elevação do altar de Santinho que deve fazer revelações sobre o que virá põe em perspectiva seu transe e sua dor. Deste modo, tradição e modernidade, coletivismos e individualismos, indústria e imposições da natureza, sagrado e profano convivem e não se estranham. Mas, o incômodo deste narrador persiste do início ao fim, pontuando o tempo todo o transe e a dor, a reação espontânea e a manipulação organizada por um sujeito que decodificaria claramente a fina linha divisória entre as ações sociais movidas pela tradição e pela razão moderna em direção aos fins. Sexo, sangue, fé, mercado, tradição, paixões em meio à natureza tanto bela (as luzes refletidas nas águas do rio) quanto incômoda (os insetos, o calor, as ruas esburacadas) da Amazônia profunda, observada por uma câmera que parece recusar à boa fotografia para dar lugar as imagens quase frias, vão construindo os termos de um país recôndito com males de atraso e moderno.

Em *O sol do meio dia* (2010), da mesma diretora de *Narradores de Javé*, emergem aspectos do mesmo ambiente em que se cruzam as dimensões do indivíduo em meio às misérias modernas e arcaicas. A natureza exuberante mais que mistério parece esconder os perigos do mundo do narcotráfico, da prostituição infantil, dos desmandos autoritários do patriarcalismo decadente, contrastados com a emergência dos anseios de liberdade pessoal. A solidão em meio ao redemoinho, a festa sob a tensão

emergente da violência e o mercado perpassando as relações de todos, donde não faltam os imperativos da competitividade esmagando os resquícios de solidariedade comunitária.

Questões da tragédia nacional que a indiazinha da série *Tainá* (2000, 2005) coloca como pano de fundo, bem ao fundo, sugerindo que uma aliança entre os valores do ambientalismo indígena e aquele da comunidade internacional virá para resolver aquilo que é entendido como crime contra a natureza. Natureza exuberante, homens maus e homens bons, mito e razão reafirmam a Amazônia do imaginário internacional que os filmes anteriormente citados se encarregam de desmontar. A aliança em curso entre agentes locais e externos parece ser bem mais sofisticada e sorrateira, produzindo uma consciência híbrida e mais nefasta que boa, segundo o olhar das narrativas desencantadas de *Serras da desordem* e *Corumbiara*.

O rural heroico e ancestral dos pampas *versus* o meio do caminho

Há duas tendências, pelo menos, na cinematografia sulista que trata o rural em sentidos distintos: o rural cavalheiresco, dos tempos heroicos da Revolução Farroupilha, e aquele que encontra tema na cotidianidade resultada da imbricação entre rural e urbano, provinciano e cosmopolita, das pequenas cidades do sul. O primeiro pertence à chamada estética pampeana cujo rural é portentoso, ainda quando rude, desenhando na memória imagética algo que consagra o poder dos hierarcas e dos exércitos uniformizados e montados, do naturismo que desperta paixões, das guerras de poder e valentia em defesa de propriedades e ideais.

Mesmo quando um filme é feito sobre o sul e não pelos cineastas sulistas, essa dinâmica aparece como elemento organizador das tramas e das imagens. Há uma ordem e uma organização na apreensão desta zona, donde não falta a sugestão de que também aí têm-se outro Brasil. O da ordem em oposição à desordem. Assim, a loucura crescente da mística Jacobina acaba justificando a sua destruição pelo fogo purificador e destruidor da semente da loucura. E se a câmera fria constrói a narrativa de *Paixão de Jacobina* (2002) desenhando a comunidade dos Muckers como espaço do delírio ou da transgressão delirante, o interior das casas circundantes é marcado pela racionalidade, pelas mesas atoalhadas, pela deco-

ração parcimoniosa, pelos diálogos racionais e ponderados em oposição ao enlouquecimento gradativo da personagem e com ele o crescimento da tensão em torno da comunidade. A paixão, que dá nome ao título, é a poesia mística de Jacobina contra a razão e a ordem de uma sociedade onde a violência é oficial e justificada.

Neste filme há uma certa lógica positivista que marcará outras narrativas sobre o rural do sul como em *A casa das 7 mulheres*, narrando o entrelaçamento entre as paixões da Revolução Farroupilha e aquelas de homens e mulheres ousados, corajosos e devotos. O episódio da Revolução Farroupilha tem formato mais espetacular, uma vez que extraído da minissérie para televisão, com sua linguagem e *mise-en-scène* característicos: câmera onisciente, cenário e figurino rico e detalhado, grandiosos efeitos de cena. Assim, o rural da região sul, ao contrário daquele nordestino, começa a ser o da gente bravia, defensora do regionalismo e da ação armada para resolver ordem e desordem, que tanto pode ser sinônimo de estranhamento (em *Paixão de Jacobina*, os místicos seriam imigrantes alemães), como desobediência aos valores patriarcais (*Concerto campestre*, 2004) ou defesa dos interesses regionais e nacionais (*Netto perde sua alma*, 2001). Como um *ethos* de exaltação da guerra (muito menos evidente em *Netto perde sua alma*), não faltam alusões à terra, ao fogo, ao ar e à água, como constituidores de indivíduos cuja potência bélica e de resistência advenha da própria força da natureza, questões que João Luís Pereira Ourique (2007) observa na poesia gaúcha. *Concerto Campestre*, de 2005, voltando também para o Século XX insere a música como elemento desorganizador deste mundo de hierarquia tradicional férrea. Mais uma vez, é o imponderável da paixão desencadeia a restauração do poder ameaçado do grande e potente estancieiro produtor de charque, patriarca e escravocrata.

Mas é nesta cinematografia do sul que surge também a leitura menos dramática sobre o imbricamento rural e urbano. Não porque não apresente os problemas, mas porque acaba exaltando aspectos irônicos desta linha divisória cada vez mais tênue, dando até alguma leveza aos dramas humanos deste tempo de transição que comentam em suas narrativas. Nestas cidades ou povoados fictícios não faltam alusões às zonas intermediárias entre o urbano e o rural, observando que também as pessoas não são nem uma coisa e nem outra. Filmes como *Os famosos e os duendes*

da morte (Esmir Filho, 2009) e *Saneamento básico, o filme*, (Jorge Furtado, 2007) começam a tomar esta intersecção entre rural e urbano indicando as consequências sociais de ambas as coisas a meio caminho, com pressupostos da comunidade "tradicional" e da modernidade, ambas incompletas. Esta ideia está colocada de maneira particularmente lúcida na, divertida, obra *Saneamento Básico, o filme*, de 2007, de Jorge Furtado, que já surpreendera o espectador brasileiro ao colocar a questão ambiental em chave inteligentemente irônica e vinculada ao mercado e à história mundial no premiadíssimo curta *Ilha das Flores*, de 1989.

A narrativa de *Saneamento básico, o filme*, observa o urbanismo relativo e a ruralidade relativa de uma pequena localidade não através da paisagem, mas das personagens e suas formas de sociabilidade, esta também entre um tempo e outro. O moderno aparece no discurso *kitsch* da vaidosa Cilene (Camila Pitanga), quando recita emocionada uma ode ao cabelo, aprendida no salão de beleza, na concepção de montagem cinematográfica de Zico (Lázaro Ramos), que tem como modelo filmes de festas familiares (sugerindo que o acesso à técnica vem primeiro que os saberes da técnica) ou, ainda, na escola que premia o filme banalíssimo como exemplo de consciência ambiental. Os velhos códigos culturais estão na cultura livresca e meio parnasiana da protagonista Marina (Fernanda Torres), ou no discurso rés do chão, ignorante e pragmático de Joaquim (Wagner Moura), assim como na tradição dos velhos italianos (que apesar dos aparelhos sonoros novíssimos, ouvem as músicas do passado) e, sobretudo, na ação política eternamente mesquinha do prefeito que catalisa votos com uma obra de mísero porte, apesar do interesse público. Rindo e divertindo, o filme, que não estava na linha dos que pensam os grandes temas nacionais, coloca os impasses de que falávamos antes: Arroio Cristal, o lugar fictício, está a meio caminho entre o país rural e urbano, com problemas complexos na estrutura e na superestrutura (para falarmos com Gramsci). Mas, se *Saneamento* é um exemplo quase feliz desta encruzilhada é por sugerir que neste imbricamento resta uma apreensão medíocre das duas. Ali está o cinema comentando a indústria cultural, seus sempre novos códigos recriando a relação complicada com a própria natureza circundante. Neste sentido, o filme indica que a estandardização dos modos de vida nestas zonas intermediárias levaria ao padrão dominante, de modo que o rural

neste caso seria apenas um endereço. Esta questão se coloca de outro modo no subtexto de *Os famosos e os duendes da morte*: há muito mais solidão no futuro dos jovens que tem acesso ao mundo através da internet, que recusam, por exemplo, a festa típica de povoado onde todos se conhecem. Apesar do melhor do ruralismo e o melhor da urbanidade avançada onde se situam os personagens desta obra, a velocidade da transição comporta seus estranhamentos e os mecanismos de apreensão de ambos não parecem derivar, necessariamente, em bem-estar.A tragédia no cinema sulista é heroica e passada. O presente é cômico quando não é estranhado.

Sudeste: rural das memórias e da história

Cafundó (2006) vai buscar no final do Século XIX o rural quilombola e a história de vida de um homem pobre e descendente de escravos para construir a tese do sincretismo religioso que teria constituído a trajetória dos ex-cativos na sociedade paulista do último século. João Camargo é personagem com lastro real e o sincretismo que marcaria a sua fé e liderança espiritual acaba marcando também a forma do filme, indeciso entre sugerir esta como saída possível para a integração deste homem à deriva ou propor sua história como exemplar do hibridismo cultural na formação paulista.

Num outro gênero, onde a narrativa se fixa na própria memória cinematográfica e a combina (não sem prejuízo do resultado estético) com histórias populares dos narradores rurais, temos *Tapete Vermelho* (2006). Bastante premiado, conta a trajetória de um trabalhador rural, micro proprietário do Vale do Paraíba, zona não muito distante da capital, obcecado pelo caipira imagético tal como consagrado pela narrativa cinematográfica-circense do ator e produtor Amácio Mazzaropi. Criando sua própria companhia, os filmes de Mazzaropi tiveram a maior bilheteria do cinema nacional durante as décadas de 60 e 70 ao recontarem sempre as peripécias do camponês, ou do sujeito de origem rural, atrapalhado com os códigos urbanos e/ou modernos. A pretexto de mostrar ao filho pequeno um destes filmes, o protagonista sai do seu lugar escondido entre os morros do Vale do rio Paraíba e parte para a cidade em busca de uma sala escura que lhe ofereça o saudoso espetáculo. E nessa trajetória vai mostrando ao espectador

o caminho trilhado pela cultura nacional no último meio século: nas cidades pequenas, os velhos prédios que abrigavam cinemas tornaram-se pontos comerciais, e a maioria dos jovens locais não chega a imaginar onde possa haver sala de exibição nas redondezas, indicando aquilo que falávamos acima a propósito de a modernização técnica acabar com o melhor do atraso e não exatamente com o que havia de problemático. O consumo e o divertimento solitário eletrônico (os bares a beira do caminho onde passa o nosso protagonista têm sempre à disposição dos mais jovens os ruidosos jogos eletrônicos do tipo fliperama), mais a onipresente rede televisiva, substituiu a maior parte das diversões coletivas, dos bailes rurais ao cinema nos vilarejos. À medida que se distancia da sua cidadezinha de origem e se aproxima das cidades maiores à beira da rodovia que leva a São Paulo mais os signos do consumo moderníssimo se fazem presente, tornando este sujeito com sua mulher, o filho e o burro ainda mais deslocados, provocando o riso por onde passam. Não linear, a tese subjacente é que o país dos homens simples, da sabedoria camponesa está em vias de desaparecimento, vivendo no máximo na memória de alguns obstinados como o protagonista em questão.

Depois de muitas peripécias em busca de uma sala de cinema, acabará chegando por vias tortas à capital, onde finalmente verá um filme do seu amado ídolo. Mas, não será porque a megalópole lhe faculta tal possibilidade, e sim porque tendo sido colocado na dimensão da luta por um casual encontro com o Movimento dos Sem Terra, aprende a usar a poderosa mídia televisiva ao seu favor. Desigual, colocando em cena um pouco de tudo, das narrativas tradicionais aos exemplos da medicina simpática e caseira, da moda de viola ao pacto com o diabo, da promessa para a santa padroeira ao uso estratégico da mídia televisiva, acaba desenhando o país de que estamos falando, onde a modernização não resolveu e ainda agravou os velhos problemas, habilmente desqualificando, através da máquina do consumo, os velhos e saudáveis hábitos populares. Terminamos por achar que o "tempo bom" foi aquele em que nosso ídolo era um velho camponês desajeitado, fazendo filmes baratos e divertidos, com uma linguagem circense em suporte cinematográfico. O que não deixa de ser um modo de dizer que este país já teve cinema, já teve caipiras, histórias e causos; uma cultura que só seria desencavada sob uma luta feita pela mesma mídia que tanto contribuiu para soterra-la. A onipresente televisão

surge como o elemento simbólico de uma desagregação, do desejo da sala escura onde se ria o mesmo riso e chorava o mesmo choro, como se fosse um dos últimos rituais coletivos que a individualidade e o individualismo viriam destruir. Não falta alusão aos trabalhadores mobilizados e que, no concerto da narrativa, ensinam a brigar para retomar o já perdido, usando as armas da própria mídia que, e sobretudo, teria a última palavra. Espécie de filme baú, onde cabem matérias e memórias distintas, vê o presente com profunda desconfiança mas acaba louvando o caipira imagético, ainda que afirme sua sobrevivência como pequeno sitiante no Vale do Paraíba. No saldo, resta dizer que, em 50 anos, sua lembrança fica no celuloide através de obras que muito contribuíram para o desaparecimento do seu modo de ser. Mais um paradoxo da compreensão sobre nós mesmos pois, naqueles idos de 60 o camponês mobilizado por reforma agrária seria o perdedor na luta, como nos lembra a narrativa de *Cabra marcado para morrer* (Eduardo Coutinho, 1984), e o caipira, sinônimo de atraso, pobreza, ignorância era uma identidade que não queríamos ter.

Se a nostalgia é um dos elementos que demarcam o mal estar do presente de que fala Raymond Williams (1990), é emblemático que um filme de grande sucesso como *2 filhos de Francisco*(2005),surpreenda o espectador ao seu final quando, ao contar a história de dois famosíssimos cantores do gênero sertanejo – a *pop music* rural na sua versão mais banalizada –,finalize com a afirmação de um deles dizendo que apesar de tudo, nunca tinha sido tão feliz quanto no tempo em que eram paupérrimos e agregados no sítio do avô. Típico docu-drama, a história desenhada nas telas mostra a luta hercúlea de um homem pobre rural, vivendo de favores na terra do sogro, para conseguir fazer com que os filhos aprendessem a tocar um instrumento e fossem cooptados pela rentável indústria cultural, de modo a saírem da miséria, da dependência e do ostracismo a que estão relegadas milhões de famílias como a sua. O drama quixotesco de Francisco não está na linha da resistência para salvar nada da sua condição de camponês, mas sim para evita-la como futuro aos seus filhos. Trabalhando no campo de sol a sol, mal conseguiria dar alguns anos de escolaridade à sua prole numerosa e suprir minimamente as necessidades básicas. Depois de fazer os dois filhos mais velhos aprenderem cantar e tocar quase à força, melhoraria a mísera renda da família com a atuação destes em shows re-

gionais. O sucesso estrondoso viria vários anos mais tarde, sempre com empenho e alguma astúcia do progenitor que nas franjas da cidade grande decodifica, na medida do possível, os mecanismos da indústria fonográfica e nela interfere para dar evidência aos seus meninos. É a vitória do outrora camponês, pobre, mal alfabetizado, relegado às franjas da cidade sobre a sociedade brasileira e seu escandaloso abismo social. E o espectador sai satisfeito com a "alma pura" de Zezé, o filho mais velho, que da cabine de sua picape importada observa o velho lugar da sua infância e declara que nunca fora tão feliz quanto na época em que vivera ali. Tendemos a argumentar que não é só um efeito de retórica.

É interessante observar, entretanto, que estes dois filmes, *2 filhos de Francisco* e *Tapete vermelho*, com gêneros diferentes, tematizam questões muito similares: as trajetórias de homens pobres rurais em direção ao urbano e ao mundo da mídia. Enquanto um deles, inspirado mais no próprio cinema que na vida social nos sugere que houve um tempo de boa vida, que a ruralidade ingênua e pacífica podia ser feliz ao se divertir, depois de um dia extenuante de trabalho pesado, com um filme de Mazzaropi, o outro camponês, personagem com lastro real, nos dá a dimensão daquilo que se esconde sob o *Tapete Vermelho*. Na sua luta quixotesca para transformar os filhos em cantores de sucesso, explicita a certeza que para famílias como a sua o país em vias de modernização só reservaria a periferia das cidades, com tudo que havia e há de exclusão das vantagens do moderno, engajando-os como trabalhadores braçais das capitais em eterna expansão. Francisco e sua família vivem mal no campo, não só pela pobreza e trabalhos pesados, pela relação complicada com o proprietário que lhe cede a terra, mas também porque intui a exclusão de coisas fundamentais como a escola e a saúde para os filhos.

Em ambos os filmes, os protagonistas fazem um pacto com o diabo para obterem fama e sucesso. No caso de *Tapete Vermelho*, sempre muito próximo da farsa circense como estilo narrativo, o pacto deriva em dinheiro fácil para o violeiro medíocre que se faz exímio da noite para o dia, e encanta os transeuntes ao tocar na beira da calçada de uma cidade qualquer. Como reza a lenda, deverá pagar o acordo e, por isso, perderá o burro e o filho (temporariamente), levando-o a suspender o pacto junto à Santa Padroeira que, na economia do filme, contribuirá para o reencontro

de ambos, casualmente, na imensa São Paulo. Em *2 filhos de Francisco*, entretanto, o genitor nem se sabe pactário, até porque não saberia com quem sê-lo. O demônio da fortuna, ou melhores condições de vida, ou da fuga da exclusão, tem muitas faces e, escolhendo a legalidade, Francisco encaminha os filhos ainda crianças para o "mundo do espetáculo". Pelas mãos de um empresário cultural com poucos escrúpulos, acabam explorados no trabalho como cantores infantis até que um acidente de trânsito ceifa a vida de um dos meninos. Ou seja, o custo para um homem pobre e sem parentela influente para alcançar as melhores condições de vida no Brasil continuaria alto no Século XX, e o trabalho duro num tempo de modernização acelerada não figurou entre as promessas de superação da miséria para os sujeitos que se recusavam aos projetos ilegais, como Francisco. O diabo da indústria cultural, do mercado futebolístico, como observa o próprio pai dos cantores famosos, seriam as únicas vias legais para um futuro promissor. Com acesso precário à escolaridade, à formação técnica, camponeses como ele teriam apenas as franjas da cidade e a magra compensação monetária do trabalho braçal. Foi vitorioso, nosso quixote camponês, mas o preço foi caro. Neste sentido, a tal saudade da vida simples do campo a que se refere o cantor rico e famoso, resta quase um enigma. E aqui talvez Raymond Williams tenha a melhor palavra: a louvação deste passado hipoteticamente idílico pode funcionar como uma crítica ao presente.

Em *Quase nada* (2000) o idílico se esvai nas relações entre os trabalhadores rurais e seus dilemas humanos contados nas três esquetes que compõe o filme. Embora passado e presente não sejam definidos com clareza, é a estética descarnada e nem um pouco fantasiosa que dá a tônica das desventuras de cada um dos personagens. Embora sejam sujeitos vivendo em regiões distantes de grandes cidades, como em *Mutum* (2007), ali não estão pessoas exóticas, simplórias e pertencentes a um mundo desconhecido. Descolado do estereótipo, tem um aspecto observado pela crítica: desmistifica o Brasil profundo, observando questões que variam apenas pelo terreno específico onde se passa. O dilema do ciúme, da paranoia causada pelo medo ou inveja, revela pessoas inseridas numa totalidade, a nacional. A miserabilidade social e econômica destes personagens não se traduz em miserabilidade psicológica. E, neste sentido, *Mutum* é o filme que talvez

vá mais longe na capacidade de mostrar o mundo dos afetos no mundo rarefeito do trabalho rural, árduo e repetitivo.

As cenas de *Mutum* exploram as possibilidades humanas num ambiente rural pobre e isolado atribuindo riqueza à vida dos sujeitos em um contexto de contato pessoal rico, pouca interferência externa, isto é, não há ali televisão ou livros. Enquanto os recursos à medicina simpática, única disponível no contexto da narrativa, são tratados como exóticos e espetaculares em *Tapete vermelho*, aqui são vistos como coisa comum ao serem intermediados pela perspectiva do personagem Tiago, menino de aproximadamente 10 anos. Assim como são comuns a repetição dos trabalhos rurais, os medos mais elementares como dos bichos no meio do mato. A tensão e a angústia do menino é a de que ocorra um conflito mortal entre o pai e o tio por causa da sua mãe. Tiago tem e não tem consciência de que haja uma relação entre ambos e sofre suas dúvidas. Gosta do tio e teme o pai que o despreza. Assumindo sua miopia como parte do olhar narrativo, o foco da câmera é fechado, mal definido e com horizonte pouco resolvido, combinando ambas as coisas, isto é, a perspectiva infantil e a dificuldade de visão do garoto. Nesta intermediação, o cenário não organiza e racionaliza a situação rural de vida e trabalho. Poucas obras (salvo documentários) deixam à vista desorganizações domésticas, o espaço vivido e o cotidiano de trabalho de pessoas pobres, sem a função de intrusão. A ventania e a chuva, o ato de recolher roupa, as tampas das panelas que voam com o vento, a brincadeira com brinquedos feitos de sucatas, a tarefa de levar comida na roça, assim como a tarefa de alimentar o papagaio ou lavar o cachorro, são atividades vistas sem estranhamento, e em primeiro plano. Deste modo, transparece o fato de que a ética da vida rural não deixa de ser informada pela cultura mais ampla quando a câmera não se detém no estranho, mas nos personagens, nos gestos, nos olhares. As roupas puídas dos nossos sujeitos não os diminuem na inteligência e percepção. A criança comentando o nascimento de um bezerro, a capina do mandiocal, as saídas à noite, as caçadas e as pescarias à luz de lampião ou lanterna a pilha, tudo lembra o cotidiano de divertimento integrado ao dia a dia feito de muita rotina de trabalho duro.

Neste filme, cuja inspiração são os contos de Guimarães Rosa, a relação com a cidade sugere, porque herdada de Guimarães Rosa, no qual

a narrativa tem inspiração, como a chance a ampliação de horizontes, cuja metáfora aparece através do desejo de ver o mar.

Ruralidades tradicionais e modernas no cinema dos anos 2000

Pensemos a comunidade na acepção Durkheimeana de consenso moral, de solidariedade mecânica: se tomarmos a perspectiva de *Narradores de Javé*, as disputas entre os membros do povoado, as intrigas, a fofoca, a punição branda e consentida, a narrativa comum, imaginada segundo distintos sonhos de tradição, é ela que desaparece de chofre com o processo de urbanização à brasileira. No caso do povoado imaginário de *Javé*, haveria coincidência entre ruralidade e trabalho agrícola, até que a usina e o açude mandassem o povoado para outras atividades, como sugere o bar à beira da represa onde Zaqueu conta a história ao forasteiro. Segundo a narrativa, essa ruralidade feita de intimidade, senso comum e controle da vida alheia não deixa de ter algo de risível e belo. Mas, no "progresso" não haveria patrimônio cultural que justificasse a sua permanência. Tanto *Narradores* como *Viajo* lamentam a desorganização da vida popular rural pelas grandes obras desenvolvimentistas. Em nossa vida social, uma coisa parece necessariamente excluir a outra.

É rural agrário também a comunidade que acolhe Carapiru, de *Serras da Desordem*, onde viverá e fará amigos, parentes, como diz ele. As famílias que moram próximas e mantém laços de coletividade acolhem o índio que se torna mais um membro, o estranho não estranhado. É essa perspectiva que permite a sua sobrevivência, explicitada no filme pelos agentes do Estado que o "reintegram" à aldeia. Segundo a fala deste membro da Funai, a sobrevivência da Carapiru é devida ao fato de que se encontrou com "gente muito boa".

Em *Abril despedaçado* (2001), narrativa que aborda um sertão profundo e imaginário, tal como o consagrado pela literatura de José Lins do Rego, este sentido de comunidade é percebido apenas na dimensão da vendeta, elemento do mesmo terreno coletivo e tradicional, do mesmo consenso moral que exige a manutenção das regras. Visto da perspectiva do moderno, essa lógica é a tratada como o movimento circular aprisionador, cuja metáfora é a bolandeira e os bois jungidos a ela, que precisa ser

quebrado com algum tipo de ruptura em direção ao individualismo, ato cumprido pelo Menino, que cede a própria vida ao irmão para romper a "cangalha" imaginária que carrega, como os bois que giram sozinhos a bolandeira. O elemento externo contribui para que o movimento circular se rompa.

Este mesmo aspecto de solidariedade mecânica, para falar com Durkheim, está presente em *Lavoura arcaica* (2001), na dimensão da família de origem libanesa e suas tradições mantidas pelos "longos discursos", mas também pelo silêncio temeroso do pai que será afrontado pelo desejo proibido, a dimensão individual, que assume características de imponderável. Tanto em *Lavoura* como em *Abril* são os indivíduos que fazem a quebra do consenso gerando punição expiatória. Em ambos, agrário, terra e familiaridade formam o amalgama do mecanismo de manutenção de regras que têm valores de religião. Mas, na perspectiva das obras, são formas opressoras de manutenção da relação de comunidade.

O amálgama comunitário que constrói um líder messiânico como Conselheiro e encantaria as narrativas dos anos 60, em busca de modelos para de expressão popular em torno de grandes causas, desaparece em *Paixão de Jacobina*, cuja liderança parece mais ser fruto da fagulha de loucura que, num ambiente opressor, torna-se fervor místico. Visto como tal, se distancia de *Abril* e *Lavoura* à medida em que o olhar é externo, não adere aos seus narradores, como fazem estes dois filmes, cujos pontos de vista são internalizados, traduzindo a tensão dos personagens no prenúncio da ruptura liberatória com a opressão tradicional. A tensão em *Abril* e *Lavoura* está dada a cada tomada, na lentidão ameaçadora de alguns momentos em que o tempo parece à espera da mudança: no discurso e também aquela histórica, do entorno. O devaneio do Menino, "lendo" entre as raízes da árvore seca, imaginando a história da sereia é liberatório em oposição ao pai, mantenedor da ordem, visto como o guardião da tradição. Compare-se com a récita do trecho bíblico feita por Jacobina entre as raízes e galhos da árvore frondosa, vista de baixo para cima, sugerindo a radicalização do seu discurso e seu delírio na mesma proporção dos atos de violência da comunidade dos Muckers que ela lidera contra os "cidadãos" e vice e versa. A linha de tensão é organizada pela loucura e pela repressão, pela violência dos seguidores e pela hostilidade da comunidade no entorno e a narrativa

não é simpática a nenhum dos lados, pois na lógica da comunidade tradicional não faltaria inveja, mas também interesses econômicos ("se essa coisa prosperar, vai afetar a safra agrícola e famílias serão destruídas") e de controle por parte do pastor protestante ("Não vejo em Jacobina a luz da razão"). A naturalização, de que fala Xavier (1977), é explícita neste filme, quando o delegado diz a última sentença: "sempre foi assim e sempre será", indicando que a ordem massacra a desordem, não por acaso na sentença proferida por quem deveria ser seu guardião legal. Religião institucionalizada, Exército, ordem e razão contra (expressa inclusive na brincadeira das crianças que falam em fazer "salsicha de Jacobina" enquanto o exército entra na cidade) a desrazão, o messianismo e a desordem.

É possível pensar que a absorção mais desencantada desta década em relação ao pior do rural tradicional em contato com o pior do moderno está na perspectiva de *O baixio das bestas* (2007). A ética da vantagem dos mandatários e da competitividade entre os pobres lembra a tese de fundo de *Cronicamente inviável*. Com a diferença que junta as duas pontas amarrando engenho e usina e sugerindo que a tradição de ontem se impregnou na ética de hoje. Não por outra razão o filme é, ao final, dedicado a José Lins do Rego e ao seu *Menino de Engenho*. *Baixi*o parece propor que a ética do rural poderoso se dissemina na vida daqueles que sobreviveriam pela solidariedade comunitária, instaurando o mesmo mecanismo de miséria competitiva e indiferença, destruindo esse aspecto coletivista. A manifestação do Maracatu Rural, como o elemento que resgata o sujeito da barbárie, mas não o liberta da submissão e do individualismo, se combina com a passividade produzindo um ar de desencantamento pleno. O artista líder da expressão tradicional assiste impassível a violência do velho sistema na figura da menina explorada pelo avô, em substituição à sua mãe, então explorada pelo pai: o machismo presente no sistema patriarcal parece funcionar como a espinha dorsal de uma sociedade que nem se desfez do velho modelo e não abriu mão de absorver o lado mais nefasto do novo. Individualidade e individualismo em terras onde o resquício do coronelismo insiste em operar. Sem um personagem positivo, no sentido de abertura para alguma utopia, resta a desconfiança que nem a arte está apta a desmanchar as entranhas desta sociedade opressiva, violenta e hierárquica.

A comunidade vista de forma equilibrada e positiva está perspectiva de *Antes que o mundo acabe* (2009), onde a pequena cidade é apreendida pelo adolescente protagonista como um lugar opressor, mas também protetor, já que seu contato com o vasto mundo não tardará a chegar. Seus conterrâneos da mesma idade, que chegam à escola através do barco terão a mesma sorte? É só uma questão de decisão, parece dizer o filme, já que o pai do protagonista sentencia, numa carta enviada da Tailândia: "Qualquer dia, o plantador de arroz do Vietnã, um garoto da periferia de Xangai, Luanda, Los Angeles ou Pedra Grande vão ouvir a mesma música, vestir a mesma roupa, comer o mesmo tipo de *fast food*, chorar com os mesmos filmes. Esse é o meu trabalho: fotografar tudo que houver de diferente, enquanto ainda existir". Assim, a narrativa coloca esse lugar, Pedra Grande, no mundo, com suas especificidades, mas não como algo estranho e descolado dele.

Mas, este tipo de apreensão não é predominante. Nesta década não faltaram filmes voltados para a temática rural em uma chave bem mais nostálgica e laudatória, cujos reverbérios estão, sobretudo, em uma certa fotografia *naïf* que dá moldura às histórias voltadas para as trajetórias exemplares de sujeitos descolados do tempo presente. É o caso de *Lisbela e o prisioneiro* (2003), *O auto da Compadecida* (2000),*O coronel e o Lobisomem* (2005), o *remake* de *O menino da porteira* (2009), *O bem amado* e toda uma série de comédias com ambiente rural, reafirmando os velhos estereótipos da simplicidade, da singeleza e atraso risível, típica identidade que não pertence àquele que fala. Mas, por outro lado, obras fundamentais começam a colocar o rural no corpo da vida brasileira, lembrando que o atraso econômico era o céu perto do inferno da nossa modernização desigual, violenta e predatória da vida e dos saberes das nossas populações rurais e coletivistas. São as notícias de *Serras da Desordem* (2007), *Corumbiara* (2009) e *Viajo porque preciso, volto porque te amo*.

Referências

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. (*Obras escolhidas* v. 1). São Paulo: Brasiliense. 1996.

CARDOSO, H. P. Narradores de Javé: histórias imagens e percepções. *Fênix*: Revista de História e Estudos Culturais, v. 5, n. 2, abr./jun., 2008. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 22 out. 2013.

JAMESON, F. *O inconsciente político*, São Paulo: Ática, 1992.

MARTINS, J. S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31-36, set./dez., 2001.

O IMAGINÁRIO do nordestino está no documentário "2000 Nordestes" . *Cinema Notícias*, 31 out. 2000. Disponível em: <http://www.terra.com.br/cinema/noticias/2000/10/31/010.htm>. Acesso em: 22 out. 2013.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OURIQUE, J. L. A poesia regionalista como elemento de valorização do autoritarismo e da violência na região do Prata. 2007. 191f. Tese (Doutorado em Letras)- Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria RS, 2007. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=911>. Acesso em: 26 maio 2014.

SORLIN, P. *Sociologia del cine*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

TOLENTINO, C. A. F. *O rural no cinema brasileiro*, São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, n. 51, p. 51-67, maio-ago., 2004a.

VEIGA, J. E. A dimensão rural do Brasil. *Estu*dos *Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-94, 2004b. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/2004__a_dimensao_rural_do_brasil__(esa).htm>. Acesso em: 19 jun. 2014.

XAVIER, I. Humanizadores do inevitável. *ALCEU*, v. 8, n.15, p. 256-270 jul./dez., 2007.

_____. *O discurso cinematográfico*: a opacidade e a transparência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WIILIANS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Cinematografia citada

2000 Nordestes - Vicente Amorim e David França Mendes (2001)
A festa da menina morta – Mateus Nachtergaele (2009)
A paixão de Jacobina – Fábio Barreto (2002)
Abril Despedaçado - Walter Salles (2001)
Antes que o mundo acabe – Ana Luiza Azevedo (2010)
Árido Movie - Lírio Ferreira – (2006)
Baixio das Bestas – Cláudio Assis (2007)
Cafundó – Paulo Betti e Clóvis Bueno (2006)
Concerto Campestre - Henrique de Freitas Lima (2004)
Deus e o Diabo na Terra do sol – Glauber Rocha – (1963)
Dois Filhos de Francisco – Breno Silveira (2005)
Eu, Tu, Eles - Andrucha Waddington (2000)
Garapa – José Padilha (2009)
Jeca Tatu, dir. Milton Amaral (1953)
Lavoura Arcaica - Luiz Fernando Carvalho (2001)
Lisbela e o prisioneiro – Guel Arraes (2003)
Lula, o filho do Brasil – Fábio Barreto (2010)
Menino da Porteira – Jeremias Moreira (2009)
Mutum – Sandra Kogut (2007)
Netto perde sua alma – Beto Souza, Tabajara Ruas (2001)
O Auto da Compadecida -Guel Arraes (2000)
O bem amado – Guel Arraes (2010)
O Caminho das Nuvens -Vicente Amorim (2003)
O céu de Suely – Karin Aïnouz (2006)
O coronel e o lobisomem – Maurício Farias (2005)
O sol do meio dia – Eliane Caffé (2010)
Os famosos e os duendes da morte (2010)
Os Narradores de Javé - Eliane Caffé (2004)
Quase Nada – Sérgio Resende (2000)
Saneamento básico – o filme – Jorge Furtado (2007)
Serras da desordem – Andrea Tonacci (2007)
Tainá - uma Aventura na Amazônia - Tânia Lamarca e Sérgio Bloch (2001)
Tainá 2 – Mauro Lima (2005)

Tapete Vermelho – Luiz Alberto Abreu (2006)

Viajo porque preciso volto porque te amo – Karin Aïnouz e Marcelo Gomes (2010)

Vida de Menina – Helena Solberg (2005)

Vidas Secas, dir. Nélson Pereira dos Santos, 1963

Sobre os Autores

Adriane Camargo
Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA).

Alexsandro E. Arbarotti
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEAA).

Angelo Diogo Mazin
Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, pelo IPPRI (Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais) - UNESP. Coordenador Estadual do MST no estado de São Paulo.

Bruno Lacerra de Souza
Pós-graduando do curso de mestrado em "Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe" do IPPRI, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP – São Paulo. Bolsista de Extensão no País B, CNPq. bruno_lacerra@hotmail.com

Célia Tolentino
Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1984), mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1990), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1997), pós doutorado pela Università degli Studi di Roma, "La Sapienza" (2001) e livre docência pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP. É professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento social, cinema brasileiro, sociologia da cultura, questão agrária, ruralismo e ruralidade.

Delwek Matheus
Assentado, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL, no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI/Unesp.

Francisco Luiz Corsi
Possui graduação em Ciências Sociais e Economia pela Universidade de São Paulo. É mestre em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Fez pós-doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em História Econômica. Atuando principalmente nos seguintes temas: Estado Novo, Política Externa, Nacionalismo, Projeto Nacional, Economia Brasileira. E-mail: corsi@marilia.unesp.br

José Geraldo A. B. Poker
Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1989), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Ciências Sociais, Direito e Relações Internacionais com ênfase em Sociologia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: cooperação, cidadania, Direito-Direitos Humanos, razão-tradição, religião e questão ambiental.

Kelli Cristine de Oliveira Mafort
Doutoranda pelo PPG em Ciências Sociais – FCL-UNESP/Araraquara, sob orientação da profª doutora Maria OrlandaPinassi. Email: kmafort@yahoo.com.br.

Marcio José dos Santos
Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI - UNESP. Coordenador Estadual do MST no estado de São Paulo.

Maria Angélica Paraizo
Cientista Social pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília. Bolsista CAPES. angelica.paraizo@yahoo.com.br

Mirian Claudia Lourenção Simonetti
Professora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, da Faculdade de Filosofia e Ciências, nos cursos de graduação em Ciências Sociais e Relações Internacionais. Está vinculada aos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília e a Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - Unesp. É coordenadora do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo e doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Nashieli Rangel Loera
Fez graduação na Universidade de Guadalajara, México e realizou seu mestrado e Doutorado em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Desde 2015 é professora do Departamento de Antropologia da Unicamp. Atualmente é Diretora adjunta do Centro de Estudos Rurais dessa universidade e Coordena o grupo de pesquisa MOVE e a pesquisa "Formas de acampamento" com financiamento da modalidade Jovem pesquisador FAPESP (2010-2015). Desde 2014 é Chair da Food, agriculture and Rural Studies section da Latin American Studies Association (LASA) mandato (2014-2016). É membro efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Society for Economic Anthropology (SEA). É Fundadora da revista Ruris e editora desde 2007. Suas pesquisas tem se debruçado sobre os seguintes temas: processos sociais e territorialidades, espacialidades e temporalidades, produtores rurais e organizações camponesas, movimentos sociais, Estado, política, ocupações de terra, formas e linguagens de demanda social coletiva.

Selma de Fatima Santos
Mestranda no Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – UNESP – Campus de Marília. Coordenadora Estadual do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no estado de SP.

Sérgio Augusto Domingues
Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1980), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989), doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e Pós-doutorado na Universitá degli Studi di Roma La Sapienza (2002). Atualmente é professor assistente doutor na Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Marília e representante da Universidade no Comitê

Intersetorial de Assuntos Indígenas (CIAI), no âmbito da secretaria da justiça e da defesa da cidadania do Estado de São Paulo. Tem experiência na área da Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena. Suas pesquisas tratam de temas como: povo Krahô, pensamento indígena, xamanismo, comunicação e as novas tecnologias e os indígenas.

Silvia Aparecida de Souza Fernandes
Possui graduação Geografia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1991/1992), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Atualmente é professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, na Unesp/Marília-SP. É docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe - TerritoriAL, Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Integra os grupos de pesquisa Estudos da Globalização; Ensino de Ciência do Sistema Terra e formação de professores; ELO - Grupo de Estudos da Localidade, Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais . Tem experiência nas áreas de Geografia e Educação, com ênfase em Educação Geográfica e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de habitação popular, políticas públicas de educação básica, currículo prescrito, ensino de geografia, educação do campo e educação ambiental. É membro do corpo editorial do periódico Plures Humanidades (CUML Ribeirão Preto) e membro do conselho consultivo dos seguintes periódicos: Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos - RIDH (Unesp Bauru/São Paulo), Revista Contemporânea de Educação (FE/UFRJ), Revista Espaço Acadêmico (UEM) e outros periódicos científicos. silvia.sfernandes@marilia.unesp.br

Thaylizze Goes Nunes Pereira
Cientista Social pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Marília. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em "Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe" do IPPRI, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP/São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais – CPEA. Bolsista FAPESP. thaylizze@hotmail.com

Sobre o livro

Formato	16X23cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo)
	Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catalogação	Telma Jaqueline Dias Silveira - CRB- 8/7867
Normalização	Sonia Faustino do Nascimento
Assessoria Técnica	Maria Rosangela de Oliveira - CRB-8/4073
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos

2015

Impressão e acabamento

Gráfica Shinohara
Marília - SP

Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil

Essa coletânea tem por eixo central a reflexão sobre a questão agrária brasileira e os dilemas e perspectivas da luta pela Terra e da reforma agrária. Os textos foram agrupados em três partes: 1- Movimentos sociais e conflitos sociais no Brasil; 2- A reestruturação do capitalismo global e a questão (da reforma) agrária no Brasil; 3- A questão agrária, educação no campo e o rural no cinema brasileiro.

ISBN 978-85-7983-714-2